

# Boletim GeoÁfrica

Vol. 1. Número 2  
Abril-Junho 2022



Dossiê

## Questões geopolíticas na África subsaariana



2



## SOBRE A REVISTA

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



### Contato

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28  
Instituto de Geociências  
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Athos da Silveira Ramos nº274  
Cidade Universitária, Ilha do Fundão  
CEP 21941-916



### **Editor Chefe**

Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

### **Comissão editorial**

Antonio Gomes de Jesus Neto – USP - Brasil  
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique  
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique  
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil  
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique  
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

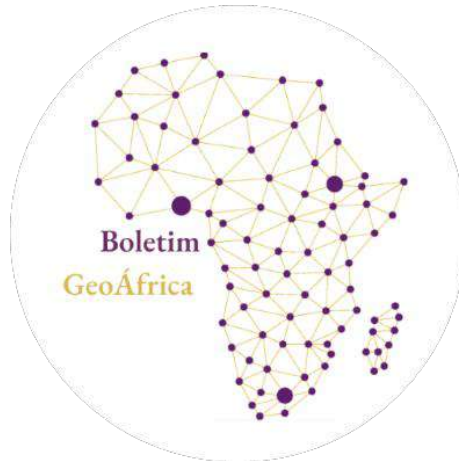
### **Conselho Consultivo**

**Alice Freia** (Universidade Rovuma, Moçambique)  
**Albino Eusebio** (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)  
**Aziz Abdul Sodoré** (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)  
**Catia Antonia da Silva** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Colin Darch** (University of Cape Town, South Africa)  
**Damião Ginga** (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)  
**Elmer Agostinho C. de Matos** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)  
**Gilberto Oliveira** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Gustavo Sobrinho Dgedge** (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)  
**Inês Macamo Raimundo** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)  
**Joaquim Miranda Maloa** (Universidade Rovuma, Moçambique)  
**José Julião da Silva** (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)  
**João Lima** (Universidade Licungo, Moçambique)  
**Lamine Savané** (Université de Ségou, Mali)

**Liazzat Bonate** (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)  
**Mônica Arroyo** (Universidade de São Paulo, Brasil)  
**Mônica Lima** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Nazir Can** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Raimundo Mulhaisse** (Universidade de Licungo, Moçambique)  
**Ringo Benjamim Victor** (Universidade Púnguè, Tete, Moçambique)  
**Rogers Hansine** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)  
**Rosemberg Ferracini** (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)  
**Rui Jacinto** (Universidade de Coimbra, Portugal)  
**Stéphanie Lima** (Université Toulouse 2 Jean Jaurès, France)  
**Tatiana Reis** (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)  
**Vanito Viriato Marcelino Frei** (Universidade Rovuma, Moçambique)  
**Vivian Santos da Silva** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

### **Comitê Científico Júnior**

**Emanuel Rungo** (Universidade Pedagógica, Maputo)  
**Gabrielle Moura** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
**Maíra Ludwig** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
**Maria Daniele Carvalho** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
**Mariana de Oliveira Santos** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



**Volume 1, Número 2, abril-junho de 2022**

**Organizador do Dossiê**  
Frédéric Monié

**Equipe técnica / Diagramação**  
Frédéric Monié  
Nelson Cortes Pacheco Junior  
Antonio Gomes de Jesus Neto

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –  
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África  
Subsaariana - Vol.1, nº2 (2022)

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>  
Trimestral. ISSN: 2764-5851

Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Geopolíticas; 3. Conflitos;  
4. Políticas de segurança; 5. Agricultura; 6. Desenvolvimento



## SUMÁRIO



### **Editorial**

*Editorial. Questões geopolíticas contemporâneas na África subsaariana*  
Frédéric Monié

### **Dossiê temático:** *Questões geopolíticas contemporâneas na África subsaariana*

#### **Dossiê temático: Artigos**

*“Crimigração”: da violência reticular na África Sahelo-Magrebina*  
Ludovic Boris Pountougnigni Njuh

*Patrimônio geopolítico em cabo verde: novos recursos na África subsaariana*  
Dirceu Cadena

*Entre riscos e oportunidades, uma análise da transnacionalização dos recursos energéticos em Moçambique*  
Hagira Naide Gelo Machute; Carlota Raimundo Manjate; Rosalina Inacio Fumo

#### **Dossiê temático: Entrevistas**

*A problemática da segurança marítima do mar territorial da Angola: desafios e perspectivas. Entrevista de Damião Fernandes Capitão Ginga*  
Damião Fernandes Capitão Ginga; Frédéric Monié

*Segurança e paz na África Subsaariana. Desafios e perspectivas. Entrevista de Gilberto Carvalho de Oliveira. Entrevista de Gilberto Carvalho de Oliveira*  
Gilberto Carvalho de Oliveira



### ***Varia: Artigos***

*Agricultura urbana, relações e desenvolvimento: um olhar sobre Maputo, Moçambique*  
Axel Prestes Dürrnagel; Matias Siueia Júnior; Simone Prestes Dürrnagel

*“Complexidade econômica” e mudança estrutural: diversificação da estrutura produtiva para o desenvolvimento de Moçambique*  
Castigo José Castigo; Armando Manuel

### ***Áfricas na Pós-Graduação***

*Pirataria Marítima no Chifre da África e no Golfo da Guiné: situações geográficas e escalas de ação. Entrevista de Luana Alves Lessa*  
Luana Alves Lessa

### ***Experiências culturais***

*Áfricas em versos e prosa*  
*O que a PIDE fez com o meu avô...*  
Sergio Simão Raimundo

### ***GeoÁfrica divulga...***



***Boletim GeoÁfrica***  
**Volume 1, Número 2, 2022**

**EDITORIAL. QUESTÕES GEOPOLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS NA  
ÁFRICA SUBSAARIANA**



*Por Frédéric Monié*

1

Frédéric Monié  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(PPGG), Universidade Federal do Rio de  
Janeiro (UFRJ); Coordenador do GeoÁfrica  
orcid.org/0000-0002-8738-3301  
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar:  
MONIÉ, F. Editorial. Questões geopolíticas  
contemporâneas na África subsaariana. **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 1-5, abr-jun. 2022.



## EDITORIAL. QUESTÕES GEOPOLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA



2

Durante décadas a Geopolítica privilegiou o estudo das rivalidades e conflitos entre Estados-nação ou, em particular durante a Guerra Fria, entre Blocos (formais ou não) de Estados (OTAN, Pacto de Varsóvia, “países ocidentais” etc.). Recentemente, novas abordagens ganharam espaço nos campos de investigação dos conflitos. Na África subsaariana, como em diversas outras regiões do mundo, a complexidade crescente do fenômeno conflitual estimulou os pesquisadores a introduzir novos conceitos, novas temáticas, metodologias e escalas de análise. No sentido de contribuir a esses debates, o segundo número do Boletim GeoÁfrica publica artigos e entrevistas de especialistas que ilustram a vitalidade e a diversidade desta “nova Geopolítica” no dossiê temático intitulado *Questões geopolíticas contemporâneas na África subsaariana*. No artigo que abre esse dossiê, o pesquisador camaronês Ludovic Boris Pountougnigni Njuh analisa a conflitualidade atual na chamada “área Saara-Sahel” onde a ação de grupos armados jihadistas, milícias comunitárias, movimentos separatistas e redes criminosas desestabiliza os, já frágeis, equilíbrios geopolíticos nacionais e regionais. O autor de “*Crimigração*”: *da violência reticular na África sahelo-magrebina* propõe uma análise multiescalar e reticular do fenômeno da violência armada nesta região da África. As escalas de análise temporais e espaciais são articuladas de forma a entender de que maneira a circulação transnacional de ideias e de ideologias alimenta o fundamentalismo islâmico na África ocidental seguindo vetores conectando o Oriente Médio ao continente africano. Ludovic Boris Pountougnigni Njuh explora, assim, a dimensão histórica da dinâmica de difusão espacial das ideologias jihadistas que estruturam a retórica de grupos armados que transformaram a região do Saara-Sahel num dos epicentros mundiais da violência armada. O pesquisador ressalta a transnacionalização das estratégias de ação e práticas espaciais dos movimentos terroristas e preconiza políticas de segurança considerando prioritariamente esse fator-chave.





Abordando a problemática da Geopolítica do patrimônio, o professor Dirceu Cadena, reflete, por sua parte, sobre a transformação do patrimônio em recurso mobilizado por Estados numa competição internacional almejando o controle sobre agências especializadas e, mais especificamente, a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. As autoridades, nacionais e locais, elaboram, neste intuito, estratégias cada vez mais sofisticadas de preservação e valorização de suas amenidades e valores culturais e paisagísticas. Na sua contribuição intitulada *Novos recursos, novas geopolíticas na África subsaariana: patrimônio mundial em Cabo Verde*, o professor Cadena analisa o caso da Cidade Velha de Ribeira Grande, em Cabo verde, destacando a partir deste estudo de caso como a identificação de potencialidades relacionadas ao recurso patrimonial – turismo, diplomático e institucional – e as mobilizações consequentes participam da construção da interpretação de um espaço do planeta e indicam as formas de utilização do território, além de estratégias de controle sobre Comitê do Patrimônio Mundial.

3 A contribuição das pesquisadoras moçambicanas Hagira Naide Gelo Machute, Carlota Raimundo Manjate e Rosalina Inacio Fumo ao dossiê temático apresenta de que maneira os volumosos Investimentos Diretos Externos (IDE) em atividades extrativistas se traduziram por um aumento significativo da dependência de Moçambique em relação as firmas transnacionais. A prospecção, extração e exportação de carvão mineral, rubi ou gás natural são, com efeito, hegemônicas por corporações cujas decisões impactam profundamente os territórios locais e nacional, além de determinar em grande parte a forma de inserção de Moçambique nos circuitos comerciais globais.

Na entrevista que ele concedeu ao *Boletim GeoÁfrica*, Damião Fernandes Capitão Ginga ressalta a relevância dos espaços marítimos africanos e, mais especificamente angolano, como vetores de um novo modelo de desenvolvimento baseado numa “economia azul” que seria pautado na valorização sustentável dos recursos marinhos. Neste contexto, o pesquisador angolano assevera que a segurança marítima deveria ser uma prioridade para as autoridades. No entanto, as dificuldades encontradas para investir financeiramente, integrar as diversas instituições que têm atribuições em matéria de segurança marítima ou formar recursos humanos prejudicam a efetivação dos projetos – modestos – elaborados pelos governos.

Na entrevista que encerra o dossiê temático, o professor Gilberto Carvalho de Oliveira apresenta alguns conceitos e noções que norteiam a elaboração de políticas e operações destinadas



a resolver conflitos e construir ambientes de paz (operações de manutenção da paz; *peacebuilding*; *statebuilding*, *peacekeeping* etc.). O pesquisador aponta que os contornos particularmente complexos dos conflitos em curso no Mali, na República Democrática do Congo (RDC), na República Centro Africana (RCA) e Somália dificultam sua resolução. Por diversas razões, os Estados não controlam os territórios nacionais enquanto a transnacionalização das estratégias territoriais e operacionais dos grupos armados e redes terroristas exige mecanismos de cooperação binacionais e regionais ainda incipientes. Neste cenário, nosso entrevistado constata que os esforços internacionais e intervenções exteriores não conseguiram criar condições favoráveis à resolução de conflitos.



4

Na sessão *Varia*, o artigo *Agricultura urbana, relações e desenvolvimento: um olhar sobre Maputo, Moçambique* assinado por Axel Prestes Dürrnagel, Matias Siueia Júnior e Simone Prestes Dürrnagel analisa os desafios enfrentados pela agricultura urbana em Maputo num contexto caracterizado pela aceleração do crescimento urbano e pelos impactos das mudanças climáticas que prejudicam a atividade agrícola. Fundamental para a segurança alimentar da população, a agricultura urbana precisa se reinventar. @s autor@s ressaltam a centralidade das estratégias comunicativas, horizontais e verticais, no processo de construção de alternativas social, económico e ambientalmente sustentáveis.

Na mesma sessão, Castigo José Castigo e Armando Manuel apresentam uma reflexão sobre alguns fatores críticos travando a modernização e a diversificação da estrutura produtiva moçambicana. A especialização na extração e exportação de recursos naturais explica o baixo nível de complexidade económica, comum a maioria dos países africanos. No entanto, o potencial desenvolvimentista representado por esses recursos, pela agricultura ou pelo turismo exige políticas públicas particularmente inovadoras para gerar efeitos desencadeadores suscetíveis de alavancar uma transformação das estruturas produtivas.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrados e Doutorados recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Luana Alves Lessa, atualmente Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do grupo de Estudos de Estudos Espaços e Sociedades da África Subsaariana, desenvolveu um estudo sobre Piratarias Marítimas no Chifre da África e no Golfo da Guiné analisando as suas situações geográficas e escalas de ação.



A sessão *Experiências culturais* é, do seu lado, um espaço aberto à artistas, intelectuais, ativistas etc. desejando expressar suas ideias e reflexões de maneira pessoal, subjetiva, sem formato pré-definido pelos editores. A subseção *Áfricas em versos e prosa* acolhe Sergio Simão Raimundo, escritor e jornalista moçambicano, com o conto *O que a PIDE fez com o meu avô...*



**DOSSIÊ TEMÁTICO:**  
***QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA***

**Artigo**



**“CRIMIGRAÇÃO”: DA VIOLÊNCIA RETICULAR NA ÁFRICA  
SAHELO-MAGREBINA**

**“CRIMIGATION” : RETICULAR VIOLENCE IN SAHELO-MAGHREBINE AFRICA**

**“CRIMIGRATION” : DE LA VIOLENCE RETICULAIRE EN AFRIQUE SAHELO-  
MAGHREBINE**

*Por Ludovic Boris Pountounigni Njuh*

Ludovic Boris Pountounigni Nu  
Université Assane Seck (UAS);  
Ziguinchor, Senegal  
ludovic.njuh@univ-zg.sn

Como citar  
POUNTOUGNIGNI NJUH, L.B.  
“Crimigração”: da violência reticular na África  
sahelo-magrebina. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1,  
n. 2, p. 6-29, abr.- jun. 2022

Submetido: 14/03/2022  
Aceite: 03/05/2022

Artigo traduzido do francês por Frédéric Monié. Título original: “Crimigration”: de la violence reticulaire en  
Afrique sahel-magrebine



**RESUMO.** O crime transfronteiriço é uma preocupação política maior no início do século XXI. O conceito de “crimigração” designa a ligação existente entre criminalidade e migração. O objetivo deste artigo consiste em analisar a dinâmica migratória subjacente ao terrorismo na África do Norte e na região do Sahel. Ao contrário de abordagens que ocultam a gênese de tal situação, dificultando o entendimento de suas raízes, acreditamos que o terrorismo na África do Sahel-Magreb é o resultado e a causa de uma circulação de ideologias, de uma mobilidade violenta e de mutações (geo)política e securitárias. Essas dinâmicas operam na interface das interações entre as orientações políticas dos governos e as aspirações dos governados. Assim, não são apenas os seres humanos que se movem; eles são estimulados a mobilidade pelas ideias que os animam dentro de contextos socioeconômicos e políticos em geral instáveis. Este conjunto é o produto de mecanismos cujas raízes se encontram nas mutações geopolíticas recentes do Oriente Médio, justificando abordagens que privilegiam respostas transnacionais nos campos da segurança e das migrações.

**Palavras-chave:** Terrorismo, África, Sahel, Magrebe, migrações, cooperações securitárias

**ABSTRACT.** Cross-border crime is a major political concern at the beginning of the 21st century. The concept of “crimigration” refers to the link between crime and migration. The purpose of this article is to analyze the migratory dynamics underlying terrorism in North Africa and the Sahel region. Contrary to approaches that hide the genesis of this situation, making it difficult to understand its roots, we believe that terrorism in Sahelo-Maghreb Africa is the result and cause of a circulation of ideologies, violent mobilities and mutations (geo) politics and security. These dynamics operate at the interface of interactions between the political orientations of governments and the aspirations of the governed. So, it's not just human beings who move; they are encouraged to mobility by the ideas that animate them within generally unstable socio-economic and political contexts. This set is the product of mechanisms whose roots lie in recent geopolitical changes in the Middle East, justifying approaches that privilege transnational responses in the fields of security and migration.

**Keywords:** Terrorism, Africa, Sahel, Maghreb, migrations, security cooperation

**RÉSUMÉ.** La criminalité transfrontalière est une préoccupation politique majeure en ce début du 21<sup>ème</sup> siècle. La « crimigration » est ainsi envisagée comme concept désignant le lien entre criminalité et migration. L’objectif de ce travail est de mettre en évidence les dynamiques migratoires que sous-tend le terrorisme en Afrique septentrionale et sahélienne. À la différence des approches qui occultent la genèse d’une telle situation, empêchant par la même la possibilité d’attaquer ses racines, nous pensons pour ce faire que le terrorisme dans l’Afrique sahélo-maghrébine est la résultante et la cause d’une circulation d’idéologies, d’une mobilisation violente et des mutations (géo)politiques et sécuritaires. Ces dynamiques s’opèrent à l’interface des interactions entre les orientations politiques des gouvernants et les aspirations des gouvernés. Ainsi, ce ne sont pas seulement des hommes qui bougent ; ils sont entraînés par les idées qui les animent, à l’instar des contextes socio-économiques et politiques, le plus souvent instables. Cet ensemble est l’avatar d’un mécanisme tirant ses origines récentes des mutations géopolitiques qui traversent récente du Proche et du Moyen Orient, et justifie l’inclination grandissante pour des réponses transnationales relatives à la sécurité et aux migrations.

**Mots-clés :** Terrorisme, Afrique, Sahel, Maghreb, migrations, coopération sécuritaire.



## INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo experimenta convulsões de diversas ordens. A questão da alteridade adquiriu recentemente um peso considerável (BONIFACE, 2017; BATISTELLA, 2011; NINO, 2009; HALPERN, RUANO-BORBALAN, 2004). Buscando pôr fim a séculos de violência, o progresso da ciência e a democratização da tecnologia mantiveram, de certa forma, a esperança de poder governar sem princípios religiosos (LAGRANGE, 2011, p. 88). Em razão das transformações intelectuais, culturais e artísticas dos Tempos Modernos, a laicização enfraqueceu progressivamente a importância da religião na vida política. Pensava-se que a separação entre o Estado e a religião e a predileção assintomática para a laicidade como parte integrante da bússola política, garantiriam a governança da *polis* em bases mais estáveis. A *posteriori*, isso não se revelou suficiente pois a humanidade se deu conta, com surpresa e pânico, que a religião, que parecia eclipsada, operava sua volta no domínio político com os atentados do 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos da América. Desde então, o fundamentalismo religioso se tornou a fonte de inúmeras calamidades. Sua natureza tentacular aniquila os esforços de securização enquanto a violência confessional molda os debates cotidianos (HARTMANN, 2017, p. 1). Essas observações situam a análise política em primeira linha, no intuito de apreender o porquê e o como dos fenômenos e explicar o que está acontecendo através da radioscopia das referências anteriores. Permitem, também, a atualização dos conhecimentos sobre a interação entre os seres humanos e seu ambiente contemporâneo (HUNT, 2018) além de ajudar a se lembrar do passado para melhor pensar o futuro (BICKFORD, SODARO, 2010, p. 66).

No início do século XXI, a criminalidade transfronteiriça foi transformada concomitantemente em problema de civilização e preocupação política. O objetivo deste trabalho consiste em evidenciar as dinâmicas migratórias subjacentes ao terrorismo na África setentrional e saheliana. Como o terrorismo, islâmico no caso, virou uma preocupação central nesta região e quais as dinâmicas migratórias e transnacionais relacionadas ao fenômeno? A relevância desta questão reside no caráter sistêmico da violência atual através de sua sedimentação inscrita na duração e sua fenomenologia geograficamente aparentemente disparata, mas profundamente reticular. Apesar disso, prevalecem estudos de casos que buscam apreender as etiologias,



fenomenologias e estratégias de luta contra o terrorismo essencialmente na escala dos países ou das sub-regiões. As pesquisas de Ould Hamed (2006); Véron (2009); Cilliers (2004); Seignobos (2014); Smith (2015); Kougnou (2016); Rasaq (2016); Thurston (2017); Owono (2017), entre outros, ilustram a tendência a privilegiar estudos de casos nacionais. A abordagem do terrorismo a partir de perspectivas sub-regionais emergiu, por seu lado, com Daniel (2012); Gibbaud (2014) para o Magrebe; Ntuda Ébodé (2010) e sua equipe para a zona saaro-saheliana, ou, ainda, Zenn (2014) e Sambo (2017) para a África central e a região peri-chadiana, entre outros autores.

Mesmo se não pretendemos descartar esses estudos, consideramos oportuno estudar as matrizes profundas e comunas de um fenômeno que não constitui um mosaico de fragmentos desconexos na escala do continente. O terrorismo deve ser apreendido como um conjunto casuisticamente e fenomenologicamente coerente para poder formular respostas securitárias mais eficientes. A despeito de suas contribuições relevantes, a abordagem ancorada na escala regional deixa transparecer que as manifestações do terrorismo nos países africanos têm origens distintas e podem ser neutralizadas mediante estratégias parcelarias. Mas, ocorre que terrorismo e migrações são ligados pois os grupos terroristas criam redes transnacionais sem preocupar-se com as fronteiras (KAYA, 2009; BECK, 2008, p. 1571; LILIAN, 2004, p. 155-158).

A luz da investigação documental, mas, também, da observação e da análise crítica do contexto e da atualidade, nossa análise parte da hipótese postulando que o terrorismo na África sahelomagrebina é a resultante e a causa de uma circulação de ideologias, de uma mobilização violenta e de mutações (geo)políticas e securitárias. Essas dinâmicas de mobilidade operam na interface das orientações políticas dos governantes e as aspirações dos governados.

Neste trabalho, pretendemos mobilizar ferramentas analíticas da Ciência política e da Sociologia das relações internacionais. A análise transnacional é privilegiada a fim de propor uma reflexão diagonal a partir de dados existentes e incluindo o terrorismo na categoria das “mobilizações violentas” (BAZINGUISSA-GANGA, MAKKI, 2012). O artigo baseia-se no conceito de “crimigação” para designar a relação entre criminalidade e migração. Estamos diante de um tipo de migração que se acomoda da violência e de uma criminalidade que se acomoda da violência. De qualquer maneira, as duas dimensões do mesmo problema são faces de uma mesma moeda. O transnacionalismo esclarece, com efeito, os fluxos e as relações culturais, os mecanismos políticos e econômicos e as conexões interpessoais ou privadas que se desenvolvem



para além das fronteiras dos Estados (VERTOVEC, 2009; DINGWERTH, 2007; SMOUTS *et al.*, 2006, p. 529-531). A análise permite evidenciar e apreciar nas suas dimensões transnacionais os processos de maturação, transmutação, transplantação e as repercussões internacionais do terrorismo na África contemporânea. Ela requer uma reflexão previa acerca dos termos chaves de terrorismo e migração.

Definir o terrorismo é dificultado pelo fato que atores e circunstâncias lhe-conferem sentidos variados. “Não existe definição única do terrorismo. Ninguém aceita esse qualificativo” afirma Boniface (2017, p.43). Assim, o “terrorista” de uns pode ser um “combatente da liberdade” para outros (HENNEBEL, VANDERMEERSCH, 2009, p. 53). Com base nas abordagens propostas por Walter Laqueur, Gérard Chaliand e Bruce Hoffman, M. V. Nyirurugo (2007) estima que

o terrorismo é o ato de ameaça ou de violência cometido por um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, [...] no intuito de perturbar gravemente a ordem pública através da intimidação ou do terror afim de constranger um governo ou uma organização internacional a cumprir um ato ou se abster de fazê-lo.

A partir de suas manifestações contemporâneas, Boniface (2017, p. 43) define o terrorismo como “uma das formas da guerra assimétrica a qual recorrem grupos que buscam contornar a potência militar de seus adversários”.

Os terroristas se beneficiam das mobilidades e das novas formas de migrações internacionais para elaborar estratégias de *contornos*. As migrações remetem a deslocamentos voluntários ou forçados de pessoas além das fronteiras nacionais (SMOUTS *et al.*, 2006, pp. 342-345). Mesmo se convém ressaltar que as migrações não ocorrem no intuito de perpetrar atos terroristas, o terrorismo pode tirar proveito o fenômeno migratório e/ou intensificar o mesmo.

Essa proposta metodológica permite evidenciar que não estamos diante de simples movimentos de seres humanos. No panorama crono-espacial do terrorismo na África sahelomagrebina eles podem ser movidos por ideias ou por contextos socioeconômicos e políticos na maioria das vezes instáveis. É o produto de uma dinâmica cuja origem geográfica pode ser localizada na Península Arábica, o que justifica a formulação de políticas de segurança e migração respostas transnacionais.





## O FUNDAMENTALISMO PÓS-REVOLUÇÃO IRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES TRANSNACIONAIS NA ÁFRICA

Devemos lembrar que o terrorismo é uma forma antiga de violência. Suas origens podem ser encontradas nas revoltas dos zelotas e nas exações praticadas pela seita dos Assassinos na Antiguidade (CHALIAND, BLIN, 2007). Na África, o *jihad* (guerra “santa”) começou com a expansão do islã (KI-ZERBO, 1978, pp. 103-118, 360-378 e 393-400). Hoje em dia, o terrorismo islâmico no Magrebe e no Sahel africano é consequência de muitos fatores que, do ponto de vista transnacional, podem ser agrupados em dois conjuntos. Ele é, em primeiro lugar, o resultado da revolução islâmica que começou durante a era colonial e trouxe mudanças ideológicas e políticas no Oriente Médio durante os anos 1970-1980 e que, a partir da península arábica, se estenderam na África, onde crises políticas e socioeconômicas favoreceram sua expansão.

### a) Revolução islâmica e mudanças político-ideológicas no Oriente Médio: do nacionalismo à *fatwa*

Em suas manifestações ou particularidades contemporâneas, o islamismo decorre do fundamentalismo e do reformismo muçulmano do século XIX. A princípio, essas reformas visavam opor o ideal muçulmano às adversidades impostas pelo colonialismo. De fato, após séculos sob o jugo de califados e impérios (mongóis, otomanos etc.), o Oriente Médio era dividido e dominado pelas potências coloniais europeias. No entanto, essa resistência cultural, não impediu o processo de colonização. Posteriormente, a criação, no Egito, do movimento chamado Irmandade Muçulmana por Hassan El Banna em 1928 se inscreveu na dinâmica da libertação nacional e no processo de renascimento cultural destinado a construir uma sociedade baseada nos valores do Islã. De fato, a Irmandade Muçulmana defendia tanto a independência política quanto a aplicação da lei corânica (*sharia*) para o Egito. Para isso, foram criados núcleos constituindo a base de uma rede transnacional de luta pela independência em todo o Oriente Médio, no Magrebe e até no Sudão (LAMCHICHI, 1997, p. 14-18). Emergiu e se consolidou então uma relação bastante íntima entre nacionalismo e fundamentalismo islâmico.



Entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as décadas de 1950-1960, a luta pelo renascimento cultural se intensificou sob a liderança de intelectuais como Sayed Qutb e Ayman al-Zhawahiri (BURGAT, 2007, pp. 31- 32). Segundo o Egípcio Qutb, os valores políticos dos países muçulmanos se deterioraram quando conquistaram sua independência. Apesar das expectativas geradas pelo processo de descolonização, os governos destes países permaneceram em um “estado pré-islâmico de ignorância” (*jahiliyya*). É, portanto, necessário reverter essa situação. Por isso, considera imperativo superar o conceito de renascimento (*nadha*), formulado por Mehmet Ali e reiterado pelos nacionalistas, e adotar uma verdadeira cultura da revolução (*shawra*), além de uma filosofia política favorável ao panarabismo (*thawra*) (ARKOUN, 1996 pp. 7 e 98-111; BERGEN, 2006, pp. 50; MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, pp. 99; LAMCHICHI, 1997, pp. 10-11; LEGRAIN, 1990, pp. 135-139). Com efeito, Qutb está particularmente convencido de que o Islã, por se tratar de um modo de vida, não consiste apenas na observância dos cinco pilares tradicionais. Por essa razão, limitar o *jihad* a uma atitude defensiva representa, segundo Qutb, uma forma de ignorância do Islã e de seu objetivo primordial. O pensador valoriza, em consequência, uma dimensão mais ofensiva do *jihad* (BERGEN, 2006, p. 51).

Durante as décadas de 1960 e 1970, essas ideias ressoaram muito na esfera política, contando com o apoio de um presidente como Gamal Abdel Nasser. Elas se espalham no Magrebe e, ainda mais, no Oriente Médio, onde o neocolonialismo substituiu a colonização. Nesta região, os *xás* (reis) do Irã mantinham laços particularmente estreitos com os Estados Unidos desde meados da década de 1950. No contexto da Guerra Fria e motivados pela corrupção, eles seguiam orientações políticas impostas do exterior, desempenhando um papel estratégico na política de contenção da influência da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS) na região. Em contrapartida, as elites e a família podiam usufruir de privilégios garantindo um estilo de vida contrastando com as condições de vida das populações (HAGHIGHAT, 1985). Na mesma época, Egito, Síria e Jordânia têm seu prestígio abalado pelo elevado nível de corrupção dos regimes e pela nova derrota contra Israel na ocasião da Guerra dos Seis Dias em junho de 1967 (ARKOUN, 1996, p. 93; RONDOT, 1980, p. 3 et 42-45). Em seguida, a liberalização econômica e a queda dos preços do petróleo em 1973 deterioraram ainda mais as condições de vida da população. Por fim, a invasão do Afeganistão pela URSS em 1979



revelou aos países árabes o quanto a representação do Oriente Médio aos olhos do mundo era associada a um território de aventura pelas grandes potências.

Nesse contexto crítico, em Fez, Tlemcen, Constantina, Cairo ou Damasco, os ideais do renascimento redirecionam as sociedades para a "ideologia da luta" (ARKOUN, 1996, p. 109; LAMCHICHI, 1997, p. 14-18; BURGAT, 1988). Essa sensibilidade alcance seu paroxismo no Irã onde a Revolução de 1979 põe fim ao regime do *shah* Pahlavi (11 de fevereiro de 1979). A Revolução é conduzida pelo *ayatollah* Ruholah Khomeiny que se autointitula imediatamente líder do anti ocidentalismo. Segundo ele, os Estados Unidos são responsáveis pelas calamidades que afetam os países muçulmanos. Por isso, a Nova Constituição estipula que o Irã deve difundir sua Revolução islâmica mundo afora. O Islã sendo a pedra angular do regime e a bússola da política externa, o *ayatollah* publica uma declaração de guerra (*fatwa*) contra os Estados Unidos e seus aliados ocidentais em 1989 (HAGHIGHAT, 1985, p. 81-33 e 210; ARKOUN, 1996, p. 3). Khomeiny concretiza a ideia segunda a qual o Estado não é feito para a religião, mas a religião para o Estado (GAUCHET, 1998, p. 46). O sucesso da revolução iraniana obtém um eco imediato em todo o Oriente Médio

Em meio ao processo revolucionário iraniano surge Abdullah Hazzam, líder religioso e político que acredita que os muçulmanos têm por "dever religioso" de "libertar as pessoas", "oferecer-lhes justiça islâmica e proteção religiosa" e combater os "infiéis" com a espada em nome de Alá. Hazzam fundou Al-Qaeda ("A base") no Paquistão e lançou uma jihad em escala mundial em 1987. Ele foi o mentor de Osama Bin Laden, que levou finalmente o terrorismo islâmico ao seu estágio atual sob a bandeira da Al-Qaeda. Como seu mentor, Bin Laden considera que se deve criar um Estado teocrático que se estenda da Indonésia até Marrocos, a partir do modelo talibã. Para alcançar esse objetivo, deve-se atacar em prioridade o chamado inimigo distante, os Estados Unidos, para, em seguida, enfraquecer seus aliados sub-regionais no Oriente Médio (BERGEN, 2006, p. 23-26 e 69-70).

As mudanças políticas das décadas de 1970 e 1980 no Oriente Médio aparecem, assim, como uma nova expressão do nacionalismo em prol da reafirmação dos países árabes nos assuntos internacionais e da crescente rejeição da cultura ocidental. Essa situação de antinomia cultural seria a base de uma rivalidade entre a cultura ocidental e a cultura islâmica. Samuel Huntington (2000), defensor dessa ideia, afirma que os conflitos entre Ocidente e Islã estão



menos centrados em questões territoriais do que em questões inter-civilizacionais. Num contexto em que o Ocidente reivindicou a universalidade dos seus valores durante séculos, os conflitos culturais tornaram-se assim inevitáveis. Com efeito, conforme assevera Nemo (2004, p. 123), retomando Claude Lévi-Strauss, “cada cultura apreende a realidade segundo seus próprios esquemas intelectuais”. É a partir dessas considerações que os ataques de 11 de setembro de 2001 apareceram, aos olhos dos fundamentalistas, como um ataque ao capitalismo e à ocidentalização do mundo. Para eles, os atentados simbolizam uma vitória dos muçulmanos contra a injustiça que deve inspirar revoluções em regiões do globo onde as pessoas se sentem vitimadas por crises socioeconômicas, políticas e pela dominação estrangeira. Foi assim que o terrorismo islâmico surgiu no Norte e na África Saara-Saheliana.

#### **b) Deliquescência da esfera política, da vida socioeconômica e enraizamento do fundamentalismo islamista na África**

14

Na década de 1980, o vento da revolução que soprava sobre o Oriente Médio ganhou o continente africano onde, 40 a 50 anos após as Independências, os Estados ainda não conseguiram estabelecer sistemas políticos democráticos e economias prósperas. A questão da justiça socioeconômica por meio da redistribuição equitativa da riqueza permanece, por exemplo, um problema não resolvido. Em vez da democracia multipartidária, os líderes políticos optam para partidos únicos que mergulharam, em sua maioria, os diferentes países em ditaduras (HOUNGNIKPO, 2004, p. 100-101; MBEMBE, 2001; ELLIS, 1995). A política nacional era sustentada por redes étnicas, clientelistas e de corrupção. Além disso, as relações de dependência econômica com as antigas potências coloniais não foram rompidas.

No cenário da depressão econômica da década de 1980, as condições de vida das populações africanas se deterioraram (MOYO, 2009; LATOUCHE 2007; HUGON, 2003; ELA, 1990; GIRI, 1986). Notamos, assim, contextos sociais e sociopolíticos semelhantes aos observados no Oriente Médio: neocolonialismo, impopularidade de regimes, precariedade das condições de vida. Na África, a soma desses fatores suscita descontentamentos e uma onda populista reivindicando uma mudança drástica e imediata.

No Norte da Nigéria, por exemplo, uma seita baseada em Maiduguri, Kano e Kaduna pregando um fundamentalismo islâmico criou o movimento Maitstsin que esteve ativo entre



1980 e 1984. Em abril de 1984, o Estado nigeriano começou a reprimir o movimento, causando cerca de 3.000 mortes (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE LIGAS DE DIREITOS HUMANOS – FIDH, 2015, p. 4; SMITH, 2015, p. XIV). No entanto, como veremos mais adiante, a tentativa de impedir o fundamentalismo mediante a repressão armada fracassou. O fundamentalismo inspirado do modelo talibã se desenvolveu posteriormente na África sob a liderança de Bin Laden durante sua estadia no Sudão entre 1992 e 1995 (BERGEN, 2006, p. 20).

A luta contra as calamidades socioeconômicas e políticas que afetam as populações há décadas e contra as desigualdades além de políticas em prol da justiça social constituiriam soluções possíveis enquanto pobreza e discriminação política preparam um terreno fértil para a revolta. Na África, os fundamentalistas pretendem defender esses objetivos em nível nacional, mas, também, em outras escalas na medida em que têm queixas contra a ocidentalização do Mundo. De fato, se aos olhos deles a globalização poderia representar um meio para alcançar prosperidade e paz, os princípios capitalistas em que ela se baseia agravam as desigualdades econômicas e sociais entre as grandes potências e os países “em desenvolvimento”. Essa situação constitui um pretexto para a violação da soberania dos Estados fracos (GALTUNG, 2005, p. 53; WALLERSTEIN, 2004; IGNACIO, 2002, p. 11-12; AMIN, 1970 e 1991). Na África, o *jihād* é cada vez mais associado ao desejo de lutar contra o “sistema”, ou seja, contra a exploração, a dominação e a alienação capitalistas (BIHR, 2010, p. 121). O desejo de mudança atrai multidões. De fato, muitos grupos fundamentalistas, geralmente inspirados por Al-Qaeda, estão surgindo. Cronologicamente, temos: o Grupo Salafista de Pregação e Combate (GSPC) criado em 1998 na Argélia; Ansar al-Sharia, criado em 2001 e sediado na Tunísia e na Líbia; Boko Haram criado em 2002 no nordeste da Nigéria; Al Shabab criado em 2006 na Somália; Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) ativado em 2007 – Marrocos, Argélia, Tunísia, Argélia, Mali, Mauritânia –; Ansar Dine criado em 2011 no norte do Mali; Ansar Beit al-Maqdess estabelecido no Egito em 2011; e o Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO-Al Mourabitoune) criado em 2013 (DUPUIS, 2014; DANIEL, 2012).

Inicialmente e, pelos menos oficialmente, os fundamentalistas africanos, assim como os revolucionários do Oriente Médio, almejavam remediar aos problemas políticos e socioeconômicas afligindo os Estados pós-coloniais. Eles também estão dispostos a lutar contra a cultura ocidental. O nome “Boko Haram” é, por exemplo, é uma combinação do termo fulani



*boko* (referindo-se a “livro” em inglês) e a palavra árabe *haram* que significa “proibido”. A redação objetiva do “Boko Haram” é, portanto, “a escolarização ocidental é proibida ou é um pecado” (THURSTON, 2017; BONIFACE, 2017). Além da tentativa de solucionar os problemas socioeconômicos da Nigéria, esse grupo, hostil à cultura ocidental, segue, assim, os passos do movimento Maitstsin (OJOCHENEMI *et al.*, 2015).

Com a aceleração do processo de globalização, a religião tornou-se, portanto, um meio para se proteger dos excessos da modernidade e preservar a dignidade humana (PARENTEAU e PARENTEAU, 2008, p. 74). Os fundamentalistas pretendem, assim, criar “santuários”, ou califados, onde as normas religiosas devem ser aplicadas e transmitidas às gerações subsequentes. Desejando reafirmar a centralidade da identidade religiosa, eles têm teoricamente a ambição de reconstruir a sociedade com base no Alcorão. No entanto, em vez de reconstruir a sociedade, o fundamentalismo gerou ainda mais calamidades como massacres, destruições, bombardeios, sequestros, assassinatos. As mudanças significativas na ecologia das migrações e políticas de segurança na África do Saara-Sahel e do Magrebe são um produto deste fenômeno.

## **MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E DINÂMICAS DE SEGURANÇA INDUZIDAS PELO TERRORISMO NA ÁFRICA SAARA-SAHELIANA E NO MAGREBE**

As repercussões do fundamentalismo em África se inscrevem num amplo espectro. Prestamos aqui especial atenção à consolidação das redes migratórias transnacionais de terrorismo e à dinâmica transnacional da cooperação militar e de segurança.

### **a) Consolidação das redes transnacionais da mobilidade violenta**

Na África do Norte e Saharo-Saheliana, o fundamentalismo tem favorecido a constituição e a consolidação de redes transnacionais de “mobilidade violenta”. A ideia da rede está subordinada ao fato de que, entre os grupos fundamentalistas, a religião representa um fator de aproximação tanto nacional quanto internacionalmente. É um marcador de identidade que os “confrades” colocam acima das identidades nacionais ou regionais, porque a identidade do muçulmano é considerada celestial (AOUN, 2009, p. 97-98). Por isso, cidadãos de outros países,



que compartilham as mesmas convicções, compreendem a gramática do *jihād* e aderem aos objetivos da luta (LAMCHICHI, 1997, p. 18-20). A noção de fidelidade está, assim, ligada à hierarquia da fé. O prosélito jura fidelidade a grupos de solidariedade (*açabiyya*). Os *açabiyyas* são de fato redes baseadas em relações familiares e pessoais que, muitas vezes, têm ligações transnacionais (ROY, 1996).

A consequência dessa fidelidade às vezes muito intensa é que o prosélito acaba se afastando de seus princípios iniciais. Pode, por exemplo, sacrificar os interesses do seu lugar e privilegiar a guerra, quando, em teoria, deveria lutar localmente pela justiça e pela paz. Recorrendo à diferentes meios de transporte (avião, barco, carro ou mesmo a pé), os fundamentalistas migram e se infiltram nas sociedades no intuito de perpetrar atos terroristas (KAYA, 2009). A criação de grupos fundamentalistas na África após a década de 1980 contribuiu, momentaneamente, para consolidar uma rede transnacional de terrorismo internacional que a Al-Qaeda queria construir desde suas origens. Inspirados, de fato, por mudanças ocorridas no Irã e no Oriente Médio, os líderes fundamentalistas africanos estabeleceram laços estreitos com as lideranças da Al-Qaeda. A partir deste momento, essa organização conseguiu elaborar um dispositivo logístico para construir um califado mundial e mobilizar uma verdadeira cadeia de combatentes espalhados em diversas regiões do Mundo, entre as quais a África setentrional e o Sahel. O sonho de serem verdadeiros revolucionários sob a bandeira da Al-Qaeda é então ilustrada pelo uso de vídeos de propaganda para divulgar suas ações na mídia mundial e se instalar na memória das sociedades (SEIB e JANBEK, 2011). Bin Laden recorreu extensivamente a esta estratégia para valorizar seu carisma. Boko Haram se inspira nele e a usa, ao exemplo de todos os outros grupos terroristas.

Aderindo a abordagem globalizante preconizada por Al-Qaeda, os fundamentalistas africanos optaram por regionalizar suas redes de ação. É o caso de AQMI (Al-Qaeda no Magreb Islâmico) no Norte de África, MUJAO na região do Sahel e Al Shebab na África Oriental (Dupuis, 2014; Daniel, 2012). Podemos incluir Boko Haram, que pretende ir além das fronteiras da Nigéria para construir um califado dentro dos limites dos impérios pré-coloniais de Kanem, Bornu e Sokoto. Para isso, a seita precisa reunir os Estados de Borno, Adamawa e Yobe na Nigéria, e estender-se gradualmente direção ao norte de Camarões, ao Chade e ao Níger. O movimento conseguiu projetar-se para Mali, Líbia, Sudão e Norte da República Centro-Africana



até seu enfraquecimento a partir de 2016 (KOUIGNOU, 2016; RASAQ, 2016, p. 5; INTERNATIONAL CRISIS GROUP – ICG, 2016, pp. 8-10; GIBBAUD, 2014; ZENN, 2014, pp. 9-10; MENNER, 2014, pp. 11; SEIGNOBOS, 2014, pp. 149-169; NGOUPANDÉ, 2003). Entre Boko Haram, MUJAO, Al Shebab e AQMI, foi estabelecida uma rede transnacional de apoio mútuo e de solidariedade no que diz respeito ao recrutamento de membros, seu treinamento e ao fornecimento de material bélico.

Os grupos fundamentalistas mantêm também vínculos de solidariedade transnacional com aqueles baseados em outros continentes. De fato, a rede criada pela Al-Qaeda é baseada na comunhão e na interação entre os diversos movimentos. Por isso, grupos terroristas islâmicos operando na África mantêm relações com células da Ásia Central e do Sudeste. Muitos entre esses grupos foram criados na década de 1990, período marcado por uma radicalização dos movimentos islâmicos que passaram gradualmente da revolução religiosa para a "guerra" contra a "conspiração" ocidental (ROY, 1999, p. 11-12; LAMCHICHI, 1997, p. 12-14). Al-Shabaab na Somália tem ligações estreitas com a Al-Qaeda no Iêmen. Na Ásia Central e no Sudeste Asiático Lashkar-e-Toiba (1990), é ativo na Caxemira e no Paquistão; Jemaah Islamiyah (1993), opera na Tailândia, Malásia, Indonésia, Cingapura, Brunei e Filipinas; Tehrik-e Taliban Paquistão (1994) é instalado no Paquistão e no Afeganistão; o Movimento Islâmico do Uzbequistão (1997) é presente na Ásia central; Abu Sayyaf (1998) na Malásia; o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (1999 / 2000) na região chinesa de Xinjiang; o Emirado do Cáucaso (2004) mantém atividades na região do Cáucaso; Laskar Jihad é ativo na Indonésia etc. Todos esses grupos são ligados à Al-Qaeda. Por sua parte, Daesh (Estado Islâmico) e al-Nosra foram criados respectivamente em 2006 no Iraque (com conexões na Síria) e 2012 na Síria (DUPUIS, 2014; SEIB e JANBEK 2011: 41-42; Roy, 1996).

Ao cooperar, os grupos terroristas transnacionais se fortalecem, de modo que notamos uma simetria entre essa dinâmica e a onda de choque causada por suas exações que vão desde a destruição material ao assassinato em massa de seres humanos. Na medida em que as estatísticas são precárias, seria imprudente apresentar um balanço preciso dos ataques terroristas fundamentalistas desde os anos 2000. De fato, milhares de pessoas perderam suas vidas e muitas infraestruturas também foram destruídas tanto na África quanto na Europa, Ásia, Américas e





Oceania. Esse fenômeno agrava também os conflitos confessionais que opõem, por exemplo, cristãos e muçulmanos no Sudão, Nigéria, Chade, República Centro Africana, Egito etc.

Uma análise qualitativa permitiria avaliar as consequências da multiplicação de grupos terroristas que fazem da insegurança uma preocupação permanente no Norte de África e na região Saara-Saheliana cometendo ataques a bomba, fazem reféns, usam armas de fogo, traficam seres humanos etc. Desde 11 de setembro de 2001, os alvos clássicos (estratégicos ou militares) têm sido cada vez mais evitados, enquanto os “alvos leves” (*soft targets* ou seja, alvos indefesos – civis, igrejas, escolas, hospitais, entre outros–) são escolhidos para causar o máximo de dano possível. Tal rede de insegurança fez com que muitas regiões fossem classificadas como “áreas proibidas” pelos países ocidentais para seus cidadãos (SAÏBOU, 2014, p. 10). Isoladas do mundo exterior, essas regiões afundaram em depressão econômica. Os grupos fundamentalistas aparecem, na atualidade, principalmente motivados pela prática de uma violência letal (HOFFMAN, 1999, p. 106). Uma situação que estimula os Estados a promulgar políticas de segurança transnacionais.

#### **b) Coprodução transnacional de segurança na África Saara-Saheliana e Magrebe: um viático, uma tendência**

O aumento exponencial dos ataques terroristas provocou mudanças nas políticas de segurança dos Estados desde os atentados de 11 de setembro de 2001. Anteriormente, os países ocidentais (especialmente os Europeus) privilegiavam redes de mediação com os países árabes ribeirinhos do Mar Mediterrâneo com base em cooperações econômicas e comerciais. O Plano de Barcelona (1995) visava, por exemplo, fortalecer a democracia e o diálogo cultural nos países árabes (MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, p. 102). Esse plano serve obviamente os interesses e objetivos estratégicos dos países europeus. É, em particular, o caso da França, que busca historicamente uma base mediterrânea para catalisar sua projeção geopolítica na Europa e contrabalançar a influência dos países anglo-saxões (Inglaterra e Alemanha). Aproximadamente ao mesmo tempo, os Estados Unidos manifestam maior disposição a construir uma relação de solidariedade com os países muçulmanos, afirmando que pretendem construir uma “ponte” entre todos os sistemas espirituais (ZEGHAL, p. 2002, p. 56). Trata-se, na realidade, de favorecer o



que Jurgen Habermas (2002, p. 136-138) considera ser a necessária, ainda que prudente, abertura do cristianismo às religiões não-cristãs.

Mas a partir de 2001, os EUA foram obrigados a declarar a "guerra ao terrorismo" e ao "eixo do mal", ou seja, aos países considerados terroristas ou apoiantes do terrorismo, nomeadamente o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte (RAL, 2009; KEPEL, 2008, p. 13-16; IGNACIO, 2002, p. 80; MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, p. 95). O país aumentou significativamente seu orçamento destinado a defesa que alcançou US\$ 561,8 bilhões em 2006, ou 2,5 vezes a do Canadá (DAVID, 2006, p. 69). Essas iniciativas levaram à invasão do Iraque em 2003 (MOWLE, 2007).

Os Estados Unidos lançaram em 2002 a Iniciativa de Contraterrorismo Trans-Sahariana (TSCT), instrumento que, após o 11 de setembro, deveria ajudar a conter a expansão da Al-Qaeda. A África é, segundo eles, chamada a desempenhar um papel importante na luta contra o terrorismo. A TSCT mobilizou, por exemplo, 1.400 soldados para apoiar a Força-Tarefa Conjunta Combinada operando no Chifre da África. Na “zona Saara-Sahel”, Mauritânia, Mali, Níger, Nigéria, Senegal e Chade são inseridos na iniciativa TSCT em 2004, permitindo aos Estados Unidos de intensificar suas operações militares e desenvolver novas alianças estratégicas.

A criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), em 2007, participa da mesma lógica. Cabe aos Estados Unidos estabelecer uma plataforma para conter a violência terrorista no continente. Esse ativismo militar é apresentado como uma questão de segurança nacional por um país que quer evitar ataques semelhantes aos do 11 de setembro no seu solo. Por seu lado, os Estados africanos envolvidos na luta contra o terrorismo pretendem também combinar seus esforços para garantir a integridade de seus territórios e promulgar novas políticas de segurança. Os acordos em nível transnacional começaram a se multiplicar no início dos anos 2000. No Norte da África, o presidente argelino Abdel Aziz Bouteflika iniciou a cooperação militar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Marrocos, por seu lado, reforça a sua cooperação militar com os Estados Unidos dos quais obtém apoios financeiros de cerca de 20 milhões de dólares em 2004 e 57 milhões de dólares em 2005 para combater o terrorismo. Em 2004, Washington também concedeu ao Marrocos o status de aliado preferencial da OTAN. Isso permite que o reino cherifiana participe de programas de pesquisa e



desenvolvimento de defesa da organização (MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, p. 117-120). Desde então, os estados norte-africanos empreenderam muitas outras iniciativas para combater a AQMI.

Na África Ocidental, além da plataforma de cooperação criada pelos Estados Unidos, os Estados da sub-região atacam Ansar Dine, MUJAO-AI Mourabitoune e AQMI. A Mauritânia sediou uma conferência internacional sobre a luta contra o terrorismo nos dias 20 e 21 de setembro de 2004. Participaram especialistas da Interpol e de 19 países, incluindo Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Senegal e Togo. Durante esta reunião foram realizadas operações transfronteiriças conjuntas para combater o terrorismo. Um ano depois, entre os dias 14 e 15 de fevereiro de 2005, Burkina Faso organizou um *workshop* sobre técnicas de inteligência voltadas para a luta contra o terrorismo. Argélia, Benin, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, Níger, Senegal, Chade, além de Estados Unidos e França participaram do evento. Alguns anos depois, a Costa do Marfim, aproveitou a 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York –21/27 de setembro de 2011–, para manifestar seu desejo de se envolver plenamente na cooperação securitária regional e na luta contra o terrorismo. Em 2012, o governo do Níger estabeleceu o controle das áreas fronteiriças e destinou um orçamento de 44 bilhões de FCFA à defesa, o que possibilitou, entre outros, a aquisição de dois aviões DA42 para fortalecer a vigilância das fronteiras. O Mali buscou, paralelamente, otimizar sua política de luta contra MUJAO-AI Mourabitoune, estreitando sua cooperação militar com a França que estabeleceu um quadro para as operações de combate ao terrorismo Serval (janeiro de 2013 - julho de 2014) e Barkhane (desde 1 de agosto de 2014).

Mas, para serem mais eficazes e oferecer respostas endógenas, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Mali, Níger e Chade lançaram também uma plataforma de cooperação com vista a desmantelar uma rede transnacional de violência e terrorismo. O “G5 Sahel” foi assim criado em fevereiro de 2014 para lutar contra MUJAO-AI Mourabitoune, AQIM, Boko Haram e Ansar Dine (LEYMARIE, 2018).

Na Bacia do Lago Chade, a mobilização transnacional ou interestatal foi um pouco mais lenta e tardia. Além das ações realizadas pelos Estados Unidos na região, observamos que os países lutavam contra o islamismo armado sem coordenação. Mas essa abordagem evidenciou rapidamente seus limites, conforme pode ser observado na Nigéria, onde a polícia e o exército



tentaram aniquilar as fortalezas do Boko Haram em Bauchi, Borno, Kano e Yobe em julho de 2009 (SMITH, 2015, pp. XIV e 11-12; FIDH, 2015, p. 4). Na época, nem mesmo o estabelecimento de uma base de retaguarda do grupo armado nas montanhas Mandara em Camarões em 2009 conseguiu estimular a cooperação entre autoridades nigerianas e camaronesas (ICG, 2016, p. 8-10). Foram necessários dois anos para que seja organizada uma reunião em Yaoundé entre os presidentes camaroneses e chadianos em dezembro de 2011, pontapé de uma cooperação que se traduziu pela criação de uma Comissão de Segurança binacional voltada para as questões de segurança transfronteiriça. Foram, finalmente, os ataques do Boko Haram no Norte de Camarões em março de 2014 que estimularam a intensificação da cooperação entre Camarões, Nigéria, Níger e Chade. Entre 2015 e 2016, esse conjunto de esforços deu origem à Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), incluindo o Benin. Foi desta maneira que a insegurança criada pelo Boko Haram na bacia do Lago Chade foi contida (ICG, 2016, p. 22-36; ANGERBRANDT, 2017, p. 5-6).

As respostas militares ao terrorismo em ambos os lados da zona que se estende desde a faixa Saharo-Saheliana até ao Magrebe sugeriram a criação de uma Força Africana de Alerta (FAA), sob a tutela da União Africana (UA). Num momento marcado por um protagonismo crescente dos grupos terroristas fundamentalistas, a instalação desta força de segurança panafricana era suscetível de trazer mais esperança às populações. No entanto, as convulsões que têm pontuado a agenda de operacionalização do dispositivo tático, desde sua concepção até seu plano de implementação em março de 2005, diminuíram as expectativas em relação ao projeto (CLAMENT, 2016; CONING de *et al.*, 2015). No entanto, à medida que os cenários de conflagração mudam, chegou a hora deste projeto se tornar operacional, operando ao serviço dos povos como o braço militar da União Africana.

## CONCLUSÃO

As relações internacionais não estão mais imunes à influência do fundamentalismo religioso. O terrorismo islâmico é um dos desafios que a humanidade ainda enfrenta no início do século XXI. Notícias recentes mostram que a África ainda não conseguiu resolver esse problema. O Estado Islâmico na África Central (ISCAP), que está implantado na região dos Grandes Lagos



e já é muito ativo na República Democrática do Congo (RDC) e em Moçambique, é um novo agente de violência. Considerando que a África subsaariana sofre há décadas das consequências de guerras e rebeliões, a possibilidade do continente ser transformado no Eldorado dos fundamentalistas neste início do século XXI é um risco real.

Quanto tempo essa situação vai se perpetuar? De que maneira os Estados conseguirão mitigar os efeitos deste fenômeno? Não é fácil dar respostas à essas perguntas. Por isso, nossa reflexão pretende fornecendo dados úteis para a análise do contexto em que o fundamentalismo prosperou e se consolidou no Norte de África e na África Saharo-Saheliana. A partir de uma perspectiva transnacional, acreditamos que o terrorismo islâmico na África foi desencadeado pelas ligações transnacionais existentes entre a revolução islâmica no Oriente Médio e dinâmicas próprias ao continente. Seu enraizamento na região foi facilitado pelos malefícios a ordem económica, social e política no continente vigente. Redes transnacionais de recrutamento, fornecimento de material bélico e de mobilização violenta, que escapam muitas vezes ao controle dos Estados, viabilizaram o processo.

Diante desta situação, os Estados contam com armas e máquinas de guerra para combater as redes terroristas fundamentalistas. No entanto, entre 2004 e 2010, observamos uma dinâmica favorável as políticas transnacionais que, apesar de suas deficiências e das dificuldades que enfrentam, merecem ser mantidas, fortalecidas e consolidadas, a condição de serem reformuladas e melhoradas.

É imperativo construir um modelo preventivo de segurança humana na África, baseado em sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicos, militares e culturais promovendo um clima de estabilidade, segurança e paz compartilhada. Permitiria, assim, de garantir aos indivíduos os meios essenciais para sua sobrevivência e para preservar sua dignidade (Fundo das Nações Unidas para a Segurança Humana – FNUSH, 2009, p. 6).

Nosso estudo permitiu verificar que não estamos diante de um simples fenômeno de mobilidade de fanáticos lobotomizados. Com efeito, as migrações não se limitam à circulação de mercadorias e seres humanos. Os militantes circulam motivados por ideais e ideologias consubstanciais aos contextos socioeconômicos e políticos em que vivem. Esse fenômeno desafia os governos que precisam inscrever as políticas de segurança pública nas trajetórias complexas da mobilidade. As políticas devem ser constantemente renovadas no intuito de



atender às demandas das populações, em situações caracterizadas pela prioridade acordada ao status quo político pelas autoridades.

## REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **L'accumulation à l'échelle mondiale**. tome 2, Paris/Dakar: Anthropos, 1970.
- AMIN, S. **L'empire du chaos: la nouvelle mondialisation capitaliste**. Paris: L'Harmattan, 1991.
- ANGERBRANDT, H. **Nigeria and the Lake Chad Region Beyond Boko Haram**. Policy Note, 3, Uppsala, Nordic Africa Institute, 2017.
- AOUN, S. La nationalité québécoise et l'Islam. In: RICHARD, Louis-André (dir.). **La nation sans la religion ? Le défi des ancrages au Québec**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, p. 97-98, 2009.
- ARKOUN, M. **La pensée arabe**. 5<sup>ème</sup> édition. Paris: PUF, 1996.
- BATISTELLA, D. **Paix et guerres au XXI<sup>ème</sup> siècle**. Cedex: Sciences Humaines Éditions, 2011.
- BAZINGUISSA-GANGA, R; MAKKI, S (dir.). **Sociétés en guerres. Ethnographies des mobilisations violentes**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2012.
- BECK, C. The Contribution of Social Movement Theory to Understanding Terrorism. **Sociology Compass**, 2(5), p. 1565-1581, 2008
- BERGEN, P. **Ben Laden, l'insaisissable**. Paris : Michel Laffont, 2006.
- BICKFORD, L; AMY, S. Remembering Yesterday to Protect Tomorrow: The Internationalization of a New Commemorative Paradigm. In: YIFAT, Gutman. **Memory and the Future: Transnational Politics, Ethics and Society**. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, p. 66-86, 2010.
- BIHR, A. **La logique méconnue du « capital »**. Lausanne : Les Éditions Page Deux, 2010.
- BONIFACE, P. **La géopolitique**, 4<sup>ème</sup> édition. Paris : Eyrolles, 2017.
- BURGAT, F. **L'islamisme au Maghreb: la voix du Sud**. Paris : Karthala, 1988.
- BURGAT, F. **L'Islamisme en face**. Paris : La Découverte, 2007.



CHALIAND, G; BLIN, A. **The History of Terrorism: From Antiquity to Al Qaeda.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2007.

CILLIERS, J. L'Afrique et le terrorisme. **Afrique contemporaine**, 209, p. 81-100, 2004.

CLAMENT, J-M. Les régionalisations des réponses aux crises africaines. **Revue Défense Nationale**, 792, p. 23-28, 2016.

DANIEL, S. **AQMI: l'industrie de l'enlèvement.** Paris: Fayard, 2012.

DAVID, C-P. **Le 11 Septembre 2001, cinq ans plus tard.** Québec: Éditions du Septentrion, 2006.

DE CONING, C. **Options stratégiques pour l'avenir des opérations de paix africaines 2015–2025**, Rapport de Séminaire, Oslo: Institut Norvégien des Affaires Internationales, 2015.

DE MONTBRIAL, T; DEFARGES, P. M (dir.). **Rapport annuel mondial sur le système économique et les stratégies (RAMSES) 2006: 60 ans après la guerre, un monde en recomposition.** Paris : IFRI, 2006.

DINGWERTH, Klaus. **The New Transnationalism: Transnational Governance and Democratic Legitimacy.** New York/London: Palgrave Macmillan, 2007.

DUPUIS, L. Les 18 principaux groupes islamistes armés dans le monde. **La Croix** [en ligne], 2014. URL : < <https://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Les-18-principaux-groupes-islamistes-armes-dans-le-monde-2014-09-23-1210674> >, consulté le 10 juin 2019.

ELA, J-M. **Quand l'État pénètre en brousse...** Les ripostes paysannes à la crise. Paris: Karthala, 1990.

ELLIS, S. **L'Afrique maintenant.** Paris: Karthala, 1995.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES LIGUES DES DROITS DE L'HOMME (FIDH). **Nigeria: les crimes de masse de Boko Haram.** Paris: FIDH, 2015.

FONDS DES NATIONS UNIES POUR LA SÉCURITÉ HUMAINE (FNUSH). **La sécurité humaine en théorie et en pratique.** New York: Nations Unies, 2009.

GALTUNG, J. **Pax Pacifica: Terrorism, the Pacific Hemisphere, Globalization and Peace Studies.** London/Boulder: Pluto Press/Paradigm Publishers, 2005.

GAUCHET, M. **La religion dans la démocratie, parcours de la laïcité.** Paris: Gallimard, 1998.

GIBBAUD, P. **Boko Haram: Histoire d'un islamisme sahélien.** Paris: L'Harmattan, 2014.



- GIRI, J. **L'Afrique en panne: vingt-cinq ans de « développement »**. Paris: Karthala, 1986.
- HABERMAS, J. **Religion and Rationality: Essays on God, Reason and Modernity**. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell Publishers Ltd, 2002.
- HAGHIGHAT, C. **1979: Iran, la révolution islamique**. Bruxelles: Éditions Complexe, 1985.
- HALPERN, C; RUANO-BORBALAN, J-C. **Identité(s) : l'individu, le groupe, la société**. Cedex: Sciences Humaines Éditions, 2004.
- HARTMANN, E. Violence: Constructing an Emerging Field of Sociology. **International Journal of Conflict and Violence**, 11, p. 1-9, 2017.
- HENNEBEL, L; VANDERMEERSCH, D. **Juger le terrorisme dans l'État de droit**. Bruxelles: Bruylant, 2009.
- HOFFMANN, B. **La mécanique terroriste**. Paris : Calman-Lévy, 1999.
- HOUNGNIKPO, M. **L'illusion démocratique en Afrique**. Paris: L'Harmattan, 2004.
- HUGON, P. **L'économie de l'Afrique, 4<sup>ème</sup> édition**. Paris: La Découverte, 2003.
- HUNT, L. **History: Why It Matters**. Oxford: Polity Press, 2018.
- HUNTINGTON, S. P. **Le choc des civilisations**. Paris: Odile Jacob, 2000.
- IGNACIO, R. **Guerres du XXI<sup>e</sup> siècle**. Paris: Galilée, 2002.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Cameroon: Confronting Boko Haram. **Africa Report**, 241, Brussels, ICG, 2016.
- KAYA, A. **Islam, Migration and Integration: the Age of Securitization**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- KEPEL, G. **Beyond Terror and Martyrdom. The Future of the Middle East**. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press, 2008.
- KI-ZERBO, J. **Histoire de l'Afrique noire, d'hier à demain**. Paris: Hâtier, 1978.
- KOUGNOU, L. **Boko Haram: parti pour durer**. Paris: L'Harmattan, 2016.
- LAGRANGE, H. Sécularisation et désécularisation. **Esprit**, 372(2), p. 88-90, 2011.
- LAMCHICHI, A. Islamisme et violence politique. **Confluences Méditerranée**, n.20, p. 9-21, 1997.





LATOUCHE, S. **Entre mondialisation et décroissance: l'autre Afrique**. Lyon: Éditions À plus d'un titre, 2007.

LEGRAIN, J-F. Mobilisation islamiste et soulèvement palestinien, 1987-1988. In : KEPEL, G; YANN, R. **Intellectuels et militants de l'Islam contemporain**. Paris : Seuil, p. 131-166, 1990.

LEYMARIE, P. G5 Sahel : une coopération régionale pour s'émanciper de la France. **Le Monde Diplomatique** [en ligne], 2018. URL : <https://www.monde-diplomatique.fr/2018/07/LEYMARIE/58794> , consulté le 10 juin 2019.

MATHIEU, L. **Comment lutter? Sociologie et mouvements sociaux**. Paris: Les Éditions Textuel, 2004.

MBEMBE, A. **De la postcolonie. Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine**. Paris: Karthala, 2000.

MENNER, S. Boko Haram's Regional Cross-Border Activities. **Combating Terrorism Center Sentinel**, 7(10), p. 10-14, 2014.

MOWLE, T. **Hope is not a plan: the war in Iraq from inside the Green Zone**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2007.

MOYO, D. **L'aide fatale: les ravages d'une aide inutile et de nouvelles solutions pour l'Afrique**. Paris: JC Lattès, 2009.

NEMO, P. **Qu'est-ce que l'Occident ?** Paris : PUF, 2005.

NGOUPANDÉ, J-P. **L'Afrique face à l'Islam**. Paris: Albin Michel, 2003.

NINO, G. **Les espaces de la diversité culturelle. Du multilatéralisme au multiculturalisme régional**. Paris: Karthala, 2010.

NTUDA ÉBODÉ, J. V. **Terrorisme et piraterie : de nouveaux enjeux sécuritaires en Afrique centrale**. Yaoundé: Presse Universitaires d'Afrique, 2010.

NYIRURUGO, M. V. La Cour Pénale Internationale et le terrorisme international: le problème de compétence *ratione materiae*. **Congo Forum** [en ligne], 2007. URL : <http://www.congoforum.be/upldocs/La%20Cour%20P%C3%A9nale%20Internationale%20et%20le%20terroris.pdf>, consulté le 10 juin 2019.

OJOCHENEMI, J. D. **Boko Haram: the Socio-Economic Drivers**. New York: Springer, 2015.

OULD HAMED, M. Menace terroriste en Mauritanie : un cas d'école. **L'Année du Maghreb**, II, p. 337-343, 2006.



OWONO, J. F. **Terrorisme ou paraterrorisme en Afrique centrale : le cas de Boko Haram au Cameroun.** Saint-Denis: Connaissances et Savoirs, 2017.

PARENTEAU, D; PARENTEAU, I. **Les idéologies politiques: le clivage gauche-droite.** Québec: Presses de l'université du Québec, 2008.

RAL, N. **La stratégie sécuritaire des États-Unis dans la corne de l'Afrique depuis le 11 septembre 2001.** Montréal: Centre d'études des politiques étrangères et de sécurité, 2009.

RASDAQ, M. **Impact of Boko Haram Insurgency on Nigeria's Relations with its Neighbours.** GRIN Verlag, 2016.

RONDOT, P. **La Jordanie.** Paris: PUF, 1980.

ROY, O. Groupes de solidarité au Moyen-Orient et en Asie centrale: États, territoires et réseaux. **Les Cahiers du CERI**, 16, p. 3-47, 1996.

ROY, O. Le post-islamisme. **Revue des Mondes Musulmans et de la Méditerranée**, 85-86, p. 11-30, 1999.

SAÏBOU, I. En guise d'introduction: des effluves au théâtre d'opérations, une région en récession. **Kaliao, Revue Pluridisciplinaire de l'École Normale Supérieure de Maroua**, Vol. Spécial, p. 8-11, 2014.

SAMBO, A. La cohérence des coalitions interrégionales pour lutter contre le terrorisme en Afrique subsaharienne : cas de la Force multinationale mixte de la CBLT contre la secte Boko Haram. **Afrique et Développement**, XLII(3), p. 137-155, 2017.

SEIB, P; JANBEK, D. **Global Terrorism and New Media: the post Al-Qaeda generation.** New York: Routledge, 2011.

SEIGNOBOS, C. Boko Haram: innovations guerrières depuis les monts Mandara. Cosaquerie motorisée et islamisation forcée. **Afrique Contemporaine**, 252, p. 149-169, 2014.

SMITH, M. **Boko Haram: Inside Nigeria's Unholy War.** London/New York: I.B. Tauris, 2015.

SMOUTS, M-C. **Dictionnaire des relations internationales.** Paris: Dalloz, 2006.

THURSTON, A. **Boko Haram: The History of an African Jihadist Movement.** Princeton: Princeton University Press, 2017.

VÉRON, J-B. La Somalie : un cas désespéré ? **Afrique Contemporaine**, 232, p. 97-113, 2009.



VERTOVEC, S. **Transnationalism**. London/New York: Routledge. 2009

WALLERSTEIN, I. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham/London: Duke University Press, 2004.

ZEGHAL, M. Les États-Unis et l'islam politique. **Archives de Sciences Sociales des Religions**, 120, p. 50-60, 2002.

ZENN, J. Boko Haram: recruitment, financing and arms trafficking in the Lake Chad region. **Combating Terrorism Center Sentinel**, 7(10), p. 5-10, 2014.



**DOSSIÊ TEMÁTICO:**

***QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA***

**Artigo**



**PATRIMÔNIO GEOPOLÍTICO EM CABO VERDE: NOVOS RECURSOS  
NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

**GEOPOLITICAL HERITAGE IN CAPE VERDE: NEW RESOURCES IN SUB-  
SAHARAN AFRICA**

**PATRIMOINE GÉOPOLITIQUE AU CAP-VERT : DE NOUVELLES RESSOURCES  
EN AFRIQUE SUBSAHARIENNE**

*Por Dirceu Cadena*

Dirceu Cadena  
Departamento de Geografia da Universidade  
Federal do Ceará (UFC).  
dirceucadena@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6601-3646>

Como citar  
CADENA, D. Patrimônio geopolítico em Cabo  
Verde: novos recursos na África subsaariana.  
**Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 30-50, abr.- jun.  
2022

Recebido 22/03/2022  
Aceite: 28/04/2022



**RESUMO.** o presente estudo analisa como o patrimônio mundial foi transformado em um recurso geopolítico contemporâneo na África subsaariana. Os estudos sobre geopolítica estão relacionados desde sua origem com a análise das relações estabelecidas entre poder estatal e a utilização dos recursos naturais. A partir dos anos 1990, a busca pela inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO tornou-se recorrente em diferentes países Africanos, possibilitando o surgimento de novas redes internacionais de cooperação técnicas e financeiras ou justificando ações militarizadas variadas, estabelecendo, assim, novas geopolíticas. A partir de análise documental, a pesquisa compreende a mobilização do patrimônio mundial por Cabo Verde, considerando que este Estado atuou na arena internacional do Comitê do Patrimônio Mundial para alcançar interesses distintos da preservação do passado, transformando a Cidade Velha de Ribeira Grande em um patrimônio geopolítico.

**Palavras-chave:** Recurso geopolítico. Lista do Patrimônio Mundial. Comitê do Patrimônio Mundial. Cidade Velha de Ribeira Grande.

**ABSTRACT.** The present study analyzes how world heritage has been transformed into a contemporary geopolitical resource in sub-Saharan Africa. Studies on geopolitics are traditionally related with the relationships between state power and the use of natural resources. From the 1990s, the search for the inscription of properties on the UNESCO World Heritage List became recurrent in different African countries. This made possible the emergence of new international networks of technical and financial cooperation or militarized actions, establishing new geopolitics. Based on documental analysis, this work analyzes how Cape Verde uses the World Heritage, considering that this State acted in the international arena of the World Heritage Committee to achieve interests other than the preservation of the past, transforming the Old Town of Ribeira Grande into a geopolitical heritage.

**Keywords:** Geopolitical resource. World Heritage List. World Heritage Committee. Historic Centre of Ribeira Grande.

**RÉSUMÉ.** La présente étude analyse comment le patrimoine mondial s'est transformé en une ressource géopolitique contemporaine en Afrique subsaharienne. Les études sur la géopolitique sont traditionnellement liées aux relations entre le pouvoir de l'État et l'utilisation des ressources naturelles. Après des années 1990, la demande de l'inscription de biens sur la Liste du patrimoine mondial de l'UNESCO est devenue récurrente dans différents pays africains. Cela a permis l'émergence de nouveaux réseaux internationaux de coopération technique et financière ou d'actions militarisées, établissant des nouveaux géopolitiques. Sur la base d'une analyse documentaire, ce travail analyse comment Cap-Vert a utilisé le patrimoine mondial, considérant qu'il a joué dans l'arène internationale du Comité du patrimoine mondial pour atteindre des intérêts autres que la préservation du passé, transformant la vieille ville de Ribeira Grande en un patrimoine géopolitique.

**Mots clés:** Ressource géopolitique. Liste du patrimoine mondial. Comité du patrimoine mondial. Vieille ville de Ribeira Grande



## INTRODUÇÃO

O presente estudo discute como o patrimônio mundial é um novo tipo de recurso mobilizado pelos Estados no período contemporâneo para ingressar em redes internacionais de financiamento, estruturar territórios, afirmar hegemonias ou atrair investimentos privados.

Se a partir do século XIX invasões territoriais para ocupar espaços ricos em recursos naturais eram tratadas como necessárias para os Estados alcançarem posições politicamente valiosas na consolidação de seu espaço vital (RATZEL, 1990 [1896]), a partir dos anos 1980, com a reestruturação econômica e revolução tecnológica, as conquistas territoriais passam a ocorrer de maneira associadas à oferta de atrativos estruturais para a exploração do território por iniciativas privadas (BECKER, 1988).

Apesar da busca por recursos naturais ainda acionar diversas geopolíticas contemporâneas, como as do petróleo (MONIÉ, 2012) ou da água (RIBEIRO, 2008), agora recursos estruturais são criados pelos próprios Estados para atrair investimentos em áreas consideradas estratégicas. Como será discutido nesse artigo, no período contemporâneo aspectos culturais também são produzidos para a atração de investimentos privados e construção de acordos de cooperações multilaterais entre Estados, configurando-se em novos recursos geopolíticos.

Dentre os aspectos associados à cultura, o patrimônio mundial se constitui em interessante elemento geopolítico contemporâneo. Utilizado tanto por países centrais ou por aqueles em desenvolvimento, a formação de um espaço de decisão internacional voltado para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial, ampliou os objetivos da preservação de formas do passado. É no espaço do Comitê do Patrimônio Mundial onde determinados objetos são globalmente reconhecidos como patrimônio mundiais, contribuindo para a consolidação de poderes geoculturais (WINTER, 2020), permitindo ao Estado orientar as maneiras com que uma parcela do mundo será interpretada e utilizada.

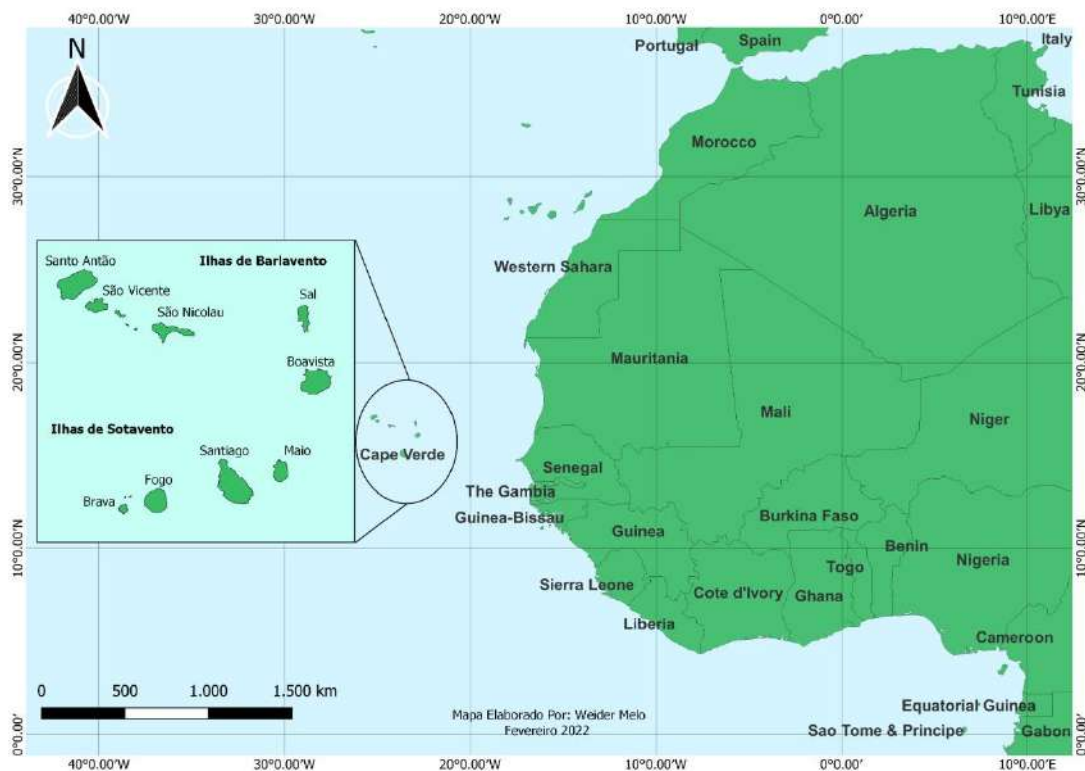
Cabo Verde pode ser tomado como exemplo dessa prática. Após solicitar à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a realização das missões do patrimônio em 1979 (MELO FILHO, 2021), o país estruturou sua política nacional de preservação patrimonial e, logo em seguida, iniciou o longo processo para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Com a inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande, em 2009,



significativos investimentos turísticos ocorreram em seu território, as instituições políticas ligadas a preservação patrimonial se consolidaram e o país passou a participar de redes regionais de cooperação na África subsaariana.

Apesar da utilização do patrimônio envolver atores internacionais com relevâncias distintas, compreendemos que o Estado-parte à Convenção do Patrimônio Mundial possui papel ativo no processo de transformação de seu território. Ao contrário de muitos trabalhos que enxergam países em desenvolvimento, sobretudo os localizados no continente africano, como atores frágeis e passivos diante do cenário internacional das organizações privadas, compreendo Cabo Verde, um pequeno país insular no limite da África Subsaariana (Mapa 1), como um *player* soberano que orienta as ações realizadas em seu território, articulando-se com outros Estados e usufruindo da inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial.

Mapa 1. Localização de Cabo Verde



Fonte: organização do autor. Elaborado por Weider Melo



Como podemos ampliar o conceito de recurso para além dos elementos naturais distribuídos desigualmente no planeta? De que forma se estabelece uma arena internacional de disputas para a construção de Patrimônios Mundiais? De que maneira a inscrição de um bem Lista do Patrimônio Mundial atraiu investimentos privados para Cabo Verde e possibilitou uma melhor articulação diplomática com outros Estados? Essas são algumas questões que orientam o presente artigo, organizado da seguinte maneira: No primeiro momento são discutidas as utilizações do patrimônio como um recurso para a geopolítica contemporânea. Em seguida, analisamos a constituição da arena internacional que estabelece a geopolítica do patrimônio mundial e as mobilizações desse espaço por diferentes atores. Por fim, mostramos como Cabo Verde assume uma postura ativa na mobilização do patrimônio como um recurso, transformando seu território a partir da consolidação de um poder geocultural.

### **GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: NOVOS RECURSOS EM DISPUTA**

34

Após a segunda metade do século XIX, diferentes discursos geopolíticos foram construídos por teóricos que consideravam as melhores maneiras de seus respectivos Estados alcançarem a hegemonia global. Para Mahan, o controle dos mares e da infraestrutura marítima eram essenciais no desenvolvimento de uma nação; para Mackinder o poder terrestre da Rússia a justificava de seu domínio sobre o coração continental; em Haushoffer, a luta por espaço vital era essencial para equilibrar o quantitativo populacional e territorial de um país (COSTA, 2013).

Esses discursos tinham em comum a adoção de uma visão naturalista da geografia e a vinculação do poder do Estado a capacidade de exploração dos recursos presentes no solo ocupado (AGNEW, 2002). A posição relativa de um país, seu acesso ao mar, um tipo específico de clima ou geomorfologia, determinado quantitativo populacional, entre outros fatores, eram considerados como indicadores para orientar as tomadas de decisões das lideranças político-militares. Para Becker (1988), os discursos geopolíticos clássicos indicavam uma compreensão do espaço como portador de valor intrínseco, onde os Estados nacionais seriam os únicos atores políticos. Assim, o controle e ocupação de determinadas áreas do planeta eram práticas consideradas necessárias na busca da hegemonia global, cabendo apenas aos Estados explorar os recursos obtidos com o controle do espaço.





Apesar de Raffestin (1993) ter superado as compreensões do Estado como único ator político e indicado uma necessidade de considerar o valor relativo do espaço geográfico em relação a outros fatores como a capacidade técnica e intelectual da população ou das possibilidades de exploração dos diferentes materiais disponíveis no solo, seu trabalho não avançou na superação de uma relação direta entre ações dos Estados e busca por recursos naturais, já que para ele, os recursos

[...] determinam os horizontes possíveis de ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. Uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos. De fato, eles sempre são mobilizados simultaneamente, em diversos graus. O conflito de dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou recursos. Frequentemente o objetivo declarado mascara os verdadeiros trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p.58).

No mundo contemporâneo, a exploração de recursos permanece central para configurações geopolíticas, como indicam as ações institucionais e conflitos envolvendo a exploração do petróleo, da água e de recursos minerais variados (RIBEIRO, 2008; MONIÉ, 2012). Porém, como apontou Becker (2004, p.20), a geopolítica “não mais atua na conquista dos territórios, mas sim na apropriação da decisão sobre o seu uso”. As práticas geopolíticas contemporâneas não são mais estabelecidas unicamente no controle do território e dos recursos presentes no espaço, mas com o controle das arenas políticas locais/regionais, nacionais e globais que legitimam, reconhecem, estimulam e possibilitam os usos do território.

Essa mudança ocorreu a partir da reestruturação econômica e tecnológica dos anos 1980, momento em que os Estados buscaram orientar os investimentos das iniciativas privadas, ofertando vantagens para a realização de atividades econômicas em seus territórios (BECKER, 1988). Nesse contexto, os recursos passaram a ser construídos pelos Estados em parcerias com empresas privadas, isto é, infraestruturas materiais de integração regional foram inseridas nos territórios para possibilitar a exploração de matérias primas com valor econômico agregado. Assim, um território se torna atrativo não apenas em função das características presentes em seu solo, mas em função das possibilidades de extração e utilização dos elementos interessantes ao desenvolvimento econômico.

Além desses empreendimentos em infraestrutura, a atração de investimentos internacionais ocorre com a construção de elementos culturais. Tradicionalmente o papel da



cultura tem sido pensado na escala do nacional, seja para discutir a memória coletiva, religião, a nação ou o patrimônio cultural. Nos estudos focados na análise das relações globais, os aspectos culturais são tradicionalmente analisados como uma prática de *soft power*, enfatizando as práticas dos atores não estatais (NYE, 2013). Porém, as novas geopolíticas produzidas a partir da articulação entre atores estatais e não-estatais envolvem o estabelecimento de poderes geoculturais, ou seja, “a capacidade de escrever e mapear histórias geoculturais, orientando quais eventos, lugares e pessoas são organizados para objetivos específicos” (WINTER, 2020, p.18). Considero a construção de patrimônios mundiais uma maneira de estabelecer esses poderes geoculturais, pois ao inserir um objeto na Lista do Patrimônio Mundial, o Estado-Parte à Convenção da UNESCO de 1972 conquista o direito de narrar a história de uma parcela do globo e indicar como determinadas áreas da terra podem ser lidas, orientando os usos do território.

Dessa forma, determinados bens reconhecidos como patrimônio mundial assumem o papel de patrimônios geopolíticos, isto é, objetos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial para reivindicar o controle de territórios, afirmar interesses político-econômicos, fortalecer relações multilaterais ou consolidar o domínio de determinado país ou grupos sobre um espaço de decisão.

Alguns exemplos de patrimônios geopolíticos podem ser observados ao redor do mundo, como o *Temple of Preah Vihear*, inscrito em 2008 pelo Camboja na Lista do Patrimônio Mundial com o objetivo de legitimar suas reivindicações territoriais e solucionar uma disputa de décadas com a Tailândia (MESKELL, 2016). Apesar da inscrição contar com influências de países externos, como a China e EUA, e ter disparado um novo conflito armado, o reconhecimento da UNESCO mostrou como o patrimônio mundial pode ser um recurso geopolítico mobilizado pelo Estado para consolidar o controle sobre uma parcela do mundo.

Determinados bens podem ser utilizados para garantir a afirmação de interesses político-econômicos, como no caso da inscrição da *Silk Roads: the Routes Network of Chang'an-Tianshan Corridor* em 2014. A inscrição conjunta realizada entre China, Cazaquistão e Quirquístão, não buscou alterar a soberania dos países envolvidos, mas fortalecer a ideia da Rota da Seda como caminho histórico responsável pela difusão cultural do Oriente e de relações comerciais na Ásia central, tendo a China como líder tradicional desse processo. Como mostrou Winter (2020), a inscrição representou mais uma etapa do projeto de ampliação econômica e política do governo



chinês, afirmando sua hegemonia sobre a região e buscando a legitimação do projeto de integração territorial e econômica da Nova Rota da Seda.

Outros bens podem ser transformados em patrimônios geopolíticos e levar a formação de forças militares entre países, como no caso de *Timbuktu*, inscrita em 1988 pelo Mali. Após uma série de ataques realizados pelo Al-Qaeda no Magrebe Islâmico à cidade histórica, uma força militar composta por soldados da França e do Mali foi deslocada para proteger a área, levando o líder do movimento terrorista ao julgamento no Tribunal Internacional de Crimes de Guerra (BAMIDELE et al., 2021; JOY, 2018).

Por fim, algumas inscrições buscam fortalecer a cooperação técnica entre países e posicionar determinado corpo burocrático como *experts* internacionais na área de patrimônio ou consolidar a influência de determinados grupos em espaços de decisões internacionais, como o caso da inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande, em Cabo Verde, que será discutida adiante.

Os exemplos presentes na Lista do Patrimônio Mundial são diversos e indicam que no mundo contemporâneo, a geopolítica amplia seu escopo de ações com a construção de recursos culturais. Esses recursos são mobilizados pelos Estados para atrair interesses internacionais, controlar os espaços de decisão ou solucionar conflitos territoriais. Diferenciam-se dos recursos naturais tradicionais, pois são produzidos por atores articulados em distintas escalas geográficas e assumem um sentido geopolítico explícito, tornando-se, assim, recursos geopolíticos.

A construção e maneiras de exploração relacionadas ao patrimônio mundial ocorrem no Comitê do Patrimônio Mundial, arena internacional onde atores se articulam para inscrever ou impedir a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Para os objetivos do presente trabalho, torna-se fundamental compreender como esse espaço foi produzido.

## UM NOVA ARENA GEOPOLÍTICA: UNESCO E O COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

A atuação da UNESCO no tocante ao patrimônio tem início oficial em 1972, com a publicação da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Convenção), principal instrumento para identificação, inscrição, manejo e proteção do patrimônio em escala global. Apesar de Silva (2012) apresentar a existência de outras convenções e recomendações



sobre preservação de objetos culturais e naturais, a Convenção representou uma primeira articulação política global para proteger elementos considerados de valor universal.

O processo de construção desse documento já está amplamente relatado em outros trabalhos (MELO FILHO, 2017). Nos limites do presente texto, importa destacar dois aspectos: Primeiro, de modo semelhante aos encontros que estabeleceram a ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2010), a organização do patrimônio mundial seguiu as características da geopolítica contemporânea ao ser realizada pela articulação entre representantes dos Estados e de ONG's. Juntamente aos representantes dos Estados-membros, *experts* em patrimônio vinculados ao *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), *International Federation of Landscape Architects* (IFLA), entre outras organizações, pautaram as definições de patrimônio mundial inseridas na Convenção.

O segundo aspecto relevante gerado pela Convenção é a instituição do Comitê do Patrimônio Mundial (Comitê). Composto por 21 representantes dos Estados-partes, eleitos na Assembleia Geral para mandatos de seis anos, o Comitê tem como atribuição definir os usos do Fundo do Patrimônio Mundial, a inclusão ou retirada de algum bem na Lista do Patrimônio Mundial, gerenciar a Lista de Patrimônios em Perigo e avaliar relatórios dos órgãos consultivos. De maneira geral, esta instituição é a principal responsável por legitimar ou negar os discursos patrimoniais produzidos sobre os bens, constituindo-se em arena de disputas de representantes dos Estados-partes e de organizações privadas interessadas na temática. É com a Convenção de 1972 e a instituição do Comitê que o fenômeno do patrimônio se torna uma questão geopolítica, sendo o controle desse espaço de regulamentação disputado por atores distintos. Se até a publicação da Convenção o patrimônio era tema relacionado à soberania estatal e limitado ao território nacional, a partir desse momento podemos então falar de uma escala global do patrimônio (MELO FILHO, 2018).

O processo de inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é fundamentado na construção de uma narrativa que demonstra o valor universal excepcional no dossiê de candidatura. O dossiê deve ser o mais exaustivo possível e apresentar as justificativas quanto à integridade e autenticidade, os registros fotográficos, os mapas de delimitação da área protegida, a análise comparativa com outras áreas do mundo para justificar sua importância, além de apresentar um



plano de gestão para futuras avaliações. O dossiê, então, estabelece uma narrativa sobre determinada área do planeta, indicando como aquele espaço será reconhecido pela comunidade internacional.

Após a construção do dossiê pelo Estado-Parte, as organizações consultivas realizam as avaliações técnicas das propostas. O corpo de organizações consultivas é formado pelo *The International Union for Conservation of Nature* (IUCN), responsável pelos bens inscritos na categoria de patrimônio natural, o ICOMOS, responsável por bens inscritos na categoria de patrimônio cultural e o ICCROM, responsável pelo monitoramento e por práticas de preservação dos monumentos históricos. Através de análise da documentação e da realização de visitas ao local proposto, os especialistas do patrimônio mundial observam a relevância do bem, a importância de sua proteção para a humanidade, a viabilidade de gestão da área delimitada e os aspectos referentes ao valor universal excepcional do bem. Com esta avaliação, os órgãos consultivos indicam se o bem atende aos critérios de valor universal excepcional.

39

A última etapa para inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é a avaliação das informações técnicas fornecidas pelos órgãos consultores no Comitê do Patrimônio Mundial. É nesta etapa que o Valor Universal Excepcional do bem proposto será julgado, cabendo ao Comitê quatro tipos de decisão: a) inscrever o bem na Lista; b) não inscrever o bem na Lista; c) devolver a proposta; d) deferir a proposta. Caso opte por inscrever o bem, o Comitê adota uma Declaração de Valor Universal Excepcional, com um resumo da decisão, indicando os critérios atribuídos e as avaliações de integridade e autenticidade, bem como os planos de avaliação e gestão propostas pelo Estado candidato. É nesse momento, então, que os interesses dos Estados e de organizações privadas são confrontados e postos em votação.

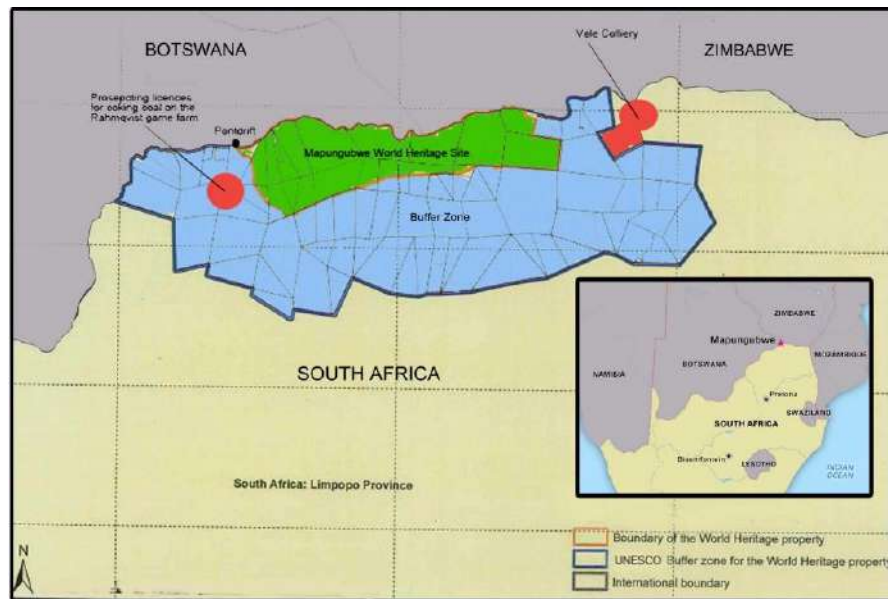
Apesar da estrutura burocrática da UNESCO manter os Estados-partes à Convenção como principais entidades para a tomada de decisões concernentes ao Comitê, os envolvimento com atores privados e ONG's têm se tornado cada vez mais explícitos. Diferentes trabalhos têm destacado como os benefícios geopolíticos de manter um bem na Lista do Patrimônio Mundial e evitar sua inscrição na Lista do Patrimônio em Perigo são construídos a partir de relações pessoais e institucionais entre representantes dos Estados-partes e de empresas privadas. Essas relações resultam na negação das orientações técnicas dos Órgãos Consultivos, limitando a capacidade da Convenção de estimular a preservação de sítios inscritos no patrimônio mundial.



Os interesses geopolíticos envolvidos com a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial não são apenas aqueles voltados para a valorização das identidades nacionais ou manutenção de formas simbólicas do passado, premissas básicas na construção da Convenção do Patrimônio Mundial. Como discutido anteriormente, a arena de disputas do patrimônio mundial tornou-se mais um espaço operacionalizado por distintos atores na articulação de interesses econômicos e estatais. Dois exemplos analisados por Meskell (2012; 2014) indicam como na geopolítica contemporânea os espaços de decisão relacionados a cultura são disputados e mobilizados para viabilizar investimentos em seus territórios.

No primeiro exemplo, a autora analisa como as divergências entre as recomendações técnicas dos Órgãos Consultivos e os representantes dos Estados expressam interesses políticos e econômicos voltados à projetos de desenvolvimento. Como a autora relata, a inscrição da *Mapungubwe Cultural Landscape*, em 2003, na África do Sul, não foi recomendada pelo ICOMOS, mas aceita pelo Comitê, apesar da ausência de uma área de entorno adequada ou um efetivo plano de gestão. A ausência desses parâmetros permitiu a prospecção de carvão por empresas mineradoras internacionais em áreas próximas ao parque, contando com significativo apoio dos representantes dos BRICS no momento da votação (figura 1). Como mostra a autora, a articulação desse grupo de países para inscrever um bem foi um indicativo de novas formas de dependência “[...] sendo forjadas, com alianças temporárias que exigirão o retorno em outras arenas mais poderosas dentro das Nações Unidas” (MESKEL, 2012, p.150).

Figura 1. Área de prospecção de carvão na área de entorno do Parque Nacional de Mapungubwe, na África do Sul.



Fonte: <https://oxpeckers.org/2020/02/mining-mapungubwe/>

Meskell (2015, p. 8) considera que “a pressa em inscrever locais na Lista se tornou uma ferramenta política para as nações apoiarem seus interesses soberanos, usando o patrimônio mundial como um peão”. Porém, mais do que um simples peão, que pode ser descartado ou substituído por peças de maior valor, o patrimônio mundial transformou-se em significativo recurso geopolítico construído para a atração de investimentos com melhor aceitação, como as práticas turísticas, ou mobilizado por atores locais para conferir legitimidade a seus protestos.

A arena do Comitê do patrimônio mundial não está acessível apenas aos representantes dos Estados-partes à Convenção, como no caso envolvendo o bem anteriormente relatado. No segundo exemplo analisado por Meskell (2014), nota-se como a presença de representantes de empresas interessadas nos debates realizados no Comitê tem sido uma constante nos últimos anos. É o caso envolvendo a inscrição do *Historic District of Panamá* na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1997 e ampliado em 2003, o centro histórico do Panamá estaria ameaçado pela construção de uma rodovia pela empresa brasileira de engenharia Odebrecht. Segundo a autora, representantes brasileiros da empresa foram inscritos na reunião do Comitê como integrantes da comitiva panamenha, garantindo assim o ingresso nas salas



onde seria decidido sobre a inscrição na referida Lista. Além disso, diversos representantes do Comitê do Patrimônio Mundial e técnicos envolvidos com os Órgãos Consultivos foram convidados por esses representantes para visitarem o Panamá e observarem de maneira independente (ou seja, sem seguir os padrões das missões de avaliação da UNESCO) a referida obra. Após diversas reuniões, os representantes do Comitê concluíram que a rodovia não representaria uma ameaça ao bem, mas na verdade contribuiria com sua valorização. Meskell (2014, p. 236) conclui que “Com um Estado Parte como o Panamá, tão estrategicamente posicionado e com aliados poderosos, a conservação pode ser efetivamente eliminada, a destruição tolerada e a integridade ameaçada”.

O exemplo do Panamá indica como atores privados também ocupam a arena internacional do patrimônio para garantir seus interesses. Se a inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo fosse aprovada, os movimentos contrários à obra conseguiriam mais um argumento para suas reivindicações. Por outro lado, retirar o bem da Lista do Patrimônio Mundial não estava em cogitação, já que o reconhecimento do valor universal pela UNESCO é uma garantia de atração de outros investimentos. Assim, o recurso geopolítico contemporâneo do patrimônio também pode ser mobilizado por atores privados que utilizam de seu poder econômico para convencer os tomadores de decisões a atenderem seus pleitos, legitimando as utilizações do território.

Não se trata, porém, de uma situação orientada unicamente em função do poder econômico. Em alguns casos, a inscrição de um bem, apesar de apoiada por empresas internacionais, não busca somente a realização de empreendimentos de desenvolvimento, mas sim fortalecer internacionalmente um país como referência na temática da preservação patrimonial e estabelecer novos acordos diplomáticos. É a situação de Cabo Verde, com a inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande, em 2009.

### **RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO: UM NOVO RECURSO PARA CABO VERDE**

Nem todas as utilizações do patrimônio como recurso geopolítico envolvem os grandes poderes, como os países que compõem os BRICS ou conglomerados internacionais de mineração ou engenharia. Ao se constituir como uma das convenções de maior sucesso do sistema ONU, ratificada por 194 Estados, com 1154 propriedades inscritas em todo o planeta (Figura 2), o





patrimônio mundial tornou-se também acessível para os países em posição periférica no sistema internacional, como Cabo Verde.

Figura 2. Bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2022



Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/>

Após o processo de independência de Cabo Verde em 1976, teve início uma fase de organização e formação das instituições políticas pautada na busca por cooperações internacionais (ALMADA, 2013). Esta busca por auxílio teve como objetivo assegurar a independência e soberania do país, a partir da manutenção de um não-alinhamento ativo do governo com as ideologias dominantes. Apesar de estar localizado na zona de influência da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já que o movimento de libertação nacional comandado por Amílcar Cabral tinha orientação marxista, o país não se privou de entrar na busca internacional por desenvolvimento da década de 1980, diversificando as alianças e parcerias internacionais voltadas para o desenvolvimento.

O envolvimento de Cabo Verde com a UNESCO tem início com as missões do patrimônio, ocorridas a partir de 1979 no território do país (MELO FILHO, 2021). A primeira candidatura de Cidade Velha de Ribeira Grande à Lista do Patrimônio Mundial, ocorre, porém, em 1990, sendo negada pelo Comitê do Patrimônio Mundial. Apenas na segunda candidatura que a



inscrição do sítio foi transformada pelo país em um recurso geopolítico, ao articular na arena de discussões do Comitê outros países, representantes de ONG e atores privados. O longo processo de inscrição tem início ainda em 2004 e já foi relatado em outro trabalho (MELO FILHO, 2017). No presente texto é significativo destacar que o Centro Histórico de Ribeira Grande, conhecida como Cidade Velha, foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial como a primeira cidade europeia na região tropical, um marco na expansão colonialista e significativo local relacionado a escravidão e ao descobrimento das américas, já que a localidade era parada obrigatória dos navios que partiam da Europa e da África para a América do Sul (Figura 3).

Figura 3. a) Ruínas da Antiga Sé de Cabo Verde, b) Centro Histórico de Ribeira Grande, c) Forte Real de São Filipe, d) Rua Banana, a primeira rua portuguesa nos trópicos.



Fonte: trabalho de campo realizado em 2016 pelo autor.

A inscrição, porém, não estava envolvida apenas com o reconhecimento desse discurso histórico, sendo esses aspectos uma construção realizada pelos *experts* envolvidos com o dossiê, em sua maioria historiadores, arqueólogos e arquitetos. A análise dos documentos produzidos nas reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial e as entrevistas realizadas com os envolvidos no



processo mostram como o Comitê do Patrimônio Mundial se constituiu em uma arena de interesses geopolíticos envolvidos com a inscrição da Cidade Velha.

Além de Cabo Verde, a atuação de dois países deve ser destacada no processo de inscrição. A Espanha, ocupando a presidência do Comitê naquele ano, abriu a sessão fazendo um grande *lobby* a favor da candidatura. Destaca-se que grupos espanhóis detêm a concessão turística da área da Cidade Velha desde os anos 1990, além de a Agência Espanhola de Cooperação Internacional ter realizado os restauros em alguns monumentos da Cidade Velha, como o Forte Real de São Filipe<sup>1</sup>. Os interesses do governo espanhol com a inscrição de Cidade Velha estão alinhados com os investimentos turísticos do local para o recebimento de cruzeiros internacionais. Nesse contexto, a inscrição da Cidade Velha ratifica um conjunto de investimentos que situam o país em destino turístico internacional dos *resorts* com o objetivo de ampliar o período de estadia no arquipélago. Como discutido por Beato e Monteiro (2015), a inscrição da Cidade Velha na Lista do Patrimônio Mundial representou mais uma etapa de uma série de investimentos do governo na promoção do turismo cultural. Consideramos, então, que a inscrição da Cidade Velha foi mobilizada como um recurso geopolítico por Cabo Verde e Espanha para atração de investimentos privados associados ao turismo cultural.

O segundo país diretamente empenhado com a inscrição da Cidade Velha foi o Brasil, na época membro do Comitê do Patrimônio Mundial. Ao contrário do país Europeu, os interesses do Brasil eram mais diplomáticos do que econômicos, pois a inscrição da Cidade Velha fortaleceria a política de aproximação com a África. O Brasil fez uma importante defesa à inscrição do bem, destacando o valor universal do sítio para muito além de um conjunto de monumentos, mas relacionado à criação da cultura crioula, com reflexos na formação brasileira e caribenha<sup>2</sup>.

Como destacou Celso Amorim (2015), ministro das relações exteriores do Brasil entre 2003 e 2011, a vontade política do governo brasileiro era de fortalecer as relações Sul-Sul, integrando América do Sul e África, e colocando o Brasil como principal liderança deste contexto. O apoio do Brasil para a inscrição de Cidade Velha foi, portanto, mais uma etapa das ações de

---

<sup>1</sup> Documentos internos do órgão de patrimônio de Cabo Verde e da Alta Curadoria da Cidade Velha, coletados durante trabalho de campo, registram que entre 1998 e 2010, apenas a Agência Espanhola de Cooperação Internacional investiu cerca de R\$ 13.000.000,00 na recuperação de monumentos e construção de infraestrutura na Cidade Velha.

<sup>2</sup> As informações constam no documento *Summary Record – Resume des interventions* - WHC-09/33.COM, disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/106545>, além de entrevistas realizadas com informantes presentes na reunião do Comitê.



cooperação multilaterais Sul-Sul desenvolvidas pelo país. A relevância do país na construção de projetos no continente africano como um todo mostram que a temática da cultura e o setor do patrimônio podem ser mobilizados para o alcançar objetivos diplomáticos. Estes projetos receberam coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e indicam os interesses do país em financiar ações no continente. Além dos projetos desenvolvidos pela ABC, o próprio IPHAN realizou ações de cooperação técnica internacional, cooperação bilateral ou projetos de cooperação multilateral, destacando-se as ações realizadas em países da África, como Angola, Cabo Verde, Benin, Moçambique, Nigéria, além dos países da América do Sul.

Os interesses desses dois países na inscrição de uma cidade colonial portuguesa em um país insular africano explicitam as maneiras de compreender o patrimônio mundial como um recurso geopolítico. Espanha e Brasil mobilizaram o reconhecimento da UNESCO tanto para atrair investimentos econômicos, quanto para fortalecer os laços diplomáticos entre distintas regiões do planeta, através da construção de um sentido patrimonial para a Cidade Velha. Através de práticas de diplomacia, o espaço do Comitê do Patrimônio Mundial foi transformado em arena de discussão sobre as maneiras de explorar o território de Cabo Verde.

Contudo, uma das características do sistema ONU é o respeito à soberania de seus Estados-Membros. Nesse sentido, a candidatura à Lista do Patrimônio Mundial deve partir do Estado soberano onde o bem se localiza. Com isso, Cabo Verde também mobilizou o patrimônio para obter benefícios, para além daqueles relacionados com a articulação junto a Brasil e Espanha.

Foi a partir da inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande de Santiago que uma estruturação institucional começou a tomar forma em Cabo Verde, sendo a mais significativa a constituição dos Comitês locais de Gestão do Patrimônio. No caso da Cidade Velha, esse comitê recebeu o título de Alta Curadoria da Cidade Velha, com o objetivo de articular a sociedade civil com os técnicos do patrimônio no desenvolvimento, aplicação e avaliação de políticas de preservação do sítio. O modelo dos Comitê locais se difundiu para as outras ilhas que formam o país, contribuindo com o fortalecimento das práticas de conservação e envolvimento das comunidades locais.

Talvez o mais importante efeito geopolítico buscado por Cabo Verde com a inscrição foi sua participação regional em fóruns de debates e de projetos relacionados ao patrimônio mundial. A partir da experiência obtida com a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, o corpo



técnico da área de cultura do país começou a participar das redes de financiamento técnico, como o Centro Lúcio Costa, vinculado ao Brasil, e o *African World Heritage Fund*, vinculado a África do Sul.

A partir da atuação dos técnicos de Cabo Verde junto a esses organismos, o país se apresenta como um exemplo de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, passando a auxiliar em fiscalizações e viagens técnicas realizadas na África, sediar cursos de capacitação aplicados por essas instituições, além de ocupar os espaços de decisão internacional do patrimônio. Nesse sentido, o recurso geopolítico também se constitui enquanto instrumento para fortalecer a diplomacia de um país, indo além de interesses meramente econômicos.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho discutiu como o patrimônio mundial é um novo tipo de recurso geopolítico da contemporaneidade. Sendo um produto da globalização, o patrimônio mundial representa uma nova escala do fenômeno de preservação de elementos do passado, organizado a partir da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972.

Como discutido ao longo do texto, o espaço do Comitê do Patrimônio Mundial assume posição central na geopolítica contemporânea, pois sua mobilização e controle por um representante de Estado-parte à Convenção ou a influência de comitativas internacionais legitimam poderes geoculturais. Como o controle dos espaços de decisão é uma característica da geopolítica contemporânea, o domínio do Comitê permite a determinados atores orientarem como parcelas do planeta vão ser utilizadas para a atração de investimentos ou acordos diplomáticos.

Como discutido, tradicionalmente são os grandes players os principais utilizadores do Comitê como espaço para legitimar suas práticas. É o caso dos países formados pelos BRICS, grandes empresas de exploração de minérios ou construtoras de grandes obras, como vimos nos exemplos da *Mapungubwe Cultural Landscape*, na África do Sul, e do *Historic District of Panamá*, no Panamá. Nesses casos, os interesses econômicos de Estados e atores privados pautaram as decisões do Comitê, deixando de lado a preservação dos valores históricos ou culturais.



Contudo, nem tudo no patrimônio mundial se reduz a interesses econômicos desses grandes atores. A inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande mostrou como ao menos três tipos de interesses distintos foram mobilizados a partir de sua inscrição. Um interesse econômico, atrativo para o país africano, mas também para empresas espanholas envolvidas com a exploração turística do arquipélago. Um interesse diplomático, onde o Brasil se destacava naquele momento para fortalecer sua aproximação com a África subsaariana. E um interesse institucional, expresso pela busca por Cabo Verde em viabilizar investimentos em seu território e se posicionar como um exemplo de gestão do patrimônio mundial na África. Esses três interesses indicam a utilização do patrimônio como recurso geopolítico contemporâneo que envolve muito mais do que a relevância econômica de um país ou grupo. A Cidade Velha de Ribeira Grande de Santiago foi, então, transformada em um patrimônio geopolítico, ao conduzir as maneiras de interpretação de um espaço do planeta e indicar as formas de utilização do território de Cabo Verde.

Uma diferença significativa do estudo aqui proposto foi compreender Cabo Verde como um país ativo na análise geopolítica contemporânea. Ao contrário de trabalhos que analisam a exploração de recursos naturais nos territórios dos países africanos e enxergam esses Estados como atores passivos no cenário internacional, considero Cabo Verde como um *player* ativo ao acionar a UNESCO e articular outros Estados a seus interesses. O patrimônio mundial, nesse sentido, não é um recurso a ser explorado por atores estrangeiros, mas um produto que envolve a soberania do Estado onde o bem se localiza.

Por fim, o trabalho discutiu como a transformação do patrimônio em um recurso geopolítico não diz respeito apenas ao ato de inscrever um bem na Lista do Patrimônio Mundial, mas ao controle da arena internacional do Comitê do Patrimônio Mundial. Assim, ao construir um patrimônio mundial, os Estados estão acionando as escalas globais de decisão para atrair ganhos, sejam estes econômicos ou diplomáticos.

## REFERÊNCIAS

AGNEW, J. **Making political geography**. London: Arnold; New York: Distributed in the United States of America by Oxford University Press, 2002.



ALMADA, D. H. **A construção do Estado e a democratização do poder em Cabo Verde**. Praia: Arte Média, 2013. 237 p.

AMORIM, C. Um Balanço das Relações Brasil-África. **Diálogos Africanos**, v. 1, n. 1, p. 17-27, jun. 2015.

BAMIDELE, S. *et al.* Securing world heritage sites: insurgency and the destruction of UNESCO's world heritage sites in Timbuktu, Mali. **GeoJournal**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 4 fev. 2021. Springer Science and Business Media LLC.

BEATO, C. S; MONTEIRO, N. A. Materializar o imaterial: turismo cultural na cidade velha - cabo verde. **Revista de Estudos Cabo-Verdianos**, Praia, v. 3, n. 1, p. 129-137, dez. 2015.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 2, p. 99-125, número especial, 1988.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 349 p.

JOY, C. L. Crimes against cultural heritage in Timbuktu. **Anthropology Today**, v. 34, n. 1, p. 15-17, fev. 2018

MELO FILHO, D. C de. **Patrimônio como recurso político: disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde**. 2017. 236 p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MELO FILHO, D. C de. Patrimônio: entre escalas geográficas e espaços políticos. In: **Geografia**, Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Recife, v. 35, n. 1, p. 75-88, 2018.

MELO FILHO, D. C de. Missões da UNESCO na África Lusófona: forjar patrimônio, forjar território. **Finisterra**, v. 56, n. 118, p. 241-252, 2021. DOI: 10.18055/Finis23942. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/23942>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MESKELL, L. The rush to inscribe reflections on the 35th session of the world heritage committee, UNESCO Paris, 2011. **Journal Of Field Archaeology**, v. 37, n. 2, p. 145-151, Maio 2012. <https://doi.org/10.1179/0093469012Z.00000000014>

MESKELL, L. States of Conservation: Protection, Politics, and Pacting within UNESCO's World Heritage Committee. **Anthropological Quarterly**, Washington, Dc, v. 87, n. 1, p. 217-243, jan. 2014.



MESKELL, L. Transacting UNESCO World Heritage: gifts and exchanges on a global stage. **Social Anthropology**, v. 23, n. 1, p. 3-21, fev. 2015. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12100>

MESKELL, L. World Heritage and WikiLeaks. **Current Anthropology**, v. 57, n. 1, p. 72-95, fev. 2016. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.1086/684643>

MONIÉ, F. **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

NYE, J. Hard, soft, and smart power. In COOPER, A. F.; HEINE, J; THAKER, R (orgs.) **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**, p 559–74. Oxford: Oxford University Press. 2013

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel: geografia**. São Paulo: Ática, p. 175- 192, 1990.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. 2. ed São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, F. F. da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 225 p.

WINTER, T. Geocultural Power: china's belt and road initiative. **Geopolitics**, p. 1-24, 28 jan. 2020. Informa UK Limited. <https://doi.org/10.1080/14650045.2020.1718656>





DOSSIÊ TEMÁTICO:

**QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

Artigo



**ENTRE RISCOS E OPORTUNIDADES, UMA ANÁLISE DA  
TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS ENERGÉTICOS EM  
MOÇAMBIQUE**

**BETWEEN RISKS AND OPPORTUNITIES, AN ANALYSIS OF THE  
TRANSNATIONALIZATION OF ENERGY RESOURCES IN MOZAMBIQUE**

**ENTRE RISQUES ET OPPORTUNITÉS, UNE ANALYSE DE LA  
TRANSNATIONALISATION DES RESSOURCES ÉNERGÉTIQUES AU  
MOZAMBIQUE**

*Por Hagira Naide Gelo Machute; Carlota Raimundo Manjate & Rosalina Inacio Fumo*

51

Hagira Naide Gelo Machute  
Doutoranda em Geografia, Universidade  
Pedagógica de Maputo, Moçambique,  
<https://orcid.org/0000-0002-1488-8894>  
<http://lattes.cnpq.br/6281365751273611>  
[hagiranaidegelo@gmail.com](mailto:hagiranaidegelo@gmail.com)

Carlota Raimundo Manjate  
Doutoranda em Geografia, Universidade  
Pedagógica de Maputo, Moçambique.  
[cmanjate2016@gmail.com](mailto:cmanjate2016@gmail.com)

Rosalina Inacio Fumo  
Doutoranda em Geografia, Universidade  
Pedagógica de Maputo, Moçambique.  
[rosalinafumo@yahoo.com.br](mailto:rosalinafumo@yahoo.com.br)

Como citar  
GELO MACHUTE, H.N; MANJATE, C.R;  
FUMO, R.I (2022). Entre riscos e oportunidades,  
uma análise da transnacionalização dos recursos  
energéticos em Moçambique. **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 51-72, abr.- jun. 2022

Recebido 26/03/2022  
Aceite: 07/04/2022



**RESUMO.** Moçambique tem sido palco de uma crescente atracção de investimento directo estrangeiro por empresas mineradoras multinacionais com a descoberta e exploração de recursos energéticos como gás, carvão mineral, entre outros que proporcionam a transnacionalização. Os mesmos constituem elementos de relação com outros países, bem como parte da construção da ordem e da geopolítico-energética de Moçambique, destacando, sobretudo, a ascensão da exploração de pedras preciosas como rubi e gás natural e seu posterior questionamento como recursos energéticos de poder para Moçambique. O presente artigo tem como objectivo compreender o conceito de transnacionalização dos recursos energéticos em Moçambique e os riscos e as oportunidades que este fenómeno acarreta no território nacional. Teve como abordagem qualitativa o estudo do caso e paradigma interpretativo. Usou-se o método comparativo para comparar diferentes categorias, tais como tempo e espaço, procurando compreender o antes e o depois da região em estudo. Este método é relevante para esta pesquisa porque dela se pode compreender o impacto das multinacionais na região onde estão estabelecidas e, por extensão, em todo o território nacional. O artigo também faz a análise geopolítica, com o uso do método geohistórico, a sistematização de autores geopolíticos e a análise das relações entre Moçambique e as multinacionais perante os recursos energéticos. Constata-se que a transnacionalização dos recursos energéticos aumenta as relações de dependência de Moçambique perante as multinacionais.

**Palavras-chave:** Moçambique; Recursos energéticos; Transnacionalização; Geopolítica;

**ABSTRACT.** Mozambique has been the scene of a growing attraction of foreign direct investment by multinational mining companies with the discovery and exploitation of energy resources such as gas, mineral coal, among others that provide transnationalization. They constitute elements of relationship with other countries, as well as part of the construction of order and of the geopolitical-energy of Mozambique, highlighting, above all, the rise of the exploration of precious stones such as ruby and natural gas and their subsequent questioning as energy resources of power to Mozambique. This article aims to understand the concept of transnationalization of energy resources in Mozambique and the risks and opportunities that this phenomenon entails in the national territory. Its qualitative approach was the case study and interpretative paradigm. The comparative method was used to compare different categories, such as time and space, trying to understand the before and after of the region under study. This method is relevant to this research because from it is possible to understand the impact of multinationals in the region where they are established and, by extension, in the entire national territory. The article also makes the geopolitical analysis, using the geohistorical method, the systematization of geopolitical authors and the analysis of the relations between Mozambique and the multinationals regarding energy resources. It appears that the transnationalization of energy resources increases Mozambique's dependence on multinationals.

**Keywords:** Mozambique, Energy resources, Transnationalization, Geopolitics.

**RÉSUMÉ.** Le Mozambique a été le théâtre d'une attraction croissante d'investissements directs étrangers par des sociétés minières multinationales avec la découverte et l'exploitation de ressources énergétiques telles que le gaz, le charbon minéral, entre autres, qui assurent la transnationalisation. Ils constituent des éléments de relation avec d'autres pays, ainsi qu'une partie de la construction de l'ordre et de l'énergie géopolitique du Mozambique, soulignant, surtout, l'essor de l'exploration des pierres précieuses telles que le rubis et le gaz naturel et leur questionnement ultérieur en tant que ressources énergétiques du pouvoir au Mozambique. Cet article vise à comprendre le concept de transnationalisation des ressources énergétiques au Mozambique et les risques et opportunités que ce phénomène comporte sur le territoire national. Son approche qualitative était l'étude de cas et le paradigme interprétatif. La méthode comparative a été utilisée pour comparer différentes catégories, telles que le temps et l'espace, en essayant de comprendre l'avant et l'après de la région étudiée. Cette méthode est pertinente pour cette recherche car à partir d'elle il est possible de comprendre l'impact des multinationales dans la région où elles sont implantées et, par extension, sur l'ensemble du territoire national. L'article fait également l'analyse géopolitique, en utilisant la méthode géohistorique, la systématisation des auteurs géopolitiques et l'analyse des relations entre le Mozambique et les multinationales en matière de ressources énergétiques. Il apparaît que la transnationalisation des ressources énergétiques augmente la dépendance du Mozambique vis-à-vis des multinationales.

**Mots clés :** Mozambique, Ressources énergétiques, Transnationalisation, Géopolitique.



## **INTRODUÇÃO**

A transnacionalização dos recursos energéticos é um fenómeno que se enquadra na Geopolítica dos Recursos Minerais e de Hidrocarbonetos, uma temática actual que emerge com a descoberta de tais recursos pelos Estados. Considerando que tais recursos não se encontram no mesmo espaço geográfico, verifica-se que há recursos localizados em determinados territórios em desenvolvimento e outros estão em espaços desenvolvidos a nível económico. Este aspecto geográfico e económico influencia o surgimento do fenómeno de transnacionalização que possibilita que empresas de um determinado país desenvolvido possam explorar em outro Estado. Este trabalho vai se limitar no estudo da transnacionalização e suas implicações para Moçambique, recorrendo-se a análise geopolítica.

A análise geopolítica projecta - se em Moçambique que é um palco onde decorrem várias interações entre diferentes Estados com vista a obterem mais espaço para exploração dos recursos energéticos. A análise da transnacionalização será feita de forma integrada e multifacetada, pois a geopolítica transita por esferas diversas desde temas económicos, sociais, étnicos, energéticos, conflitos nacionais e internacionais, recursos minerais e hidrocarbonetos.

Este artigo interessa-se particularmente pela última esfera mencionada, que são os recursos minerais e hidrocarbonetos, tendo como objectivo compreender o conceito de transnacionalização dos recursos energéticos de Moçambique e suas relações de poder com outros países. Igualmente, o artigo reflecte a importância deste fenómeno na exploração dos recursos minerais pelas multinacionais para o desenvolvimento de Moçambique realçando os seus riscos e oportunidades.

## **MÉTODOLOGIA**

O presente artigo é uma pesquisa qualitativa que usou a técnica documental através de leituras de livros, relatórios, revistas especializadas, artigos sobre a transnacionalização, recursos minerais, investimentos directos estrangeiros para estudo do caso em Moçambique e usou o paradigma interpretativo que consistiu em verificar como possíveis conceitos se aplicariam no caso em estudo. Usou-se o método comparativo para comparar diferentes categorias, tais como



tempo e espaço, procurando compreender o antes e o depois da região em estudo que é relevante para a pesquisa para elucidar o impacto das multinacionais na região onde estão estabelecidas e, por extensão, em todo o território nacional. O artigo também faz a análise geopolítica, com o uso do método geohistórico, a sistematização de autores geopolíticos e as relações entre Moçambique e as multinacionais perante os recursos energéticos.

## **O CONCEITO DA TRANSNACIONALIZAÇÃO**

A transnacionalização foi um fenómeno que começou a ser notado na década de 1960, com impactos directos sobre a economia mundial. Neste período, as empresas multinacionais, com suas filiais espalhadas por diversos países, passaram a superar o comércio mundial em termos de valor de produção. Este conceito de transnacionalização enquadra-se no paradigma estruturalista económico global (globalismo). Segundo Lundin (2016), os estruturalistas económicos analisam como é que alguns Estados, elites ou classes transnacionais, conseguem extrair benefícios da estrutura económica global ou do sistema capitalista às expensas dos outros.

Com isso, a transnacionalização da produção alterou os padrões financeiros da época, fazendo com que os fluxos financeiros internacionais fossem maiores do que a inversão estrangeira no âmbito do comércio internacional. Esse fenómeno económico foi intensificado pela multinacionalização. O processo foi marcado pela formação de grandes grupos de empresas privadas actuando com estratégias globais (Figura 1). As empresas transnacionais passaram, então, a ser configuradas como organizações com facturamento, ou volume de negócios, que atingia, no mínimo, 500 milhões de dólares. Normalmente, essa realidade acontecia em empresas com filiais implantadas em, pelo menos, seis países. Ocorreu também uma multinacionalização generalizada, com diversas empresas conquistando mercados externos.

Esse movimento causou, em alguns momentos, divergências entre governos locais e estrangeiros, além de ter colaborado para a falência de muitas empresas nacionais, ter intensificado o processo de êxodo rural e ter aumentado as transferências de lucro para os países sede de cada transnacional.



Figura 1. Empresas Multinacionais



Fonte: [www.todoestudo.com.br](http://www.todoestudo.com.br)

55

A transnacionalização enquadra-se no paradigma eclético que de acordo com Dunning (1988), citado por Mucanze (2016:19) foi concebido para oferecer uma estrutura holística, através do qual é possível identificar e avaliar a significância dos factores que determinam a produção das empresas multinacionais no estrangeiro. Ele mesmo admite nesse texto que o termo eclético parece muito ambicioso. No entanto, este foi concebido para transmitir a mensagem de que para se estudar as atividades das transnacionais há necessidades de criar bases através do estudo de várias vertentes da teoria económica e que o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é apenas um dos canais da integração internacional das economias. Ou seja, é eclético porque mistura abordagens teóricas distintas, com diferentes perspectivas e converte-as numa só teoria.

Para Lins (2011) a centralidade dos recursos energéticos na acumulação de capital e a proeminência do petróleo na matriz energética em nível planetário outorgam a essa *commodity* um papel decisivo na geoeconomia e na geopolítica do capitalismo. Garantir o abastecimento, com livre acesso às fontes e adequada fluidez na oferta, e operar com preços que provoquem poucas turbulências quanto possível, são objectivos estratégicos para diferentes Estados. As



regiões com destaque em produção e exportações, e principalmente em reservas comprovadas, constituem, por isso, alvos privilegiados das iniciativas de diversos países em torno da energia.

Áreas detentoras de reservas importantes, em distintos países e regiões, tornaram-se especialmente sedutoras para o capital ligado à energia desde que, nos anos 70, o Golfo Pérsico mostrou que depender de uma só origem, não obstante o significado desta em volume e custo de produção, torna muito vulneráveis os grandes consumidores e importadores. A própria elevação do preço do petróleo, carro-chefe das crises energéticas daquela década, conferiu viabilidade à exploração de reservas onde, devido às condições de operação, os custos são muito maiores do que no Golfo (como no Mar do Norte, por exemplo). Assim, a geografia das iniciativas, tanto de extração e refino quanto de transporte, abrange hoje uma multiplicidade de espaços em diferentes continentes, regiões e países. Tais acções incluem estratégias e acordos e são guiadas pela tentativa de marcar presença nesses espaços à frente de concorrentes (Estados, empresas), procurando garantir prevalência em matéria de acesso e controle na expectativa de benefícios econômicos e políticos

56

De acordo com Mucanze (2016:51) quando se fala de IDE em Moçambique é inevitável não deixar de citar a exploração dos recursos naturais. Esse tema tem sido evidenciado nos últimos anos, principalmente depois da descoberta de grandes reservas de carvão mineral, areias pesadas, gás e petróleo no interior do país. Sulemane (2009) menciona que há alguns poucos anos atrás, a indústria extrativa de recursos minerais não tinha um papel relevante na economia moçambicana e que no passado houve alguma exploração mineral em várias regiões do país. No entanto, muitas dessas minas foram paralisadas durante a guerra, havendo, no entanto, hoje, unidades de produção que já estão sendo reabilitadas caso da mina de grafite em Balama, província de Cabo Delgado. Nos dias actuais pode-se traduzir a indústria extrativa moçambicana em quatro megaprojetos: gás natural, petróleo, carvão e areias pesadas. Sendo que o petróleo moçambicano ainda é pouco explorado, pelo menos não existem os dados da sua exploração.

## **A TRANSNACIONALIZAÇÃO MINERAL E ENERGÉTICA EM MOÇAMBIQUE**

A transnacionalização da economia e da produção industrial provocou uma dependência maior dos países para com as nações mais ricas. Os espaços económicos nacionais foram



modificados, de acordo com os interesses das empresas multinacionais. Isso causou uma revolução na economia mundial e trouxe certa instabilidade para os sistemas de produção local.

De forma resumida, é possível dizer que o processo gerou uma internacionalização da produção capitalista. O surgimento deste espaço económico mundial resultou na expansão do capital para diferentes países. Neste contexto, os Estados Unidos, os países da Europa, o Japão e algumas outras nações foram bastante beneficiados. A transnacionalização também serviu para consolidar o poder norte-americano no mundo. Recorre-se a Exxon Mobil e a Anadarko, duas gigantes multinacionais petrolíferas norte-americanas que detêm maior espaço de actuação nas operações do projecto de exploração de gás na bacia do Rovuma em Moçambique. Outrossim, verifica-se a actuação de outras multinacionais como ENI (italiana), Kogas (sul coreana) e a CNPC (chinesa) na exploração do gás. Verifica-se deste modo um espaço de partilha e disputa de poder de actuação para ganhar mais preponderância nas operações de exploração do gás e obter mais lucros a nível internacional.

Segundo Privacy Shield (<https://www.privacyshield.gov/article?id=Mozambique-Mining>) Moçambique possui depósitos comercialmente importantes de carvão (carvão de coque de alta qualidade e carvão térmico), grafite, minério de ferro, titânio, apatite, mármore, bentonite, bauxite, caulim, cobre, ouro, rubis e tântalo.

Moçambique possui alguns dos maiores depósitos de carvão inexplorados do mundo. A Vale do Brasil fez grandes investimentos em sua mina de carvão de coque (Figura 2). Seus primeiros embarques de carvão metalúrgico foram em 2011. A Vale, por meio de sua participação no consórcio *Northern Corridor Development* (CDN), renovou a linha férrea de Nacala, que atravessa partes do Malawi até o porto de águas profundas de Nacala. Existem oportunidades para o fornecimento de equipamentos de mineração de carvão e logística e equipamentos ferroviários. Dada a expectativa de que os custos de mineração na África do Sul aumentem consideravelmente nos próximos anos, Moçambique pode ganhar uma vantagem competitiva regional (Figura 3).

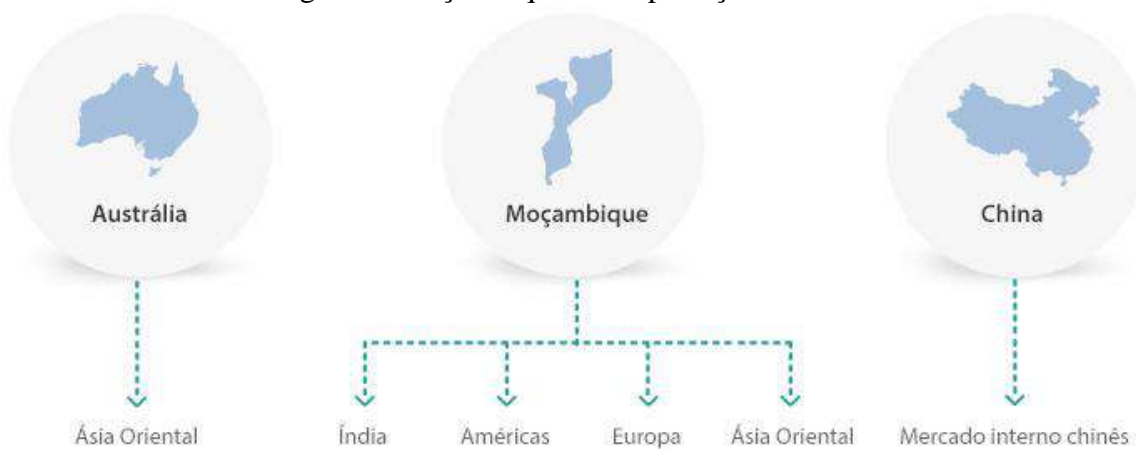


Figura 2. Exploração do carvão pela Vale do Brasil em Moçambique, província de Tete



Fonte: <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/vale-o-dossie-mocambique/>

Figura 3. Moçambique e a exploração do carvão



Fonte: <http://www.vale.com/mozambique/pt/business/mining/coal/Paginas/default.aspx>

Dois grandes projectos de investimento focados na mineração e processamento de depósitos de areias pesadas estão avançando. Os projetos Moma Heavy Sands (Kenmare Resources) e Corridor Sands (BHP Billiton) juntos exigirão mais de US \$ 1 bilhão em investimentos (figura 4).





Figura 4. Empresa KENMARE localizada em Moma que explora as areias pesadas, província de Nampula



Fonte: <https://www.kenmareresources.com/>

Para a Privacy Shield Framework, o potencial mineral de Moçambique ainda não foi explorado. Os depósitos de ouro nas províncias de Niassa, Tete e Manica atraíram o interesse de investidores nacionais e internacionais nos últimos anos. A mineração de ouro tem se desenvolvido lentamente, pois a maioria de suas actividades é feita por mineradores artesanais informais. No entanto, a crescente regulamentação da mineração de ouro pode levar a uma produção em maior escala, já que o governo começa a exigir que os mineiros formalizem seu *status* legal. A Xtract Resources recentemente adquiriu uma concessão de mineração de ouro com reservas estimadas de 2,97 milhões. Previu-se para os anos de 2016 a 2020 o crescimento da produção da indústria de ouro em 1,1% (<https://www.privacyshield.gov/article?id=Mozambique-Mining>).

A Syrah Resources (Austrália) fez seu primeiro embarque de grafite de seu projeto Balama no segundo semestre de 2017 e inaugurou formalmente o projeto em abril de 2018. O projeto Balama tem uma capacidade de produção de 350.000 toneladas por ano, o que representa uma participação de 40% do mercado mundial de grafite. A Syrah exportará a maior parte dessa produção para os mercados chinês e americano. Mustang Resources Ltd. anunciou a aceleração do seu Projeto *Caula Graphite and Vanadium* no norte de Moçambique. No valor de aproximadamente US \$ 44 milhões, este projecto está passando por um estudo de viabilidade definitivo e programou-se o início da produção de grafite para meados de 2019. Os depósitos totais de grafite são estimados em 700.000 toneladas a partir de 5,4 toneladas métricas de



minério, com um teor de vanádio associado do minério estimado em até 1,02%. A Baobab Resources (Austrália) está desenvolvendo um projeto de ferro-gusa na província de Tete para fornecer ferro e aço para projetos de infraestrutura regionais.

Gemfields (Reino Unido) possui 75% de participação na Montepuez Ruby Mining Limitada, que iniciou suas operações em fevereiro de 2012, e representa um investimento de \$ 130 milhões no desenvolvimento de depósitos de rubi no norte de Moçambique em uma área de concessão de 2.600 quilômetros quadrados. A Gemfields estima que sua concessão existente contém um valor estimado de 467.000 quilates de rubis nas mineralizações primária e secundária. Em 16 de julho de 2018, a Fura Gems Inc. (Canadá) anuncia a aquisição de nove ativos de rubi no norte de Moçambique da Mustang Resources Ltd. (Austrália) e Regius Resources Group Ltd. (Reino Unido). Após a conclusão da aquisição, a Fura Gems deterá uma área de concessão de mineração de rubi de 1.104 quilômetros quadrados no norte de Moçambique. Esperava-se que a aquisição fosse concluída até o final de 2018, quando a Fura teria uma participação efetiva nesses projetos entre 65% e 80%, com o restante sendo detido por parceiros locais. A Fura anunciou sua intenção de investir mais de US \$ 19 milhões nesses projetos nos próximos 3 anos em um programa de perfuração, amostragem em massa e mineração de produção.

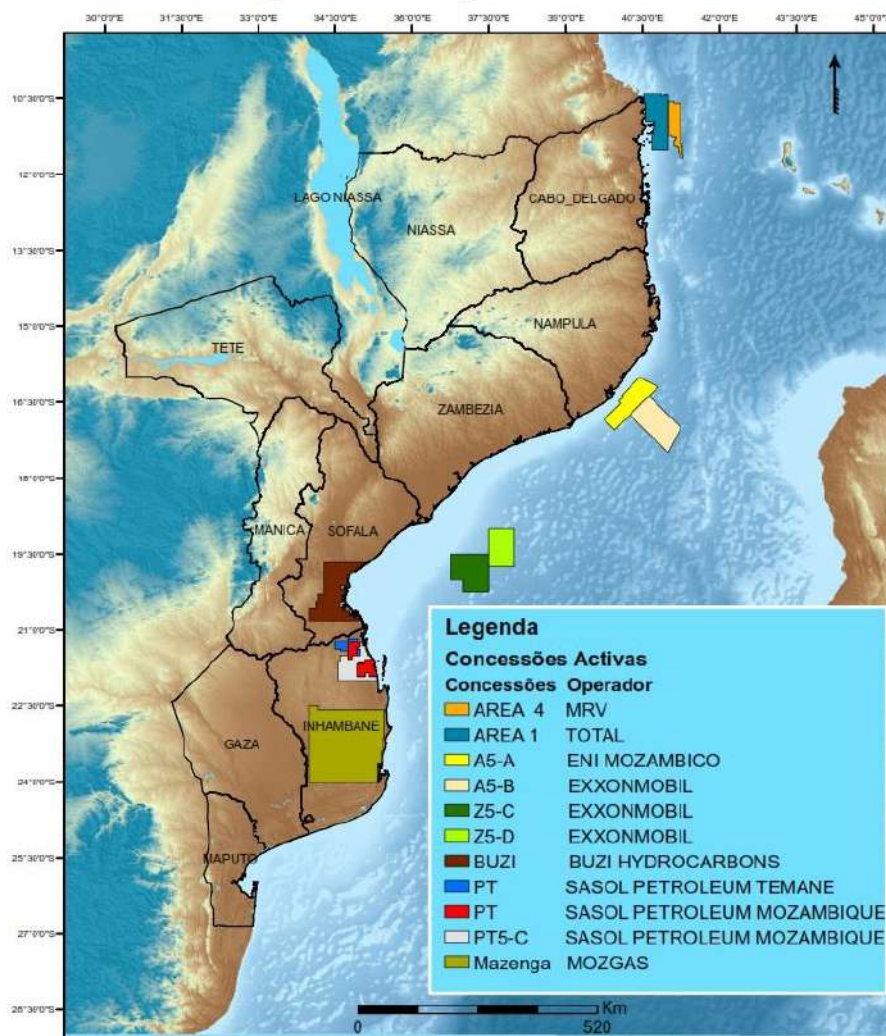
Em Moçambique, têm operado multinacionais petrolíferas na exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos, citar alguns exemplos como a Exxon Mobil Corporation (ExxonMobil) dos Estados Unidos de América, Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. (ENI) da Itália e a TOTAL da França (Figura 5).

Segundo a Agência Lusa, os projectos de gás da Área 1 e Área 4 (liderado pela Exxon e Eni) deverão colocar Moçambique no 'top 10' dos maiores produtores mundiais e acelerar o crescimento económico para incrementos entre 7% a 10% ao ano.



Figura 5. Mapa das Áreas de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos

**Áreas de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos**



Fonte: <http://www.inp.gov.mz/>

**QUE OPORTUNIDADES MOÇAMBIQUE PODE TER COM A TRANSNACIONALIZAÇÃO MINERAL E ENERGÉTICA?**

Moçambique encontra-se numa posição geográfica singular com existência de reservas de recursos minerais e hidrocarbonetos pelo seu território (a destacar gás natural em Pande/Temane, rubi em Montepuez, grafite em Balama, petróleo e gás na bacia do Rovuma). As recentes descobertas de recursos minerais e hidrocarbonetos alteram a posição do país nas relações internacionais. Moçambique é um dos mais novos países a produzir hidrocarbonetos. Esta



singularidade atrai investimentos externos de empresas multinacionais que consideram Moçambique um mercado promissor.

Pode-se verificar, nesse contexto, um horizonte de exploração de petróleo e gás pelas empresas transnacionais citadas, isso desconsiderando as imensas reservas que os países de origem de tais empresas possuem. Tal facto pode ser visualizado como um alicerce do projecto de modernização no sector de energia e mineração, se as dívidas provenientes forem bem alocadas em proveito de Moçambique. Os interesses estrangeiros nessa imensa riqueza moçambicana são enormes, e cabe aos governantes tornar endógenos os frutos dessa riqueza.

A importância da exploração dos recursos minerais pelas multinacionais para o desenvolvimento de Moçambique não pode ser menosprezada ao identificar-se alguns aspectos significativos: criação de postos de trabalho, transformações socioeconómicas, reabilitação de infraestruturas como estradas. No caso da montagem da Linha de Sena até Moatize e o aparecimento de várias empresas na exploração do nosso carvão mineral, construção de escolas, postos de saúde, fontes de água, estradas melhoradas, novas casas, emprego, entre outros benefícios directos e indirectos. A transnacionalização atrai grandes investimentos para implementação de megaprojectos (figura 6 e 7).

Figura 6. Instalações do Projecto de Gás Natural Liquefeito (Rovuma LNG)



Fonte: <http://www.inp.gov.mz/pt>



Figura 7. Mozambique LNG (Projecto LNG Golfinho/Atum) no Complexo Afungi em Cabo Delgado



Fonte: <https://profile.co.mz>

63

A Decisão Final de Investimento do projecto Mozambique LNG foi anunciada a 18 de Junho de 2019 e o investimento total é de USD 20 biliões, o Projecto Golfinho/Atum. A geração de lucros directos na ordem dos USD 60.8 biliões dos quais cerca de USD 30.9 biliões para o Estado durante 25 anos, resultantes de Impostos (IPP e IRPC), bónus, taxas e da partilha do petróleo-lucro. São concessionárias da Área 1 da Bacia do Rovuma a Total E&P Mozambique Area 1, Limitada, com 26.5% de interesse participativo, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH) com 15%, a Mitsui E&P Mozambique Área 1, com 20%, a ONGC Videsh Ltd, com 10%, a Beas Rovuma Energy Mozambique Ltd, com 10%, BPRL Ventures Mozambique B.V., com 10%, e a PTT Mozambique Área 1 com 8.5% de interesse participativo ([www.inp.gov.mz](http://www.inp.gov.mz)).

O projeto Rovuma LNG, cujo respectivo Plano de Desenvolvimento foi aprovado em maio de 2019 na jazida Mamba, é operado pela Mozambique Rovuma Venture, uma `joint venture` cujos acionistas são a ExxonMobil, Eni e CNODC - China National Oil and Gas Exploration and Development Corporation, que, conjuntamente, detêm uma participação de 70% por cento na concessão da área 4, cabendo três parcelas de 10% à coreana Kogas, Galp Energia e



Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) de Moçambique. Refira-se que o projecto prevê gerar lucros na ordem de USD 84.7 biliões de dólares norte-americanos, dos quais USD 46 biliões para o Estado Moçambicano durante 25 anos, resultantes de Impostos (IPP e IRPC), bónus, taxas e da partilha do petróleo-lucro para além de disponibilizar cerca de USD 3 biliões para beneficiar empresas moçambicanas através do fornecimento de bens e serviços necessários para o projecto e actividades conexas ([www.inp.gov.mz](http://www.inp.gov.mz)).

O projecto Rovuma LNG é um megaprojecto partilhado por multinacionais petrolíferas, e um exemplo recente da transnacionalização em Moçambique. Este projecto financiou a construção de uma Vila de Reassentamento, que vai acolher as famílias que se encontram na área onde a Anadarko e os parceiros da Área 1 irão construir a fábrica de liquefação de gás natural. A vila de reassentamento inclui diferentes infraestruturas de utilidade pública como escola, centro de saúde e de abastecimento de água, posto administrativo e policial. A planta de liquefação de gás natural será erguida numa área de 7000 hectares, tendo o Governo assegurado a criação de condições de habitabilidade para as famílias afectadas. No total, serão reassentadas 556 famílias.

A par da zona de desenvolvimento industrial, o Plano Geral de Urbanização compreende 18000 hectares para estabelecimento de infraestrutura de suporte e apoio relacionadas à indústria de gás. Compreende ainda a integração de infraestruturas de habitação, formação e ensino, produção agrícola e industrial, assim como de lazer.

As oportunidades de ascensão de Moçambique como local estratégico para a aquisição de matéria-prima para produção de determinados bens, tem se solidificado com a existência dos recursos minerais. Segundo Macuacua (2002) a maior companhia de automóveis eléctricos do mundo, Tesla, assinou um acordo para a obtenção de material usado em baterias eléctricas a partir de grafite extraída na mina de Balama, em Cabo Delgado. Entendidos na matéria consideram que o acordo confirma a grafite de Moçambique como um produto de importância estratégica para uso nas novas energias.



## **OS RISCOS DA TRANSNACIONALIZAÇÃO MINERAL E ENERGÉTICA EM MOÇAMBIQUE.**

O sector de recursos naturais caracteriza-se por gerar poucos efeitos positivos sobre os outros setores da economia e sobre o nível de emprego. No caso dos países africanos a exploração desses recursos naturais é feita por multinacionais. Nesse contexto, Hirschman (1958) argumenta que essas multinacionais tendem a repatriar os lucros ao invés de reinvesti-los na economia doméstica, e até os suprimentos necessários para o funcionamento dessas multinacionais são importados enquanto os produtos primários, resultantes da extração, tem pouco valor adicionado e são exportados para o processamento no exterior.

No caso de Moçambique pode-se observar, de acordo com os dados do Banco de Moçambique (2015) que o sector de extração de recursos naturais não renováveis é o grande determinante do IDE no país. Mesmo com a instabilidade política, desde 2012, os fluxos de IDE para o país continuaram a crescer. No entanto, sabe-se que os grandes fluxos não se traduzem automaticamente em melhores condições de vida para as populações dos países receptores. Quando o IDE estar destinado para a exploração de recursos naturais pode criar nos países receptores a concentração na produção e exportação de matérias primas. Alguns países africanos ricos em recursos naturais não renováveis atraíram diversas multinacionais para o seu interior tiveram consequências devastadoras na sua economia (Mucanze 2016:18).

De acordo com Castel-Branco (2002) os megaprojetos têm enorme contribuição nas exportações e substanciais ganhos líquidos de comércio, mas pecam por estarem concentrados em produtos primários, tão poucos que a economia moçambicana continuará sendo muito vulnerável a pequenas flutuações no mercado mundial para os produtos primários exportados. Além disso, os megaprojetos não substituem importações e, num certo sentido, aumentam a dependência do investimento relativamente a importações. E Bellucci (2008:131) refere que os mega-projectos podem ter grande impacto no PIB e na Balança Comercial, mas não no rendimento nacional e na Balança de Pagamentos, devido à compensação dos fluxos financeiros, aos pagamentos do serviço da dívida e à repatriação dos lucros.



Estes projectos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego directo proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio; não geram recursos para a economia nacional porque não pagam impostos e os seus recursos são repatriados; tem pouco impacto sobre o alívio a pobreza; competem politicamente e economicamente com as empresas nacionais; e são concentrados, tanto regionalmente quanto sectorialmente. Belluci (2008:131) afirma que como os megaprojectos são de capital intensivo, boa parte dos pagamentos será para o serviço da dívida aos credores estrangeiros e para a remessa de lucros, o que leva a impactar de forma pequena na criação de empregos, em face às suas características técnicas.

Outro risco da transnacionalização de recursos energéticos em Moçambique é eclosão de conflitos territoriais. Infelizmente, o mercado de minerais valiosos também cria um potencial para impactos negativos sobre paz e segurança. Embora as pessoas, não os minerais, entram em conflito, a presença de valiosos recursos minerais pode exacerbar a economia de soma zero para competição que é comum em situações de conflito. Escolher trabalhar com recursos minerais estratégicos cria um alto risco para o surgimento de situações extremamente difíceis (USAID, 2004:2).

De acordo com a USAID (2004:5) As disputas podem facilmente surgir entre a mineração industrial e mineração artesanal e de pequena escala (ASM – *Artisanal Small Mining*). Questões em torno dos direitos à terra e acesso a recursos; distribuição de riqueza e benefícios; entrada, construção, e problemas de saída; e impactos sociais e ambientais, todos têm o potencial de aumentar a vulnerabilidade local e gerar conflito.

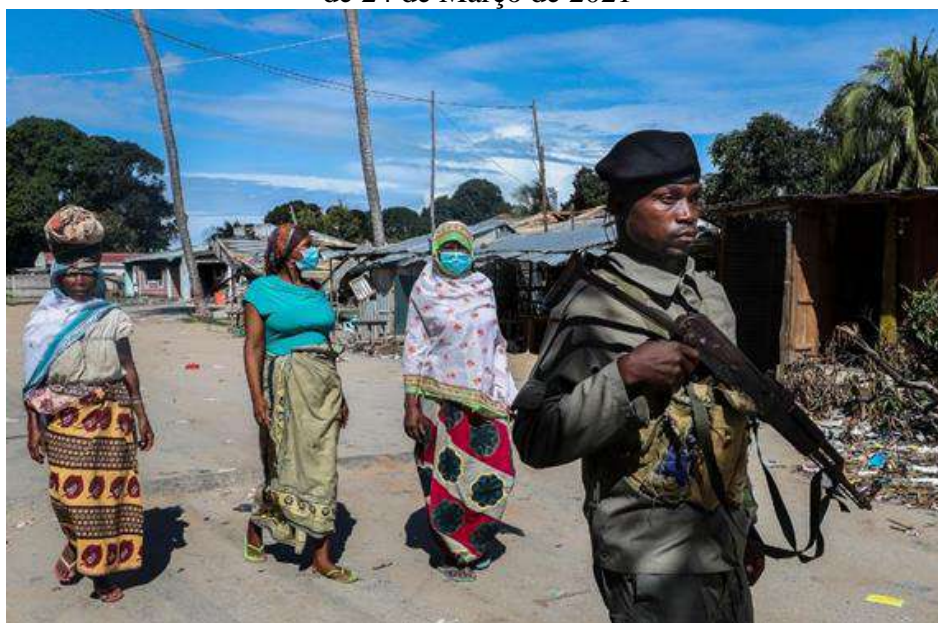
Quando a mineração começa, o conflito pode surgir sobre reivindicações de terras e acesso a recursos. Às vezes, as comunidades são reassentadas para que as empresas possam alcançar os valiosos minerais no subsolo. Disputas podem se intensificar quando as populações locais recebem compensação insuficiente, são excluídos da tomada de decisão, e encontram seus meios de subsistência ameaçados. Os militares são frequentemente chamados para expulsar a competição artesanal e locais agricultores ou silvicultores à força. Tipicamente, locais de mineração industrial são fortemente guardados por forças de segurança para proteger pessoal, minerais extraídos e máquinas. A DW (2021) mencionou no seu *website* ([dw.com](http://dw.com)) que em Afungi, na vila de Palma, Província de Cabo Delgado onde a TOTAL opera na prospecção de gás liquefeito, o Governo "declarou a área do projeto Mozambique LNG como zona de operação





especial de segurança e foi definido e implementado um roteiro com inúmeras medidas e ações que visam reforçar e restaurar a segurança no referido local". Forças de segurança pública e privada controlavam o local. Infelizmente a zona está sendo assolada por ataques terroristas desde fins de 2019, o que levou que a TOTAL suspendesse temporariamente as suas actividades devido a insegurança instalada nos territórios abrangidos pelo projecto Mozambique LNG.

Figura 8. Mulheres sendo escoltadas por um militar na Vila de Palma depois dos ataques de 24 de Março de 2021



Fonte: <https://www.dn.pt/>

Outro caso, de violência aconteceu em Montepuez em 2017, na localidade de Namanhumbir, em que forças de segurança pública expulsaram mineiros artesanais usando métodos contestados como agressão aos direitos humanos.



Figura 9. Imagem captada da Televisão Miramar mostrando policiais agredindo garimpeiros nas minas de rubi em Namanhumbir



Fonte: <https://clubofmozambique.com/news/>

Casos semelhantes são relatados na província de Tete, relacionados com a mineradora Vale do Brasil

*Os casos de violência policial protagonizados pelas forças do Estado na proteção dos interesses da mineradora remontam ao início do projeto. Pessoas detidas, espancadas, baleadas com balas de borracha e por vezes balas reais, uso de gás lacrimogênio contra cidadãos, mulheres grávidas e crianças (2022).*

Figura 10. Manifestação de Oleiros e camponeses do bairro Primeiro de Maio, em Moatize – Tete, na mina da companhia Vale (6 de Maio de 2021)



Fonte: <https://justica-ambiental.org>



Uma vez que uma empresa de mineração é estabelecida, expectativas das comunidades locais para terem as receitas de mineração podem ser altas, ocasionalmente levando a tentativas de tomar uma parte à força. O risco de violência aumenta substancialmente se as comunidades locais acreditarem que uma nova operação de mineração não empregou pessoas locais suficientes ou canalizou benefícios suficientes para eles por meio de compensação directa, comunidade fundos de desenvolvimento e sociais mais amplos investimentos.

A postulação de Mary Kaldor (2013) de uma tese de «novas guerras» captura o argumento que está sendo feito aqui muito apropriadamente. Seu trabalho destaca como a linha entre crime e conflito político se confundiu significativamente nos últimos tempos e o importante papel que os atores não estatais desempenham neste processo. Talvez haja poucos lugares que simbolizem melhor esta relação do que em locais de recurso extracção onde o controle de acesso é um factor importante no prolongamento da violência. De acordo com o Relatório da USAID (2004) esse ponto é relevante em diversos contextos de recursos naturais, de produtos agrícolas como madeira, borracha para mineração de diamantes.

Há um destacamento crescente de tropas estrangeiras nos estados africanos. Muitas dessas implantações estão ligados a instabilidades em locais de extracção de recursos e muitas vezes são explicados como parte da guerra global contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos (TANA high-level Forum on Security in Africa, 2017). Para o caso de Moçambique, a situação de violência na zona norte está sendo apaziguada com o apoio das tropas do Rwanda e da SADC bem como com ajuda técnica de outros Estados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo constata que a transnacionalização dos recursos energéticos aumenta as relações de dependência entre Moçambique perante as multinacionais. É importante que esta dependência seja vista como estratégica no sentido de Moçambique colher ferramentas capazes de sustentabilizar o sector extractivo emergente após a saída das operações das grandes multinacionais envolvidas. A indústria dos recursos minerais e hidrocarbonetos remete a um paradoxo de desenvolvimento, ela traz consigo aspectos negativos e positivos, cabe os *decisions*



*makers* terem equilíbrio nas suas decisões com vista a ter mais oportunidades de desenvolvimento e proporcionarem o bem-estar no país.

Mucanze (2016:72) constata que Moçambique está numa situação muito vulnerável aos efeitos adversos da economia concentrada na extração dos recursos naturais, instituição fraca, alta corrupção, sensibilidade à volatilidade dos preços internacionais das *commodities*, pouco controle sobre a riqueza gerada pela indústria extractiva e os consequentes conflitos internos. De acordo com a literatura consultada ainda existe grandes reservas de gás natural e petróleo na bacia do Rovuma que ainda não começaram a ser exploradas, fez-se a previsão do arranque dos projectos de exploração do gás liquefeito para depois de 2020. Moçambique deve usar os projectos anteriores para não repetir erros.

Merece destaque o facto de que o Estado moçambicano não possui políticas claras para a promoção das ligações entre as Pequenas Médias Empresas (PME) nacionais e os megaprojetos, principalmente no que tange a transferência de tecnologias. Krause e Kaufman (2011) acrescentam esse argumento afirmando que atitude do Governo em relação à política industrial é mais uma reacção aos interesses dos grandes investidores e doadores do que proativa ou estratégica, uma vez que as medidas de política ou projetos que são promulgadas ou implementados são aquelas que respondem aos interesses destes, contrariamente ao que acontece com abordagens de políticas industriais mais complexas que exigem um papel ativo do Governo.

Os megaprojetos gozam, desnecessariamente, de grandes incentivos fiscais, enquanto são intensivos em capital, pouco empregam, exploram recursos naturais não renováveis e tem toda a liberdade de expatriar todos os lucros e dividendos para os seus países de origem. Quer dizer, o país está apostando num sector que não gera grandes retornos na economia nacional, como mecanismo para impulsionar o crescimento do PIB nacional. Como diziam Castel-Branco (2008) e Sulemane (2009) a riqueza gerada pelos megaprojetos pertence às corporações transnacionais. Outro factor importante é de que os megaprojetos pouco contribuem para reduzir a taxa de desemprego em Moçambique.

Mucanze (2016) considera que o IDE vem para Moçambique procurando factores de produção mais baratos, atraído pela dotação de gás natural, petróleo, carvão mineral e outros minerais. Esses grandes fluxos de IDE encontram em Moçambique um ambiente institucional frágil. As transnacionais deparam-se também com uma grande liberdade pois o país não possui



infraestruturas nem conhecimento técnico para auditar a atuação delas em Moçambique. A grande dependência que o país tem de exportar os recursos naturais não renováveis, e a dependência deste sector para atrair investimentos diretos externos é motivo de muita preocupação devido à baixa eficácia e qualidade das instituições moçambicanas. Nesse sentido todas as pesquisas sobre países, onde as exportações estão concentradas no setor extrativo denunciam o fato de que os recursos naturais não renováveis (explorados no país), tais como o gás, o carvão mineral, e as areias pesadas não serem facilmente controlados e geridos pelo governo e por essa razão constituem um problema particular nos países onde existe uma frágil capacidade institucional, que é o caso de Moçambique. Nesse sentido, o futuro do país não pode nos trazer boas esperanças no que tange ao desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais não renováveis.

## REFERÊNCIAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE, **Relatório anual 2014**. v. 23. Maputo. 2015.

BELLUCCI, B. **Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique**, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008, <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100711083135/08bellu.pdf> acesso dia 28 mar.2022.

CASTEL-BRANCO, C. N. **Megaprojetos e estratégia de desenvolvimento: notas para um debate**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2002. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega\\_projectos\\_Moz\\_texto.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2015.

CASTEL-BRANCO, C. N. **Os mega projectos em Moçambique: que contributo para a economia nacional?** Maputo, 2008. Acesso em: 20 fev. 2016.

DUNNING, J. H, **Explaining international production**. London: Unwin Hyman, 1988.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 217p., 1958.

KALDOR, M., 2013. **In Defence of New Wars. Stability: International Journal of Security and Development**, 2 (1), p.Art. 4. DOI: <http://doi.org/10.5334/sta.at>

KRAUSE, M.; KAUFMAN, F. **Industrial Policy in Mozambique**. Discussion paper, n. 10, DIE – German Development Institute. Bonn, 2011.



LINS, H. N. **Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo contemporâneo: o petróleo no vértice das tensões internacionais na primeira década do século XXI.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo, Acesso em: 04 Apr. 2022.

LUNDI, I. B. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais.** Maputo: Escolar Editora 476p., 2016.

MACUÁCUA, A. R. **Face à procura no mercado internacional, produção de grafite aumenta de forma exponencial no país.** *Jornal Noticias.* Maputo, 11.02.2022, p.1, <https://www.jornalnoticias.co.mz/?s=Producao+de+Grafite+aumenta+>

MUCANZE, N. A. **Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique: Aspectos positivos e negativos,** 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2016.

RODRIGUES, P. C. S. F. N. **Fusões e aquisições internacionais e investimento de raiz: determinantes macroeconômicos e efeitos sobre o crescimento.** Tese (Doutorado em Ciências Empresariais) – Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/20599/2/TESEPAULARODRIGUES.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SULEMANE, T. **Alguns desafios na indústria extrativa em Moçambique.** Centro de Integridade Pública, Maputo, maio 2009. Acesso em: 28 fev. 2016.

TANA HIGH-LEVEL FORUM ON SECURITY IN AFRICA, 22-23 APRIL 2017. Ethiopia, 2017.

USAID, **Mineral and Conflict,** A Toolkit for Intervention, 2004.

VICENTE, J. B. **A interdependência contemporânea entre as Nações e a (im) possibilidade de afirmação de um Estado Soberano** In: XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, II Mostra Nacional de Trabalhos Científicos, Brasil, 2016.



**DOSSIÊ TEMÁTICO:  
QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

**Entrevista**



**A problemática da segurança marítima do mar territorial da Angola:  
desafios e perspectivas. Entrevista de Damião Fernandes Capitão Ginga**

*Por Damião Fernandes Capitão Ginga e Frédéric Monié*

Damião Fernandes Capitão Ginga  
Academia Diplomática Venâncio de Moura e da  
Universidade de Luanda, Angola  
orcid.org/0000-0003-2986-6767  
Contato: damiaoGINGA@hotmail.com

Frédéric Monié  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(PPGG), Universidade Federal do Rio de  
Janeiro; Coordenador GeoÁfrica  
orcid.org/0000-0002-8738-3301  
Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

**Biografia do entrevistado.** Damião Fernandes Capitão Ginga é atualmente professor Associado Convidado da Academia Diplomática Venâncio de Moura e da Universidade de Luanda, em Luanda-Angola. O professor Ginga detêm uma Pós-Graduação em Guerra de Informação / Competitive Intelligence pela Academia Militar Portuguesa. Ele é Mestre em Ciências Navais pela Escola Naval Portuguesa e Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal. Atualmente é investigador associado do Instituto Lusófono de Investigação e Desenvolvimento (Lisboa, Portugal) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). É Docente, Investigador e Consultor nas áreas de Relações Internacionais, Políticas Públicas, Estudos Estratégicos e Assuntos marítimos.

Como citar:  
FERNANDES CAPITÃO GINGA, D; MONIÉ, F. A problemática da segurança marítima do mar territorial da Angola: desafios e perspectivas. Entrevista de Damião Fernandes Capitão Ginga. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p.73-82, abr.- jun. 2022





**Apresentação.** Mares e oceanos, que cobrem aproximadamente 70% da superfície do planeta, servem há séculos de eixos de circulação para os seres humanos, as mercadorias, as informações, os vírus etc. Na virada do século XIX para o século XX, os pioneiros da Geopolítica destacavam seu papel estratégico num período de transformações profundas das economias, das sociedades e das relações internacionais. Na época, a prosperidade e a potência do Império britânico eram intimamente relacionadas ao exercício do domínio militar sobre os espaços marítimos e por onde transitava seu comércio exterior. Foram Alfred Thayer Mahan e seus seguidores que, formulando a teoria do “Império marítimo”, melhor expuseram a relação entre potência de um Estado e controle dos mares e oceanos, num período de rivalidades exacerbadas entre os nacionalismos europeus. Mais recentemente, observamos o surgimento e a consolidação de uma nova Geopolítica dos espaços marítimos, que além das rivalidades internacionais, privilegia também temáticas relacionadas as novas formas de insegurança, aos recursos marinhos e litorâneos, aos efeitos das mudanças climáticas ou as tensões envolvendo a atividade pesqueira.

Os desafios são, de fato, múltiplos. Os espaços marítimos constituem, em primeiro lugar, o suporte privilegiado da integração infra estrutural do espaço econômico mundial na fase contemporânea do processo de globalização. Avalia-se que cerca de 90% do comércio internacional transita pelos oceanos. Na África subsaariana, onde a maioria dos países apresenta uma elevada taxa de abertura comercial, a dependência extrema em relação ao sistema marítimo-portuário mundial se

traduz, entre outros, por uma modernização acelerada dos sistemas portuários. Outro desafio reside na gestão dos recursos naturais e haliêuticos. Hidrocarbonetos (petróleo, gás natural), recursos minerais (nódulos poli metálicos, diamantes etc.) e biológicos (aquicultura, pesca, biotecnologias), geração de energia (marés, ventos, energia térmica do mar), turismo respeitoso dos ecossistemas e das sociedades locais ou atividade portuária sustentável constituiriam, assim, os motores de crescimento de uma nova economia, ambiental e socialmente mais sustentável. Na entrevista a seguir, Damião Fernandes Capitão Ginga lembra que, com exceção dos hidrocarbonetos, esse potencial permanece relativamente inexplorado. Para reverter essa situação, a União Africana e a Comunidade Econômica Africana pretendem valorizar os recursos fluviais, litorâneos e marítimos, considerados vetores potencialmente estratégicos do desenvolvimento futuro da Humanidade. A “economia azul” é também considerada estratégica em termos de soberania alimentar num continente onde aproximadamente 12 milhões de pessoas trabalham no setor da pesca, cuja produção alimenta em proteínas animais cerca de 200 milhões de Africanos. A pesca representaria hoje 1,26% do PIB continental, sem considerar o produto da pesca artesanal informal, não registrado pelas contabilidades nacionais. O setor enfrenta desafios consideráveis como a concessão de territórios de operação à pesca industrial, a prática da pesca ilegal e os impactos das mudanças climáticas sobre os recursos haliêuticos.

O professor Ginga lembra que, no contexto da atual nova corrida aos recursos, a defesa dos espaços marítimos torna-se uma





75

problemática relevante para governos e agências regionais. A segurança das condições de extração de gás natural e petróleo suscita preocupações crescentes na Angola e, sobretudo, na Nigéria. O governo nigeriano se depara com o dinamismo da pirataria no Golfo da Guiné cujo epicentro é situado no Delta do Níger. Nesta região, o modo operatório dos piratas consiste no ataque e o saque de embarcações e plataformas petrolíferas na proximidade do litoral. O desvio de petróleo de oleodutos sabotados constitui outra fonte de renda para os grupos praticando a pirataria. A transnacionalização de suas operações estimulou a construção de uma arquitetura de segurança que ilustra a emergência de uma abordagem panafricana da problemática da segurança marítima. O código de conduta de Iauandé (Camarões) junta 26 países signatários ribeirinhos do Oceano Atlântico entre Senegal e Angola, que decidiram, em 2013, elaborar uma política comum de luta contra a criminalidade marítima, o tráfico de petróleo e a pesca ilegal. Foi, em particular, criado um centro de coordenação inter-regional que garante a cooperação entre as duas sub-regiões (África ocidental e África central) que dispõem, por seu lado, de centros de cooperação operacional em nível regional. No Chifre da África, a

instabilidade geopolítica regional e o protagonismo da pirataria marítima também estimularam a cooperação inter-estatal. Todos os Estados do nordeste africanos e alguns países da península arábica e do Oceano Índico integram do Código de Djibuti criado em 2009 para lutar contra a pirataria.

No que diz respeito a Angola, o professor Damião Ginga assevera que as políticas estatais são incipientes e carecem ainda de efetividade diante dos desafios postos, por exemplo em termos de proteção e conservação dos ecossistemas costeiros e oceânicos e de segurança marítima. O segundo maior produtor africano de petróleo começou a se dotar de instrumentos visando a proteção dos sítios de extração de petróleo e gás natural (com destaque para as plataformas *off shore*) e dos corredores de escoamento. O pesquisador aponta, no entanto, que as deficiências em termos de cooperação interinstitucional e de instrumentos adequados prejudica o exercício da autoridade estatal e o controle sobre os espaços marítimos e, portanto, a segurança da atividade petrolífera frente a perigos potenciais mesmo si a consolidação do Sistema Nacional de Vigilância Marítima (SINAVIM) ilustra uma preocupação crescente para com essas problemáticas (FM)



## *Entrevista de Damião Fernandes Capitão Ginga<sup>1</sup>*

*Boletim GeoÁfrica. Quais os grandes desafios econômicos, estratégicos e geopolíticos enfrentados pelos países africanos ribeirinhos do Atlântico Sul? Podemos observar cooperações internacionais para enfrentar esses desafios?*

**Damião Fernandes Capitão Ginga:** Nas últimas décadas, o continente Africano tem se confrontado com a chamada terceira fase da corrida à África, na expressão na língua inglesa *Scramble for África*, motivada sobretudo pelo elevado potencial em termos de recursos minerais e energéticos das suas regiões, tornando-as apeteceíveis para as principais potências internacionais e para os principais agentes do crime organizado. Paralelamente, a situação geoeconômica, geopolítica e geoestratégica do continente Africano tem sido frequentemente marcada por crises de vária ordem, porquanto os Estados africanos continuam a confrontar-se com vários problemas internos, como a fraca diversificação das suas economias; o fraco desenvolvimento das infraestruturas vitais internas destes Estados (saúde, educação, energia eléctrica, telecomunicações, transportes e saneamento básico); a deterioração dos indicadores sociais e a crescente desigualdade na distribuição dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades; o peso negativo da dívida externa e do serviço da dívida na balança orçamental; o *déficit* democrático; a pobreza e exclusão social; entre outros entraves que têm sido corresponsáveis pelos prolongados períodos de crises sociais, políticas, económicas e militares e pelos baixos níveis de desenvolvimento dos Estados africanos de uma forma geral, e dos Estados ribeirinhos da África Ocidental de uma forma particular.

Ademais, o estado de subdesenvolvimento em que muitas nações ribeirinhas africanas se encontram, deriva também do relacionamento periférico que, historicamente, muitos Estados africanos ao longo dos anos estabeleceram com os oceanos. Angola faz parte deste grupo de Estados, que ao longo dos anos construiu uma relação pouco concertada com os oceanos, porquanto foram insuficientes as dinâmicas mobilizadas, com vista a fomentar a devida exploração das oportunidades geoeconômicas, geopolíticas e geoestratégicas, oferecidas pelos oceanos.

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 28 de março de 2022.



Ora, se por um lado a Pandemia do Covid-19 veio reforçar o papel desempenhado pelos oceanos, enquanto eixo central do comércio e da economia global, nomeadamente ao nível das comunicações e do transporte de mercadorias, por outro lado, a crise pandêmica realçou as interligações profundas existentes entre a saúde humana e planetária e a necessidade de conservação e protecção dos oceanos; na medida em que os oceanos continuam a constituir o principal pilar das redes globais, sendo por isso decisivos para a consolidação do processo de globalização e do desenvolvimento sustentável das Nações. Ao mar estão associados os maiores ativos das principais economias africanas, os maiores atrativos do continente para as potências externas, as maiores esperanças de afirmação e desenvolvimento sustentável e as maiores vulnerabilidades no âmbito da segurança e defesa dos Estados africanos.

Os espaços marítimos e as fronteiras marítimas dos Estados ribeirinhos africanos do Atlântico Sul incluem-se neste sistema cada vez mais permeável, apresentando-se como uma região muito assolada pelo drama da insegurança marítima, não apenas pelas suas frágeis estruturas de segurança e defesa marítimas, e pela quase inexistência de instrumentos de protecção e conservação dos ecossistemas costeiros e oceânicos, mas também pelo contexto sociopolítico dos Estados desta região, fazendo com que ameaças como a pirataria, o terrorismo marítimo, o depósito de substâncias perigosas nos oceanos, a pesca ilegal não declarada e não regulada (INN), o narcotráfico, o contrabando de pessoas, minérios e armas, entre outras manifestações do crime organizado, façam parte dos desafios que se colocam a estas Nações.

Diante disso, considerando que a natureza destes riscos e ameaças marítimas não respeitam os limites administrativos das fronteiras nacionais e buscando uma melhor gestão dos escassos recursos públicos que a maior parte destes Estados dispõe, a cooperação regional constitui, sem margem para dúvidas, um elemento essencial para fazer face aos inúmeros desafios que estes Estados enfrentam, quer numa perspectiva securitária, como numa perspectiva de investigação e de desenvolvimento (*R&D*), num contexto continental em que, tradicionalmente, as questões ligadas aos oceanos e à segurança marítima foram sempre tidas como periféricas.

Neste entendimento, nos últimos anos, têm surgido ao nível da União Africana e das Organizações sub-Regionais Africanas (ORA) alguns instrumentos legais de carácter estrutural e de cooperação, para fazer face à crescente insegurança nos espaços marítimos africanos de uma forma geral. Dentre as quais, importa referir a Resolução de Durban sobre Segurança Marítima e



Proteção do ambiente marinho em África (2009); o Código de Conduta de Yaoundé (2013); o Protocolo adicional ao Memorando de Entendimento (MdE) entre a CEEAC, CEDEAO e a CGG, que estabelece a criação do Centro de Coordenação Interregional (CCI); a Estratégia Africana Integrada para os Mares e os Oceanos 2050 (AIM 2050); a Carta de Lomé; o MdE assinado entre a OMI e Organização Marítima da África Ocidental e Central, para estabelecer uma rede integrada de guarda costeira sub-regional na África Ocidental e Central; o MdE operacional entre as guardas costeiras da Nigéria e do Benin, que visa o patrulhamento das águas para combater o crime organizado nas águas da região; a Convenção da Corrente de Benguela; entre outras iniciativas, que atualmente fazem parte da Agenda 2063.

Em suma, considera-se que, a curto, médio e longo prazo, num quadrante em que em muitos casos existe a partilha das bacias marítimas, os Estados africanos têm a oportunidade e responsabilidade coletiva de proteger, conservar e restaurar a saúde dos espaços marítimos africanos, e desta forma concretizar uma exploração sustentável dos oceanos, em ordem ao desenvolvimento e prosperidade das Nações africanas.

**Boletim GeoÁfrica.** *Quais recursos naturais (como exceção do petróleo) são mais abundantes no mar territorial da Angola? Quais as políticas de valorização destes recursos?*

**Damião Fernandes Capitão Ginga.** Ao longo de várias décadas, o panorama de exploração dos recursos oceânicos em Angola tem se limitado aos setores das pescas e da exploração de petróleo e gás *offshore*, no sentido em que, embora se reconheça o elevado potencial do ecossistema marinho angolano, não existem estudos ou trabalhos científicos que apresentem de forma qualitativa ou quantitativa, os dados que expressam a diversidade de riquezas das águas angolanas. Assim no quadro da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos últimos anos, embora de forma tímida, o Governo angolano tem atribuído maior importância aos assuntos dos oceanos. Neste sentido, com a aquisição do navio oceanográfico Baía Farta, para os próximos anos, encontra-se previsto a realização de um cruzeiro de investigação científica, que visa conhecer, profundamente, a diversidade de recursos marinhos que existem nas águas sob soberania e jurisdição de Angola, bem como aferir o nível de poluição que as águas nacionais enfrentam, de forma a atender o ODS 14. Neste quadro da exploração azul dos oceanos,



recentemente a agência estatal de petróleo, Sonangol, anunciou a exploração de Hidrogénio verde para breve, em respeito às iniciativas globais de transição energética.

Outrossim e no que diz respeito as principais políticas de valorização e governação dos espaços e recursos marinhos, consideramos que existe ainda um longo percurso a percorrer, porquanto existe a necessidade de se projetar uma nova visão de abordagem aos assuntos dos oceanos em Angola, na consciência de que cada atividade humana com incidência no mar e suas respetivas políticas, devem deixar de ser percebidas de forma estanque e independente, relativamente ao leque de atividades com a mesma incidência, no sentido em que deve haver uma maior interligação e homogeneidade dentre as várias políticas subsetoriais do quadro da exploração da Económica azul, porque, hoje, a abordagem aos recursos e ecossistemas marinhos deve ser sempre numa perspectiva sustentável. Trata-se de desconstruir a lógica da governação setorial, em detrimento de uma nova visão alargada e integrada, em que a complementaridade deve ser o eixo reitor e a sustentabilidade a palavra-chave.

**Boletim GeoÁfrica.** *Parte significativa do petróleo angolano é produzido em plataformas offshore. De que maneira o Estado angolano garante a segurança da extração e do escoamento?*

**Damião Fernandes Capitão Ginga.** A vigilância e a proteção dos espaços marítimos são um dos campos onde se sente com especial gravidade a falta de meios e de cooperação entre as várias forças de segurança e defesa com atuação no mar, a quem estão entregues as missões de Autoridade Marítima, num cenário em que existe a necessidade de se reformular o quadro nacional, com vista a melhorar o controlo dos espaços marítimos e autoridade exercida neles. Sobretudo, quando abordamos à segurança nas áreas de exploração petrolífera, uma vez que durante vários anos observamos a existência de Empresas Militares Privadas estrangeiras a operar no asseguramento dos campos petrolíferos em águas nacionais, em função da falta de capacidade de segurança e defesa naval efetiva dos órgãos públicos indicados para o efeito.

No entanto, com a publicação do Decreto presidencial n.º 271/20 de 20 de outubro de 2020, tornou-se proibido a contratação de alguns serviços a empresas estrangeiras, dentre os quais os serviços de segurança destinados ao asseguramento das explorações petrolíferas. Assim sendo, atualmente os campos petrolíferos e o processo logístico de transporte do petróleo e seus derivados são assegurados por empresas de segurança privada nacionais em conjugação com os órgãos que



compõem o Sistema de Autoridade Marítima, onde se realça o papel da Marinha de Guerra, enquanto braço armado do Estado na defesa dos espaços marítimos.

***Boletim GeoÁfrica.** De que maneira o Estado angolano exerce sua autoridade no seu mar territorial? Quais são as instituições que exercem sua tutela sobre esse território? Quais são as prioridades e linhas diretrizes estabelecidas por esses atores nos últimos anos?*

***Damião Fernandes Capitão Ginga.*** Na atualidade, a situação angolana no que diz respeito ao exercício da segurança marítima e ao controlo do vários espaços marítimos sob soberania e jurisdição do Estado angolano, tal como a maior parte dos Estados ribeirinhos africanos do Atlântico Sul, encontra-se muito desajustada da realidade objetiva, nomeadamente porque os organismos nacionais encontram-se pouco preparados para fazer face aos desafios que os espaços marítimos enfrentam, numa altura em que três entidades diferentes continuam a desempenhar o papel de guardas costeiras, a Marinha de Guerra Angolana, as Capitánias do Portos e a Polícia Fiscal Marítima, com uma sobreposição de funções, em vez de uma complementaridade nas missões.

Assim, nos últimos anos, a fragmentação e pulverização entre vários organismos de tutela nos assuntos marítimos têm transformado o mar num espaço heterogéneo, onde convivem diferentes atores e onde muitas das atribuições e responsabilidades do Estado estão hoje entregues a um conjunto diverso de entidades e de instituições, com uma sobreposição em vez de uma complementaridade nas missões, o chamado dilema das 300 Marinhas. Neste quadro, a missão da Marinha de Guerra cobre apenas a ZEE, enquanto a Polícia Fiscal e as Capitánias dos Portos se ocupam da vigilância, monitorização, controlo e da busca e salvamento, ao longo das costas marítima, fluvial e mar territorial. De igual modo, a fiscalização das pescas em Angola é exercida pelo órgão responsável pelo Ministério das Pescas, em conformidade com a Lei n.º 14/10 de 14 de julho, Lei dos Espaços Marítimos, que regula o exercício de poderes, dos direitos e dos deveres do Estado angolano e define os limites dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacionais, e que em conjugação com a Lei n.º 27/12 de 28 de agosto, desenham e delineiam o corpo doutrinário da atuação de Angola nos diferentes espaços marítimos.

Como resultado, o quadro legal nacional, através do artigo n.º 15 da Lei 27/12, estabelece que o exercício de “Autoridade Marítima Nacional” surge como o conjunto interministerial e



intersectorial formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, provincial ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima – compete às entidades que integram o Sistema de Autoridade Marítima, designadamente: o Departamento Ministerial responsável pelo setor marítimo-portuário e que coordena a AMN; o Departamento Ministerial responsável pela Defesa Nacional; o Departamento Ministerial responsável pelo Interior; o Departamento Ministerial responsável pelo Ambiente; o Departamento Ministerial responsável pelas Pescas e Mar; o Departamento Ministerial responsável pelas Relações Exteriores; o Departamento Ministerial responsável pela Saúde; o Departamento Ministerial responsável pelos Petróleos e Recursos Minerais; o Departamento Ministerial responsável pela Justiça; Órgãos do Sistema de Segurança Nacional; a Administração Marítima Nacional; o Comité Nacional para a Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias; o Sistema Nacional de Vigilância Marítima; e a Guarda Costeira Nacional.

Neste quadro, nos últimos anos as prioridades e linhas diretrizes estabelecidas para esses atores apontam para a reorganização do ecossistema marítimo portuário nacional, num processo que envolve o redimensionamento, reestruturação e reequipamento dos meios e capacidades dos principais organismos com atuação no mar e a consolidação do Sistema Nacional de Vigilância Marítima (SINAVIM). Esta preocupação tem sido traduzida pela aquisição de navios pelo Estado angolano, destinados a fiscalização das águas nacionais e a investigação científica dos ecossistemas marinhos. Ao nível do SINAVIM, a implementação de VTS costeiros e de um sistema de monitoramento remoto das águas nacionais tem sido a principal prioridade.

### *Seleção de publicações de Damião Ginga*

GINGA, D. Angola, uma Nação Atlântica? Sua atuação nos espaços estratégicos de interesse nacional no mar. **Revista Marítima Brasileira**, Vol. 141, n.º 07/09, jul/dez, p. 120-135, 2021

GINGA, D. Maritime insecurity in Sub-Saharan Africa and its effects in the economy of states. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy and International Relations**. Vol. 9, n. 18, jul/dez 2020, p. 196-218. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.108571>

GINGA, D. A influência do mar como elemento da política externa angolana. **Naval War College Journal**, Vol. 26, n.º. 2, set. 2020.



<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/1051>

GINGA, D. **Angola e a Complementaridade do Mar:** O mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e de afirmação. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, 2014.





**DOSSIÊ TEMÁTICO:  
QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

**Entrevista**

**SEGURANÇA E PAZ NA ÁFRICA SUBSAARIANA. DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS. ENTREVISTA DE GILBERTO CARVALHO DE  
OLIVEIRA**



Entrevista de *Gilberto Carvalho de Oliveira*. Por *Frédéric Monié*

83

Gilberto Carvalho de Oliveira  
Professor-Adjunto. Instituto de Relações  
Internacionais e Defesa, Universidade  
Federal do Rio de Janeiro  
ORCID: [orcid.org/0000-0001-6713-1126](https://orcid.org/0000-0001-6713-1126)  
Contato: [gilbertooliv@gmail.com](mailto:gilbertooliv@gmail.com)

**Biografia do entrevistado.** Gilberto Carvalho de Oliveira é atualmente Professor-Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele é Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra, Portugal (2014) e Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (2000). Gilberto Carvalho de Oliveira é Pesquisador do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa da UFRJ e do Núcleo de Estudos para a Paz da UNILA onde desenvolve pesquisas sobre as seguintes temáticas: política e segurança internacional, com ênfase em Estudos Críticos de Segurança (teoria crítica e teoria da securitização) e Estudos para a Paz e Estudos dos Conflitos (*peacebuilding*, *statebuilding*, crítica à paz liberal, nexos segurança-desenvolvimento, economia política das novas guerras, não-violência, conflito civil e construção da paz na Somália e na República Democrática do Congo). Membro do Conselho Consultivo do Boletim GeoÁfrica.

Como citar:

CARVALHO de OLIVEIRA, G. Segurança e paz na África Subsaariana. Desafios e perspectivas. Entrevista de Gilberto Carvalho de Oliveira **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 83-95, abr.- jun. 2022





## Entrevista de Gilberto Carvalho de Oliveira <sup>1</sup>

**Boletim GeoÁfrica.** Poderia definir e contextualizar o surgimento dos principais conceitos e noções que norteiam a elaboração de políticas e operações destinadas a resolver conflitos e construir ambientes de paz (operações de manutenção da paz; *peacebuilding*; *statebuiding* etc.)?

**Gilberto Carvalho de Oliveira:** Podemos dizer que as operações de paz constituem o principal mecanismo de resolução de conflitos da ONU. Mas é interessante notar que a noção de operações de paz e todo o seu aparato conceitual (*peacekeeping*, *peacemaking*, *peacebuilding* etc.) não foram previstos originalmente na Carta fundadora da ONU. Na verdade, estes conceitos surgiram aos poucos, ao longo da segunda metade do século XX, à medida em que a ONU foi confrontada pelas situações práticas colocadas pelos conflitos violentos e desafiada a intervir nesses contextos para implementar suas políticas internacionais de paz. Tudo começou com a noção de *peacekeeping* (manutenção da paz), que foi criada pela ONU na década de 1950 para enfrentar uma situação particular: a Crise de Suez de 1956. Essa experiência pioneira da ONU com o *peacekeeping*, denominada Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-I), foi desencadeada para manter o cessar-fogo que já tinha sido produzido na mesa de negociações entre as partes em luta (de um lado, o Egito; do outro, Israel, apoiado pelo Reino Unido e França). A UNEF-I tinha por missão interpor-se entre as partes na linha de armistício, monitorar a cessação das hostilidades e supervisionar a retirada de tropas israelenses, francesas e britânicas do território egípcio. Formada por um contingente militar internacional levemente armado (com contribuições de tropas de diversos Estados-membros da ONU) e deslocada com a prévia autorização das partes em luta, a UNEF-I lançou os princípios que se tornariam os elementos definidores fundamentais do *peacekeeping*: o consentimento prévio das partes beligerantes, a imparcialidade dos interventores e o não uso da força pelas tropas da ONU (exceto em autodefesa).

Durante todo o período da Guerra Fria, este foi praticamente o único tipo de intervenção da ONU. A partir dos anos 1990, porém, com o otimismo renovado em torno do papel da ONU no campo da resolução de conflitos e na promoção de um mundo mais seguro e pacífico, o modelo

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 19 de abril de 2022.



de intervenções daquela Organização expandiu-se extraordinariamente. Houve um documento-chave de 1992, denominado “Uma Agenda para a Paz”, emitido pelo então Secretário-Geral Boutros-Ghali, que orientou essa expansão conceitual ao definir um modelo multidimensional de operações de paz que incluía cinco tipos de intervenções: diplomacia preventiva (esforços prévios para evitar a escalada da violência); *peacemaking* (estabelecimento da paz, definido como esforços diplomáticos para produzir um acordo de paz em conflitos armados já eclodidos); *peacekeeping* (manutenção da paz, que seguia as características do conceito já consolidado no vocabulário da ONU, destinado a manter uma paz já alcançada por um acordo entre as partes); *peace enforcement* (imposição da paz, entendido como um tipo de intervenção militar imposto pela ONU, sob os poderes do Capítulo VII da sua Carta fundadora, isto é, com autorização explícita para o uso da força militar); e *peacebuilding* (consolidação da paz, entendido como um conjunto de medidas de reconstrução das instituições governamentais e de ações de desenvolvimento social e econômico destinado a dar sustentabilidade à paz).

Eu diria que a grande novidade introduzida na “Agenda para a Paz” de 1992 está na noção de *peacebuilding*, que incluía no modelo de operações de paz da ONU um conjunto de políticas de intervenção que ia muito além da mera cessação da violência direta ou da manutenção de um estado de não-violência produzido por um acordo de paz, que em última análise constituía o propósito de todos os outros tipos de intervenções. O *peacebuilding* era, portanto, um conceito mais ambicioso, que envolvia grandes desafios, caracterizando-se como um processo abrangente e de longo prazo, comprometido com a reconstrução das instituições sociais, políticas e econômicas das sociedades divididas pela violência até o ponto em que elas próprias, com seus mecanismos institucionais reconstruídos, fossem capazes de resolver os seus conflitos através de meios não violentos.

A colocação em prática da noção de *peacebuilding*, porém, começou a sofrer uma série de críticas ao logo dos anos 1990 e 2000 por analistas que observaram que esse tipo de intervenção passou a ser equacionado através de um processo de *statebuilding* (construção de estado), imposto e controlado por atores externos, visando converter as instituições sociais, políticas e econômicas dos Estados que recebiam as intervenções à imagem do Estado liberal ocidental, sem levar em consideração as necessidades e aspirações concretas de segurança e desenvolvimento das sociedades locais. Ou seja, o *peacebuilding* passou a seguir uma receita padronizada e universal

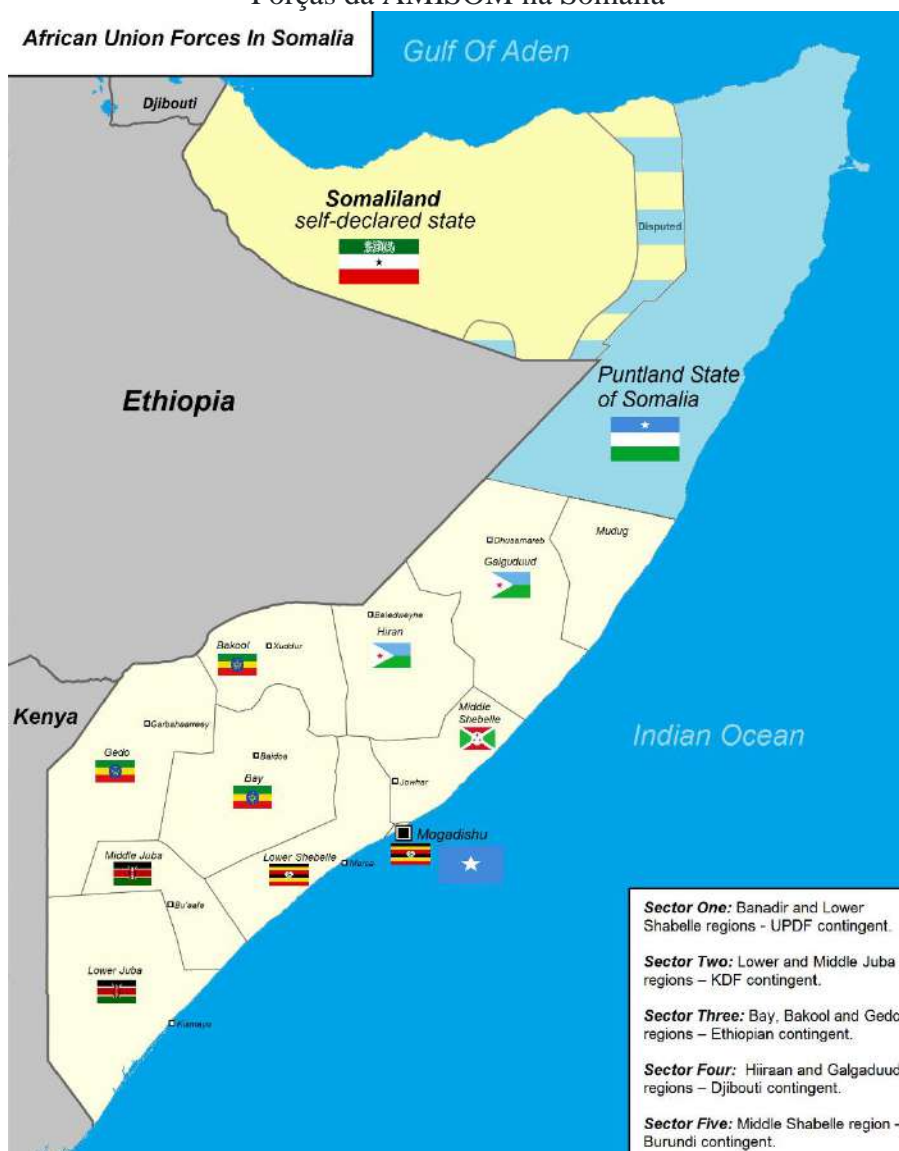


de engenharia social, imposta pelos interventores (que em alguns casos assumiram completamente as funções governativas através das chamadas administrações transitórias, como mostraram emblematicamente as intervenções no Timor-Leste ou na Bósnia e no Kosovo, para mencionar apenas alguns exemplos). Com essas características, as práticas de *peacebuilding* não têm sido capazes de materializar o compromisso emancipatório contido em seu núcleo conceitual original, na medida em que servem mais aos objetivos dos atores externos do que às necessidades concretas de desenvolvimento e segurança das populações mais afetadas pelas condições de violência.

Outro desenvolvimento marcante no campo das operações de paz tem sido a dissolução das linhas que separam os conceitos de *peacekeeping* e *peace enforcement*, na medida em que grande parte das missões de manutenção da paz têm sido autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, levando a uma crescente corrosão dos princípios de consentimento, imparcialidade e moderação no uso da força que tradicionalmente definiram o *peacekeeping*. Esses desenvolvimentos são claramente visíveis, por exemplo, nos casos da missão de *peacekeeping* da União Africana na Somália (AMISOM), que se tem envolvido em ações de combate desde a sua implementação em 2007, ou na missão de *peacekeeping* da ONU na RD Congo (MONUSCO), desde que uma Brigada de Intervenção foi incluída em 2013 com autorização para o uso ofensivo da força no combate a grupos insurgentes.



Mapa 1  
Forças da AMISOM na Somália



Fonte: União Africana (UA)

Quando fazemos um balanço desse modelo de operações de paz, notamos, em suma, que os seus diversos conceitos fazem parte de um experimento dinâmico, que continua a assumir diferentes contornos ao ser colocado em prática pela ONU ou pelas organizações regionais, devendo, por esta razão, ser alvo de constante análise crítica por parte de analistas e pesquisadores interessados nas questões de paz e segurança internacionais.



**Boletim GeoÁfrica.** *Quais conflitos apresentam os maiores desafios para sua resolução e a construção de ambientes de paz na África subsaariana?*

**Gilberto Carvalho de Oliveira:** Eu não seria capaz de identificar ou escalonar os conflitos de acordo com o seu grau de dificuldade ou de desafios para a resolução ou a consolidação da paz na África Subsaariana. Existem, na verdade, múltiplas Áfricas e múltiplos conflitos com suas fontes específicas de contradições que levam a diferentes expressões de violência. Mas penso que podemos dizer, assumindo o risco inerente a toda tentativa de generalização, que os conflitos e tensões existentes na Somália, na RD Congo, na República Centro-Africana e no Mali são particularmente desafiadores por serem “prolongados” e “intratáveis”. Eu uso aqui os termos “prolongado” e “intratável” seguindo o vocabulário empregado por diversos autores, entre eles Edward Azar, para caracterizar a longa duração dos conflitos; as contradições estruturais e culturais profundas existentes nas raízes da violência; a distribuição profundamente desigual e injusta de recursos e de poder entre os indivíduos e grupos sociais; as clivagens étnicas e a desintegração e fragmentação da comunidade politicamente organizada nesses Estados; o subdesenvolvimento; e algumas dinâmicas provocadas por questões ambientais (como fome, seca ou epidemias). Essas condições acabam gerando privilégios e alimentando disparidades nos níveis de participação e oportunidades políticas e econômicas dentro desses Estados, aumentando as tensões sociais e contribuindo para a perpetuação das condições estruturais e culturais que exacerbam as relações violentas. Para além das tensões entre comunidades e grupos sociais, outra consequência deste estado de coisas tem sido o aumento da ação de grupos extremistas e terroristas, como se observa por exemplo na Somália, no Mali e na República Centro-Africana, tornando os conflitos nesses Estados ainda mais prolongados e intratáveis.

Essas características apresentam imensos desafios aos mecanismos convencionais de resolução de conflitos, pois os esforços de *peacemaking* e *peacekeeping*, devido ao seu foco na cessação da violência direta, são incapazes de lidar com as raízes mais profundas da violência anteriormente mencionadas. Quando olhamos para esses conflitos, tentando perceber as condições que os tornam persistentes e intratáveis, a conclusão a que chegamos é que os esforços de resolução e construção de paz estarão fadados ao fracasso, a menos que a ONU e as organizações regionais que se têm mobilizado na região se deem conta da necessidade de dar um maior grau de centralidade às ações de *peacebuilding*. Não da perspectiva que tem sido dominante (que



equaciona esse conceito através de uma receita ocidental de *statebuilding* fortemente sustentada em ações militares robustas de estabilização), mas de uma perspectiva mais genuína de *peacebuilding*, entendida de um ponto de vista transformativo e emancipatório, localmente enraizado, preocupado com a redução das injustiças sociais e disparidades nas oportunidades de acesso aos recursos e ao poder entre indivíduos e grupos sociais.

**Boletim GeoÁfrica.** *Os conflitos na República Democrática do Congo (RDC) e a Somália se perpetuam há décadas em países cujas trajetórias geohistóricas são singulares e diferenciadas. As operações de resolução dos conflitos e políticas construção de ambientes de paz levam em consideração as singularidades de cada formação socioespacial?*

**Gilberto Carvalho de Oliveira:** Eu tenho pesquisado os conflitos e os rumos das operações de paz nestes dois Estados desde as décadas de 2000 e 2010. O primeiro ponto que podemos destacar é que ambos os conflitos têm as características de persistência e intratabilidade que comentamos acima, o que os tornam pouco permeáveis aos esforços internacionais de resolução e construção da paz e pouco tolerantes à presença militar estrangeira. Nesses dois contextos, é possível perceber, claramente, que as ações de paz conduzidas pela ONU ou por organizações regionais (como a União Africana) têm-se caracterizado por uma crescente mescla entre *statebuilding* (com ações voltadas para o fortalecimento e a extensão da autoridade central do Estado), sustentada pelo uso cada vez mais robusto da força por tropas estrangeiras. O problema desses esforços externos é que eles são, em grande medida, orientados pelos objetivos de segurança dos interventores e levam a uma concentração nos esforços imediatos e diretos de estabilização (ações de contraterrorismo, contrainsurgência e envolvimento das forças de *peacekeeping* em ações de combate), em detrimento dos esforços de *peacebuilding*, que precisariam se materializar através de medidas concretas, abrangentes e profundas, focadas na superação das contradições estruturais e culturais que nutrem as relações de violência.

O segundo ponto que podemos observar nesses dois casos é a forte interação dos conflitos com as dinâmicas políticas e econômicas originadas em Estados vizinhos. No caso da Somália, as interferências da Etiópia e do Quênia, por exemplo, são marcantes desde meados dos anos 2000. Não podemos nos esquecer que o embrião do Governo Federal de Transição da Somália (GFT) foi criado e chegou a funcionar originalmente no Quênia em meados na década de 2000, sem qualquer lastro local na sociedade somali. Não podemos nos esquecer, igualmente, que após a destituição



do governo da chamada União das Cortes Islâmicas na Somália, em dezembro de 2006, por tropas invasoras da Etiópia, com apoio dos EUA, foi criada a missão de *peacekeeping* da União Africana (AMISOM), fortemente sustentada por forças militares etíopes, que passou a ser o sustentáculo do embrião de estado central na Somália, envolvendo-se diretamente em ações de combate contra grupos insurgentes locais, especialmente contra o grupo extremista al-Shabaab. Nesse contexto, essa missão de *peacekeeping* passou a envolver-se diretamente em ações de combate, permanecendo até hoje com esse perfil, passando a ser percebida dentro da Somália como mais uma parte do conflito e como uma missão estrangeira a serviço dos interesses externos da Etiópia e do Quênia e dos Estados ocidentais que apoiam a intervenção. No caso da RD Congo, as dinâmicas oriundas principalmente do Ruanda também têm impactos relevantes na formação e perpetuação da violência na região leste do país. A inclusão de uma Brigada de Intervenção na MONUSCO, em 2013, com mandato do Conselho de Segurança da ONU para conduzir operações de combate a grupos insurgentes (em particular, o movimento M-23) também aumentou a percepção local na RD Congo de que a missão de *peacekeeping* da ONU é mais uma parte do conflito, politicamente parcial, e, portanto, comprometida com o governo central e os interesses estrangeiros no país.

Um terceiro ponto que poderíamos ressaltar é que as intervenções internacionais tanto na Somália quanto na RD Congo seguem uma receita padronizada de intervenção, vista como universal e ajustável a todas as situações, sem considerar as dinâmicas próprias que estão na base de cada um dos conflitos. Essa receita externa de intervenção tem focado em aspectos técnicos relacionados, por exemplo, à realização de eleições ou à construção de instituições sociais, políticas e econômicas espelhadas nos países ocidentais, suspendendo, muitas vezes, os processos políticos locais, anulando as instâncias costumeiras de governança e justiça, e ignorando o quadro mais amplo de relações sociais, políticas e econômicas locais e transnacionais que têm impacto na formação e na persistência desses conflitos.

Considerados em conjunto, todos esses aspectos nos permitem afirmar que, após décadas de intervenção, os esforços internacionais não têm conseguido criar condições favoráveis à resolução e à construção da paz na Somália e na RD Congo devido à incapacidade de perceber as particularidades locais e as condições históricas e socioespaciais que estão na base da formação e perpetuação desses conflitos, bem como à falta de envolvimento com medidas mais abrangentes





de *peacebuilding* que sejam capazes de transformar as contradições sociais, políticas e econômicas locais e transnacionais que alimentam a violência. Para isto, será necessário um novo modelo, um novo pacto híbrido local-internacional, que coloque os agentes e as dinâmicas sociais e políticas locais no centro do projeto de construção da paz. Os esforços internacionais nesses dois Estados têm demonstrado uma ênfase quase obsessiva com o cumprimento de prazos e procedimentos para a realização de eleições, por exemplo, negligenciando o fato de que esse processo precisa ser localmente legitimado e ancorado nas dinâmicas políticas concretas no terreno. E isto não se faz com receitas técnicas de construção de estado elaboradas nos escritórios da ONU ou das organizações regionais e nem podem se sustentar exclusivamente em ações de estabilização concentradas no uso da força militar, mas requer um olhar mais aprofundado e abrangente sobre as particularidades de cada conflito e de seu processo formativo, com políticas pensadas caso a caso, levando em conta as dinâmicas políticas de aceitação e de resistência aos processos de resolução e consolidação da paz implementados. Sem uma visão de que os conflitos precisam ser social e politicamente transformados, em vez de meramente “resolvidos” através de medidas técnicas de rápido impacto, os esforços internacionais de intervenção nesses dois Estados continuarão, inevitavelmente, a ter resultados parciais e questionáveis.

***Boletim GeoÁfrica.*** *Como avalia os impasses políticos e militares enfrentados pela França no Sahel e mais especificamente no Mali? A Rússia pode atuar como “potência de substituição” neste país mediante seu envolvimento na luta contra o terrorismo?*

***Gilberto Carvalho de Oliveira:*** A França tem exercido um papel central nas ações de estabilização no Sahel e, particularmente no Mali através da Operação Barkhane, uma missão de contraterrorismo que abarca a região mais abrangente do Sahel, em conjunto com a Força-Tarefa Takuba, composta por forças especiais europeias. Essas operações têm sido igualmente relevantes ao serem encorajadas pelo Conselho de Segurança da ONU a trabalhar em estreita colaboração com a missão de estabilização da ONU no Mali (MINUSMA). Sobre este quadro, penso que alguns pontos devem ser destacados.

O primeiro ponto é que, embora o envolvimento da França e de outras potências europeias tenham desempenhado um importante papel nas ações de contraterrorismo no Mali, eu tenho sido particularmente crítico em relação à colaboração estreita entre essas operações e a MINUSMA. Em um artigo publicado na revista Carta Internacional em 2020 (“O conceito de estabilização:



implicações no campo das operações de paz contemporâneas”) e em um artigo a ser publicado na próxima edição da Revista Brasileira de Estudos de Defesa (“Missões de estabilização e a virada robusta das operações de paz da ONU”) eu apresento um ponto de vista crítico em relação a essa interação devido aos efeitos negativos que isto produz no papel tradicional da ONU no campo da resolução de conflitos. O que nós podemos observar no caso do Mali (mas também nos casos da RD Congo e da República Centro-Africana) é que a mistura entre operações de paz e ações de combate, contraterrorismo e contrainsurgência no contexto das intervenções nesses Estados têm provocado uma corrosão na legitimidade da ONU e uma conversão da assistência à paz aos objetivos militares da estabilização, cujo efeito é a crescente hostilidade contra as missões de *peacekeeping* e as populações civis vulneráveis que essas missões têm o mandato de proteger. Isto não significa que a França e outras potências europeias não tenham um papel importante nas ações de contraterrorismo na região do Sahel, mas penso que essas operações devem ser claramente distinguidas e separadas das ações da MINUSMA, a fim de evitar a corrosão da legitimidade da ONU que mencionei anteriormente.

Imagem 1  
Soldado integrante da MINUSMA



Fonte: Nações Unidas

O segundo ponto que eu destacaria tem a ver com os desenvolvimentos que levaram à retirada da França e de outros Estados dos esforços de contraterrorismo no Mali, recentemente



anunciada, devido ao não cumprimento por parte das autoridades de transição do Mali dos prazos e procedimentos eleitorais assumidos com a ECOWAS e a União Africana. A declaração dos estados envolvidos na Operação Barkhane e na Força-Tarefa Takuba, conjuntamente com Estados da região do Sahel e da União Africana, emitida em fevereiro deste ano, deixou clara a insatisfação com a falta de diálogo construtivo das autoridades do Mali com as organizações regionais africanas. Em consequência, esses Estados decidiram retirar completamente o apoio militar às ações de contraterrorismo no Mali, embora tenham mantido o compromisso com a continuidade dessas ações na região mais abrangente do Sahel, incluindo o Níger e o Golfo da Guiné. Ou seja, a retirada da Operação Barkhane e da Força-Tarefa Takuba do Mali não deve comprometer, conforme essa declaração conjunta, os esforços de contraterrorismo conduzidos pela França e por outros Estados na região do Sahel de forma mais abrangente.

O terceiro ponto a destacar tem a ver com a entrada da Rússia nesse quadro. Sobre este aspecto, é importante notar que a presença russa no Mali, iniciada em dezembro de 2021, caracteriza-se pela participação da companhia privada de segurança denominada *Wagner Group* e não por tropas governamentais russas. Nos meses iniciais deste ano, A França, o Reino Unido e os EUA têm criticado, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, a decisão das autoridades de transição do Mali de empregar uma companhia privada de segurança nas ações de contraterrorismo, embora o Mali tenha afirmado que essa participação de pessoal russo faz parte de um acordo bilateral de cooperação militar com a Rússia. A Rússia também tem questionado as críticas das potências ocidentais ao *Wagner Group*, chamando a atenção para o fato dessas potências também terem recorrido a companhias privadas de segurança em suas intervenções externas. Quando olhamos para esse quadro, independentemente dessas controvérsias e polêmicas de cada lado, penso que o emprego de companhias privadas de segurança em ações ofensivas de combate deve se criticável de uma forma geral, devido à falta de transparência e de mecanismos de responsabilização e prestação de contas dos seus atos.



Imagem 2

Mercenários do grupo de segurança privada russo Wagner no Norte do Mali - 2022



Fonte. The Guardian. Foto. Associated Press

No caso particular do Mali, esses problemas já têm vindo à tona através de recentes relatos feitos pela MINUSMA e pelo *Human Rights Watch* sobre violações aos direitos humanos e violência contra civis nas ações de contraterrorismo conduzidas pelas forças de segurança do Mali e por supostos soldados russos. As ações conduzidas no vilarejo de Mourah no fim de março deste ano têm sido especialmente destacadas nesses relatos, devido ao elevado grau de violência contra civis e assassinatos e execuções extrajudiciais conduzidos por forças do Mali e soldados estrangeiros identificados como russos pelas populações locais. Ainda que essas alegações e relatos ainda dependam de investigações independentes, eu penso que o emprego de companhias privadas de segurança em ações ofensivas de contraterrorismo, como indicam os recentes desenvolvimentos no Mali, parecem problemáticos, agravando ainda mais um quadro que já é essencialmente complexo.



*Algumas publicações de Gilberto Carvalho de Oliveira*

OLIVEIRA, G. C. O Conceito de Estabilização: Implicações no Campo das Operações de Paz Contemporâneas. **Carta Internacional**, v. 15, p. 190-212, 2020

OLIVEIRA, G. C. '**Guerra contra a Pirataria**': Uma Reconstrução Crítica da Intervenção das Nações Unidas Contra a Pirataria nas Costas da Somália. 1. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018

OLIVEIRA, G. C. 'New wars' at sea: A critical transformative approach to the political economy of Somali piracy. **Security Dialogue**, v. 44, p. 3-18, 2013



**VARIA: Artigo**



**AGRICULTURA URBANA, RELAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: UM  
OLHAR SOBRE MAPUTO, MOÇAMBIQUE**

**URBAN AGRICULTURE, RELATIONS AND DEVELOPMENT: A LOOK AT  
MAPUTO, MOZAMBIQUE**

**AGRICULTURE URBAINE, RELATIONS ET DÉVELOPPEMENT: UM REGARD SUR  
MAPUTO, MOÇAMBIQUE**

*Axel Prestes Dürrnagel; Matias Siueia Júnior & Simone Prestes Dürrnagel*

96

Axel Prestes Dürrnagel  
Doutorando em Geografia Social,  
Universidade de Bayreuth, Alemanha  
axel.duerrnagel@uni-bayreuth.de

Matias Siueia Júnior  
Agrônomo e Mestre em Ciência do solo,  
Conselho Municipal de Maputo,  
Moçambique  
siueia.junior@gmail.com

Simone Prestes Dürrnagel  
Arquiteta e Urbanista e Mestre em  
Antropologia Social, Brasil  
prestes.duerrnagel@gmail.com.br

Como citar  
DÜRRNAGEL, A. P.; JÚNIOR, M. S.;  
DÜRRNAGEL, S. P. Agricultura urbana, relações  
e desenvolvimento: um olhar sobre Maputo,  
Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n.2, p.  
96-119, abr.-jun. 2022

Recebido: 01/05/2022

Aceite: 26/05/2022



**RESUMO.** Na capital moçambicana, Maputo, o fenômeno da agricultura urbana encontra-se num ponto crítico. Constituído por uma longa história, satisfaz a demanda da provisão da alimentação e cria meios de subsistência. Entretanto, o crescimento urbano acelerado e os impactos das mudanças climáticas comprometem os espaços agrícolas de forma crescente. O acesso à informação e o compartilhamento de conhecimento são fundamentais para os agricultores conseguirem enfrentar estes desafios. Considerando que o espaço urbano é o produto de inter-relações, este estudo tem o propósito de investigar as relações entrelaçadas aos agricultores que promovem o desenvolvimento sustentável. Um estudo de caso qualitativo com ênfase nas associações de camponeses no distrito urbano de KaMavota foi realizado. Os resultados indicam que, por um lado, as relações horizontais entre os agricultores permitem o compartilhamento e o acesso às informações relevantes e criam capital social. Por outro lado, as relações verticais entre os agricultores e o governo promovem a troca de conhecimentos e competências que se referem sobretudo à extensão agrícola e atribuição de direitos de terra. Face à emergência de demanda de locais que concentram produções agrícolas, fortalecemos o papel central que a agricultura urbana desempenha para tornar o desenvolvimento mais sustentável.

**Palavras-chave:** Agricultura Urbana. Maputo. Espaço Relacional. Capital Social. Desenvolvimento Sustentável.

**ABSTRACT.** In the Mozambican capital Maputo, the phenomenon of urban agriculture arrived at a critical point. It builds on a long history of meeting the demand for local food provision and sustaining livelihoods. Accelerated urban growth and the impacts of climate change, however, are increasingly compromising agricultural areas. Access to information and the sharing of knowledge are crucial for farmers to meet these challenges. Considering that urban space is the product of interrelations, this study aims to investigate the intertwined relationships of farmers that promote sustainable development. A qualitative case study with a focus on farmers' associations in the urban district KaMavota was conducted. The results indicate that, on the one hand, horizontal relationships among farmers enable the sharing and access to relevant information while creating social capital. On the other hand, vertical relations between farmers and the government promote the exchange of knowledge and entitlements referring, above all, to agricultural extension and the allocation of land use titles. Considering the emerging demand for places that concentrate agricultural production, we strengthen the central role that urban agriculture plays in making development more sustainable.

**Keywords:** Urban Agriculture. Maputo. Relational Space. Social capital. Sustainable Development.

**RESUMÉ.** Dans la capitale mozambicaine, Maputo, le phénomène de l'agriculture urbaine est à un point critique. Produit d'une longue histoire, elle satisfait la demande de nourriture et crée des moyens de subsistance. Cependant, la croissance urbaine accélérée et les impacts du changement climatique compromettent de plus en plus les espaces agricoles. L'accès à l'information et le partage des connaissances sont essentiels pour que les agriculteurs puissent faire face à ces défis. Considérant que l'espace urbain est le produit d'interrelations, ce texte vise à étudier les relations entrelacées entre agriculteurs qui favorisent le développement durable. Une étude de cas qualitative mettant l'accent sur les associations paysannes dans le district urbain de KaMavota a été réalisée. Les résultats indiquent que, d'une part, les relations horizontales entre agriculteurs permettent le partage et l'accès à des informations pertinentes et créent un capital social. D'autre part, les relations verticales entre les agriculteurs et le gouvernement favorisent l'échange de connaissances et de compétences qui se réfèrent principalement à l'expansion agricole et à l'attribution des droits fonciers. Face à l'émergence de la demande des lieux qui concentrent productions agricoles, nous renforçons le rôle central que joue l'agriculture urbaine pour rendre le développement plus durable.

**Mots-clés :** Agriculture urbaine ; Maputo ; Espace relationnel ; Capital social ; Développement durable



## INTRODUÇÃO

Em muitas cidades da África subsaariana, a agricultura urbana e peri-urbana é um fenômeno sócio-espacial determinante. Particularmente na capital moçambicana, Maputo, é constituída por uma longa história de práticas socioespaciais multifacetadas. Além de satisfazer a demanda da provisão da alimentação para os cidadãos, o cultivo de hortícolas garante a subsistência de milhares de famílias. A atividade coletiva em associações é uma característica chave da agricultura urbana em Maputo e as chamadas zonas verdes constituem a sua peculiaridade espacial. Representando as zonas agrícolas tradicionais, as zonas verdes estão localizadas em quatro de sete distritos municipais. Eles acolhem mais de 10.000 agricultores que juntos cultivam cerca de 1.300 hectares. A produção implica sobretudo produtos hortícolas de folha com a vantagem de uma rápida rotação. Além dos agricultores, é estimado que cerca de 40.000 pessoas se beneficiam economicamente destas áreas e que até 20% das famílias na cidade de Maputo estão dedicadas à agricultura urbana de alguma forma (ENGEL, JÚNIOR, 2019; ENGEL *et al.*, 2019).

No distrito municipal de KaMavota concentra-se a maior área de zonas verdes, situada na planície costeira ao norte da cidade. Desde o início das obras da nova Estrada Circular de Maputo em 2012, a área tornou-se acessível à urbanização (Figura 1). Até poucos anos atrás, apenas aldeamentos dispersos existiam no local, cuja população há décadas se dedica ao cultivo de hortícolas e à pesca. Entretanto, KaMavota experiênciava uma enorme transformação socioespacial. A atratividade da zona costeira apresenta novas oportunidades para a acumulação de capital imobiliário, onde a expansão da cidade promoveu um aumento significativo nos valores da terra seguindo a lógica do mercado (BEJA da COSTA; RIBEIRO, 2019). Além disso, a variabilidade climática com a escassez de água no inverno e chuvas intensas no verão influencia a produção, os preços e a pressão gerada por pragas. Sendo uma zona úmida e inundável, localizada nas áreas baixas, os impactos da subida do nível do mar promovem a intrusão salina que dificulta a produtividade das práticas agrícolas (ENGEL, JÚNIOR, 2019).





Figura 1. Mudanças no uso do solo na zona costeira de Maputo, Distrito KaMavota.



Fonte: Axel Prestes Dürrnagel (2021).

Para evitar o desaparecimento gradual da agricultura urbana e para que os agricultores consigam enfrentar estes desafios, o acesso à informação e recursos é fundamental. As Relações entre os agricultores e com as diversas instituições viabilizam este acesso e a existência do capital social é central para o estabelecimento e manutenção de relações que promovem o fluxo de informações e conhecimento (DUQUE, 2013). Considerando que o espaço urbano é o produto de inter-relações, este estudo tem o propósito de investigar as relações entrelaçadas aos agricultores. Sobretudo, procuramos identificar as relações que promovem o desenvolvimento sustentável para assegurar uma posição estável dos agricultores no espaço relacional.



O estudo está estruturado da seguinte forma. As “Considerações Teóricas” na próxima seção introduzem os conceitos de espaço relacional e capital social, seguida pelos “Procedimentos Metodológicos”. Depois, a apresentação dos resultados é realizada ao longo de duas seções. “As associações de camponeses e relações horizontais” enfatizam o apoio social entre os agricultores, enquanto “O apoio institucional através de relações verticais” enfoca os vínculos com atores em diferentes posições de poder como entidades governamentais. A “Conclusão” resume os resultados do estudo em favor do fortalecimento do papel da agricultura urbana em Maputo.

## **CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

A abordagem teórica deste estudo está fornecida nesta seção. Baseia-se nos conceitos de espaço relacional e capital social, que se complementam e se pressupõem como foco central nas relações.

### **a) O espaço relacional**

A compreensão do espaço como entidade relacional tornou-se recorrente nas ciências geográficas com o início do novo milênio (MURDOCH, 2006). Este caminho orientador foi incentivado principalmente pelas obras de David Harvey (1996) e Doreen Massey (1991, 1998, 2005). A ideia que o espaço não é um "contenedor", mas depende dos processos que o compõem presente na obra de Harvey (1996) derivou do trabalho anterior de Leibniz (1968) e Whitehead (1920). Leibniz declarou que um lugar e um espaço não são realidades absolutas, mas existem apenas em relação aos processos que os compõem, e Whitehead forneceu a ideia básica de que estes processos decorrem das relações. Portanto, são as relações que dão origem às unidades espaciais, que possuem uma permanência relativa. O processo de formação de um lugar se torna um processo de "esculpir as permanências" do fluxo de processos que criam o espaço. No entanto, as permanências não são eternas e sempre sujeitas às mudanças e dissoluções. (MURDOCH, 2006; HARVEY, 1996). Sendo assim, o espaço não é uma entidade absoluta e fechada, mas é construído por processos dinâmicos e abertos constituídos por conjuntos de diversas relações entre pessoas e



entidades (MASSEY, 2005). Segundo Massey (1991), o espaço torna-se um ponto de encontro onde as diversas relações se cruzam, onde conflitos podem surgir e consensos podem se consolidar.

Estas ideias são ilustradas com a ajuda da fotografia abaixo (Figura 2). O que a fotografia mostra é que não existe uma verdade sobre o lugar ilustrado, mas são diversas as relações que se encontram no local. Uma camponesa se relaciona com este lugar através da prática agrícola enquanto um pedreiro relaciona-se através da prática de construção. Como neste caso, são diferentes constelações de relações que produzem esta formação espacial. Assim, um espaço discreto de uma permanência (temporal) é esculpido quando determinados processos, relações e práticas entram em relativa estabilidade.

Figura 2. Diversas constelações de relações produzem formações espaciais.



Fonte: Axel Prestes Dürrnagel (2021).

Para entender, porque um determinado espaço se torna discreto enquanto outra formação espacial não surge, as relações existentes no local têm que ser rastreadas (MURDOCH, 2006). As relações podem ser consensuais, feitas a partir de acordos e alinhamentos entre entidades. No contexto da fotografia, uma relação com entidades governamentais pode dar origem a um título de uso do solo para a camponesa ou uma licença de construção a favor da obra. Ao mesmo tempo,



relações são contestadas porque a construção de um conjunto de alinhamentos pode envolver a exclusão de outros conjuntos de alinhamentos. Portanto, o espaço relacional é um espaço de relações de poder em que alguns alinhamentos passam a dominar durante um certo tempo, enquanto outros alinhamentos podem passar a ser dominados (Murdoch, 2006). No contexto da fotografia, podemos dizer que existe a tendência de que os processos e relações a favor da prática da construção estão ganhando uma estabilidade dominante enquanto a prática agrícola será dominada, desaparecendo gradualmente.

Da mesma forma, como as constelações de relações produzem formações espaciais, indivíduos e grupos sociais também se encontram em constelações de relações de poder que determinam o acesso aos lugares. Os grupos sociais são colocados em conjuntos de relações (consensuais e/ou contestados) de forma que as relações constroem o espaço. Assim, se pode deduzir que os grupos sociais tomam uma posição no espaço através das relações que lhes abrangem. Portanto, as interações de indivíduos e grupos com outros atores e entidades, e a qualidade das relações e alinhamentos, podem impedir ou facilitar o acesso aos espaços e permitir ou excluir o exercício de controle e autonomia sobre a posição relativa no espaço relacional (MASSEY, 1998; MURDOCH, 2006).

## **b) O conceito de capital social**

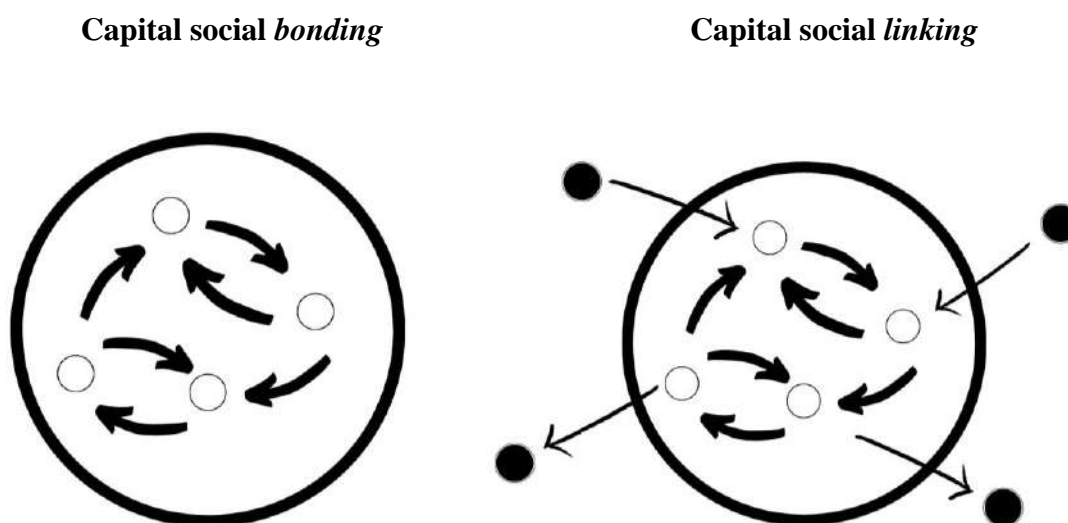
O conceito de capital social implica essas características sócio-relacionais. O capital social pode ser entendido como um recurso (resultado e promotor) das interações entre pessoas e instituições sociais num processo de troca de informações e conhecimento (DUQUE, 2013). Segundo Putnam, o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1993: 167). O autor também se refere à obra de Coleman (1990) com o exemplo do capital social numa comunidade de camponeses, o que permite a cada agricultor fazer o seu trabalho com menos capital físico através da entreaajuda e da troca de ferramentas e equipamentos. Oposto ao individualismo social, este exemplo está baseado em interações e relações de confiança e cooperação entre os indivíduos promovendo assim processos mais amplos



de cooperação e de ação coletiva para resolver problemas e atingir objetivos comuns (DUQUE, 2013).

Conforme as contextualizações contemporâneas na literatura (GITTEL, VIDAL, 1998; PUTNAM, 2000; ADGER, 2003), distinguimos duas dimensões do capital social para a nossa análise (Figura 3). Por um lado, o capital social que é criado e mantido por relações horizontais (*bonding social capital*) dentro de um grupo ou uma comunidade com uma homogeneidade relativa. Essas relações são constituídas por confiança e uma rede fortemente entrelaçada. Caracteristicamente, é vinculado com relações de parentesco e relações construídas em torno de uma localidade vivida em comum. Assim, a interação e a partilha de conhecimentos e informações ocorre com continuidade e a reciprocidade facilita a entreatajuda em tempos de crise (ADGER, 2003). Por outro lado, temos o capital social que é estabelecido através de relações que implicam interações e relações de um grupo com atores externos ao grupo. Neste contexto, existe uma distinção na literatura entre relações que fazem a ponte entre grupos (*bridging social capital*) e relações verticais que fazem a ligação com atores em diferentes posições de poder (*linking social capital*) (WOOLCOCK, 1998; GITTEL, VIDAL, 1998; ADGER, 2003).

Figura 3. As relações das duas dimensões do capital social



Fonte: Adaptado de Adger (2003).



Segundo Briggs (1998), o apoio social através das relações horizontais serve para “virar-se” em situações difíceis da vida, enquanto a alavanca social das relações verticais é chave para “chegar à frente”. No caso do capital social *bonding* em uma comunidade de camponeses, as relações são criadas e mantidas através da proximidade espacial dos indivíduos do grupo no campo, dando assim forma às peculiaridades espaciais de um lugar através das práticas coletivas e consensuais do grupo. Contudo, as relações verticais e o capital social *linking* não pressupõem fortes laços de confiança e reciprocidade, mas alianças com estruturas e instituições estatais, que permitem o acesso a recursos que o círculo social do grupo não pode alcançar por si só (WOOLCOCK, 1998; ADGER, 2003).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo está baseado numa abordagem qualitativa que coloca as relações sociais dos camponeses no foco da análise. O distrito municipal de KaMavota, localizado na zona costeira de Maputo, representa o estudo de caso. KaMavota foi escolhido devido à sua representatividade, sendo a maior área de produção de horticulturas da cidade, que, em simultâneo, enfrenta as maiores transformações socioespaciais e ambientais. O trabalho de campo realizado pelos três autores ocorreu entre os meses de maio e outubro de 2021. Como a concepção de um estudo de caso requer uma compreensão holística e profunda da complexidade, o estudo é composto por dados qualitativos derivados de diferentes métodos de recolha. Além da revisão literária, observação participante, e documentação visual com fotografias, foram realizadas conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com agricultores e representantes das associações de agricultores e das estruturas administrativas.

### a) As associações de camponeses e relações horizontais

Nas zonas verdes de Maputo existe uma estrutura sofisticada de cerca de 14.500 agricultores organizados em 34 associações (ENGEL *et al.*, 2019). O distrito de Kamavota é o maior em termos de terras cultivadas. Nesta planície costeira existem 11 associações com mais de 6.000 membros que cultivam uma área total de 814 hectares (Tabela 1). No distrito de



KaMubukwana, no vale do rio Infulene, existem 15 associações, mas suas áreas contam apenas 422 hectares (Entrevista com presidente da União dos Agricultores, 05.10.2021).

As associações de camponeses atendem a fins políticos, sociais, jurídicos, educacionais e econômicos. Para ser membro das associações, os agricultores pagam uma taxa anual baseada em valores solidários (250 Meticais) e participam em reuniões regulares. São organizadas democraticamente e a estrutura organizacional é caracterizada por uma hierarquia com diferentes cargos, semelhante em todas as associações. Três níveis são dignos de destaque:

- (1) O Conselho de Administração com os cargos de presidente, vice-presidente e secretário, a Assembleia Geral e o Conselho de Fiscalização compõem o nível hierárquico mais alto.
- (2) O nível tático é constituído por pessoas que possuem mandatos específicos como os chefes da produção, chefes das valas de drenagem e também os tesoureiros.
- (3) O terceiro nível se refere ao nível operacional que inclui todos os membros das associações.

Em entrevista, uma camponesa, que está em seu segundo mandato eletivo como presidente de uma associação, explicou que certas associações contando com mais de 200 membros, ainda mantêm o cargo do chefe do bloco. Este, funciona como o intermediário entre o nível mais alto de liderança e o nível operacional, mantendo-se como elemento central na cadeia de informação e comunicados na associação. Em diferentes conversas, observou-se que a estrutura hierárquica é valorizada pelos membros do nível operacional. Uma camponesa, por exemplo, constatou que: “era para organizar uma associação que resolve as coisas, tem o seu líder, não faria sentido um sítio amplo sem alguém dirigindo, ser responsável” (Entrevista com camponesa I, 25.08.2021). Igualmente, a função das associações na resolução de conflitos e o fato de ter alguém responsável na estrutura organizacional para ser contatado em caso de disputas internas ou roubos de produtos foi acrescentado: “se qualquer coisa acontece é só informar a associação para resolver, por exemplo, se tem ladrões que roubam a produção” (Entrevista com camponesa II, 25.08.2021).



Tabela 1. As associações de KaMavota

N.	Nome da Associação	Fundada em
01	Albazine	1977
02	Costa do Sol	década de 1990
03	Djaulane	1984
04	Eduardo Mondlane	1982
05	Armando Emílio Guebuza	1987
06	Graça Machel	1983
07	Joaquim Chissano	1994
08	Lirandzo	sem data
09	Massacre de Mbuzini	1986
10	Samora Machel	1983
11	Tomas Sankara	1986

Fonte: Adaptado de Engel (2019).

### b) Uma longa história de ação coletiva

Os campos das associações são localizados nas zonas verdes de Maputo, caracterizadas por extensos campos de cultivo compostos por conjuntos contíguos de hortas, denominadas machambas. Enquanto as associações representam a estrutura organizacional mais recente, os campos representam as zonas agrícolas tradicionais, presentes nas áreas periurbanas desde o período colonial, quando já eram cultivados através de cooperativas.

Segundo Siteo e Sitole (2019), o processo de criação das associações agrícolas moçambicanas teve diversas fases. No período colonial, as cooperativas existentes eram constituídas por uma minoria de pequenos produtores brancos que buscavam apoio e isenção fiscal ou, mais tarde, por camponeses pobres em algumas experiências de desenvolvimento rural. Após a independência em 1975, com a nacionalização da terra, o cooperativismo foi oficializado e o





Estado socialista sob a direção da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) criou o Escritório de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas com os objetivos de promover o intercâmbio, incentivar a unidade, coordenar o uso de recursos e de pessoal, e incentivar a coletivização dos agricultores. Neste período, o Estado forneceu sementes e ferramentas, encorajou o cultivo nas terras abandonadas pelos colonos, e utilizou-se dos ‘grupos dinamizadores’ — comitês baseados nos bairros — para mobilizar os residentes a formar cooperativas (SHELDON, 1999). Em Maputo, as zonas verdes foram desenvolvidas para a autossuficiência agrícola, visando tornar a população urbana menos vulnerável às interrupções na cadeia de abastecimento alimentar (ENGEL et al., 2019).

O período seguinte, durante a guerra civil que durou até 1992, foi acompanhado por uma seca prolongada. Por conseguinte, a produção nas zonas verdes intensificou-se devido à ruptura da oferta alimentar vinda das zonas rurais e ao aumento da procura causado pela migração de pessoas para a cidade (SHELDON, 1999). Desde a década de 1980, além do cultivo das machambas nas zonas verdes, os quintais das residências representam uma importante fonte de abastecimento para as famílias. Estas, continuam a depender de habilidades rurais, que envolvem não apenas a atividade agrícola em si, mas também valores focados na família, etnia e religião (LOFORTE, 1989 *apud* SHELDON, 1999). Nas últimas décadas, o movimento cooperativo perdeu importância, particularmente a partir de 1990, quando as cooperativas se tornaram registradas como uma empresa cooperativa privada sob a égide da União Geral das Cooperativas Agrícolas e Pecuárias (CRUZ e SILVA, 2006). Apesar dos benefícios para os seus membros, como a comercialização conjunta e o aumento do poder de negociação, esta mudança foi frequentemente associada ao ressentimento de trabalhar para outra pessoa sob o comando e controle de cima para baixo.

Atualmente, as associações agrícolas representam a forma dominante de organizações coletivas de produtores e o papel das associações aumentou significativamente durante os últimos anos. Em contraste com as cooperativas, o acesso à terra e a autonomia em termos de utilização e produção representa o incentivo mais poderoso para os membros das associações (BARGHUSEN *et al.*, 2016). No campo jurídico, por pressão dos movimentos associativos, o Decreto-Lei n. 2/2006 estabeleceu “o reconhecimento do associativismo agrícola como forma de congregar os esforços individuais dos agricultores e de melhorar a sua organização e articulá-los com outros sectores da economia e da sociedade” (SITOE, SITOLE, 2019: 3).



### c) A proximidade espacial e o valor da família

No contexto dessa história profunda e como apresentado na abordagem teórica, no quadro das relações horizontais, a proximidade espacial e as relações de parentesco são peças chave no contexto do capital social *bonding* e os resultados do estudo sustentam o argumento. A proximidade espacial com outros agricultores nos campos vizinhos desempenha um papel importante. Considerando que o capital social *bonding* é constituído por confiança e uma rede fortemente entrelaçada, a proximidade física no espaço partilhado causa interação, cria um espírito comunitário de pertença social a causas específicas e solidariedade mútua, viabilizando processos de aprendizagem e troca de conhecimentos. Fruto do capital social, também é a entreatajuda dos camponeses baseada em reciprocidade como foi declarado: “entre os vizinhos nos ajudamos, se algo está em falta, por exemplo, nos damos mudas se precisa. Eu me dou bem com os vizinhos, são colegas” (Entrevista com camponesa I, 25.08.2021). A importância do capital social através das relações horizontais para “virar-se” em tempos de crise foi igualmente verificada em um estudo sobre Maputo realizado por Paganini et al. (2020). Para enfrentar a crise da Covid-19, segundo os autores, os agricultores dependiam principalmente do capital social, ou seja, a maioria das suas estratégias de sobrevivência foram desenvolvidas no seio da sua família imediata, nas redes agrícolas ou nos bairros.

Devido ao fato de que os canteiros nas machambas são hereditários e transmitidos de geração em geração, a importância da própria família se destaca além da proximidade espacial. Muitos agricultores, que cultivam como membros nas associações, herdaram as machambas dos parentes, estando a propriedade em posse familiar há décadas, eles já se encontravam no terreno antes mesmo da fundação das associações. Assim, foi acentuado que “a associação não é dona das terras. Os donos das terras são os próprios membros da associação” (Entrevista com camponesa III, 25.08.2021). Portanto, a motivação para fazer o trabalho diariamente é muitas vezes associada com o sustento familiar: “Consigo sustentar a família, minha filha que vai na escola, por causa da machamba. Não sei como vai ser no futuro, não tem outra coisa para me encaixar” (Entrevista com camponesa II, 25.08.2021). Quando há muito trabalho, como nos períodos da colheita, é comum os familiares ajudarem no campo, mas apesar disso, os agricultores mais velhos dominam nas



zonas verdes e muitos se preocupam com o fato da agricultura não oferecer muita atratividade para os jovens.

#### **d) A crescente pressão sobre as relações horizontais**

A preocupação com a perda dos espaços de produção foi onipresente durante o trabalho de campo. Enquanto a persistência das zonas verdes em KaMavota era incontestada no passado, hoje a maioria das associações já entregou partes das áreas. Devido à pressão da urbanização, uma associação recentemente cessou suas atividades de produção agrícola. Uma camponesa que era membro dessa associação comentou que ela conseguiu um rendimento ao entregar as machambas. No entanto, para sustentar a sua família, ela continua dependendo do cultivo em outros lugares e sofre, pois, as novas machambas estão localizadas em uma zona rural distante da sua residência, o que implica deslocamentos longos e de alto custo.

No contexto da sua criação, as associações foram frequentemente nomeadas em homenagem a importantes figuras dos movimentos de liberdade e independência moçambicanos e africanos como, por exemplo, Samora Machel e Tomas Sankara (Tabela 1). Isto reflete o contexto sócio-político e histórico que, até hoje, continua a ser reforçado na identidade coletiva dos membros das associações e nas lutas por direitos e soberania alimentar. Portanto, segundo o presidente da União dos Camponeses, a luta dos camponeses é contínua desde os tempos da independência, mesmo que o maior oponente tenha se tornado a expansão da cidade guiada pelos interesses imobiliários:

Em KaMavota há muitos conflitos de terra porque KaMavota está perto da praia e todo mundo olha pra zona com muito interesse (...), portanto há maior conflito entre o espaço agrícola e o espaço de habitação então é uma luta que nós estamos a enfrentar (Entrevista com presidente da União dos Agricultores, 05.10.2021).

Estes processos trazem novos conflitos e erosão da coesão social na organização interna das associações. O capital social baseado em relações de confiança e cooperação entre os membros é contestado no que se refere às decisões sobre a mudança de atividade, que transformam áreas agrícolas em áreas de habitação. A discrepância massiva entre o valor do uso da terra através da prática agrícola e o valor de troca no mercado de terra intensificam os conflitos e incentivam as tendências de usurpação por práticas corruptas e ilegais de terceiros. A apropriação ilegal chegou



a um clímax quando, por exemplo, uma associação foi infiltrada por indivíduos que criaram uma associação falsa utilizando as identidades dos membros. O objectivo era privar os agricultores individuais dos seus campos e direitos para construir condomínios habitacionais, movidos por interesses escusos e ganância. Neste caso, um membro da associação afetada expressou que “esse é o grande problema que nós temos, a nossa associação perdeu a identidade (...) temos esse grande problema, mas acredito que vamos vencer” (Entrevista com camponês IV, 30.08.2021).

Mesmo que na altura do trabalho de campo, o incidente ainda não tenha sido resolvido, uma visão optimista se destaca. Isto está vinculado com a capacidade das associações em exigir assistência jurídica de instituições estatais através das relações verticais dos agricultores, o que também inclui interações com instituições e atores poderosos descritos a seguir.

## O APOIO INSTITUCIONAL ATRAVÉS DE RELAÇÕES VERTICAIS

A agricultura urbana no contexto da cidade de Maputo é considerada uma atividade vital (ENGEL *et al.*, 2019), apesar da sua vulnerabilidade, que propicia a existência de desafios específicos como os ligados às estruturas organizacionais. Com vista a responder às diversas adversidades inerentes às atividades, existem canais para a difusão do conhecimento e inovação facilitada por uma vasta colaboração de instituições que têm direta e indiretamente contribuído com apoio e orientação aos mais de 14.500 mil agricultores. No quadro de apoio aos agricultores urbanos, encontramos dois grandes grupos, nomeadamente as instituições públicas (governamentais) e as da sociedade civil (ONGs, organizações de carácter humanitário).

### a) Instituições públicas e governamentais

A agricultura urbana no contexto de moçambicano, e em Maputo em particular, é desprovida de uma política específica, ao contrário da agricultura considera rural, o que torna difusa a responsabilidade sobre esta temática. No entanto, a situação da Cidade de Maputo começa a ganhar forma com o envolvimento do Conselho Municipal de Maputo (CMM) através do Departamento de Agricultura, Pesca, Pecuária e Extensão (DAPPE), os Serviços de Actividades Económicas, e o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Entretanto, por ser um tema

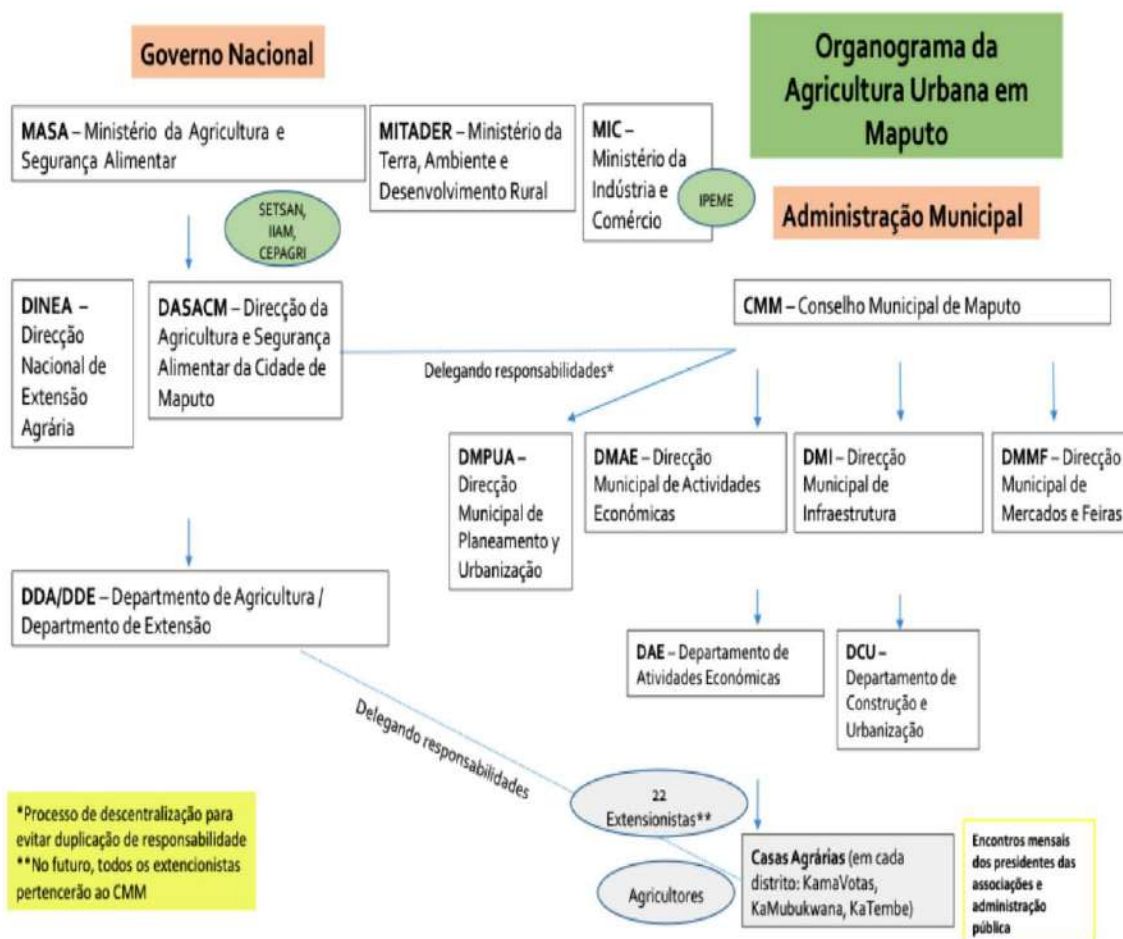


por vezes transversal dependendo do contexto, algumas outras instituições têm dado alguma contribuição às atividades de divulgação da agricultura urbana, como o caso do Ministério de Indústria e Comércio, e o Ministério da Terra e Ambiente (Figura 4) a fim de: (i) aumentar a produtividade agrícola, (ii) melhorar as infra-estruturas de acesso ao mercado e investimento, (iii) melhorar a utilização sustentável dos recursos naturais, e (iv) fortalecer institucionalmente as associações de agricultores. Como as atividades agrícolas sempre permitiram uma grande abertura para a pesquisa, importa realçar algumas instituições públicas que também se dedicam às atividades nas zonas verdes como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

As instituições públicas representam os agentes de inovação e promotores de conhecimento, que através de pesquisas técnicas, podem prover soluções específicas e adaptadas a certos problemas como a variabilidade climática e a pressão das pragas. Estas ações, promovidas de forma vertical tem como propósito atingir os 14.500 agricultores da cidade de Maputo. Os mesmos são tutelados por uma União de Agricultores que zela pelos interesses de todos, conforme descrito no capítulo das relações horizontais. Um dos pontos relativamente positivos desta relação vertical, entre as instituições e a União dos Agricultores, é a posição de destaque das Casas Agrárias, que funcionam como instituições locais, isto é, localizam-se na zona/área de produção tornando-se responsáveis diretos pela implementação das ações das várias instituições públicas e ONGs, e sendo a ligação entre essas entidades e a União dos Agricultores. As Casas Agrárias tentam promover a agricultura e a agroecologia baseadas nas redes de intervenientes agrícolas urbanos citados. A função chave da Casa Agrária e o apoio pelo governo também foram revelados durante uma entrevista: “Com o apoio da Casa Agrária, a direção da agricultura, Conselho Municipal; porque se quer apoiar a associação, começa aqui na base que é na machamba, onde nos encontramos” (Entrevista com presidente de uma associação, 02.09.2021).



Figura 4. Organograma das relações verticais



Fonte: Adaptado de Halder et al. (2018).

As relações verticais entre os agricultores e o governo promovem a troca de conhecimentos e competências. Essa coprodução se refere não só à extensão agrícola e atribuição de direitos de terra aos agricultores, mas também ao fornecimento de conhecimento local sobre as condições de produção às entidades governamentais. Assim, ao longo deste processo, sobretudo nos últimos anos, surgiram várias iniciativas como o Plano de Agricultura Urbana, experimentos de produção em solos com um índice de salinidade elevado e a massificação do processo de atribuição de DUATs às associações dos produtores.

O Plano de Agricultura Urbana surge como um mecanismo de ação para fazer valer as premissas definidas no Pacto de Milão, no qual cerca de 190 cidades incluindo Maputo, se comprometem a desenvolver a agricultura urbana. O que se pretende é construir de forma coletiva



e participativa um instrumento que espelha a visão dos diferentes atores sobre a agricultura urbana, definindo-se por via disso o que se pretende fazer, quem são os atores a envolver e como se vai fazer. Aliado ao facto, que a agricultura urbana contribui para produção de alimentos perto dos lugares de consumo, mas também para geração de empregos e rendas e para melhoria da qualidade do ar e do ambiente nas cidades, os passos de construção desse instrumento não serão diferentes daqueles considerados na elaboração de instrumentos existentes como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Distrital (PDD) e o Plano Local de Adaptação a Mudanças Climáticas (PLA). Nestes, se prima fundamentalmente pela inclusão e participação de diferentes atores nos diagnósticos em vários níveis. Neste contexto, o documento está a ser trabalhado em dois níveis, sendo nível político onde se definirá de forma estratégica onde se pretende chegar num horizonte temporal de 5 a 10 anos e no nível operacional, onde se vai ter um plano de ação conforme os setores.

O projeto Estratégias de Mitigação de Salinidade de Solos nos Sistemas de Produção de Hortícolas em Moçambique (SaliHort) tem como objectivo aplicar algumas inovações no manejo da salinidade na agricultura e adaptá-las ao contexto moçambicano. As zonas verdes de Maputo constituem um local ideal para o estudo piloto das estratégias inovadoras de manejo de salinidade do solo sob forte participação de agricultores. Isto deve-se ao seu contexto único de: (i) a salinidade do solo ser uma questão premente, (ii) o elevado nível de organização da comunidade agrícola, (iii) a forte estrutura de extensão agrícola, (iv) a proximidade de renomadas instituições de investigação e desenvolvimento. Embora o foco principal esteja nos sistemas de produção de hortícolas, o projeto pretende abordar questões para além desta área prioritária, e gerar ganhos de conhecimento tangíveis. Assim, são implementadas as seguintes atividades: experimentos científicos, escola na machamba do agricultor, promoção da monitorização da salinidade e da saúde do solo com base em sensores, e fomento de redes sobre manejo da salinidade na agricultura.

Os DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) são considerados documentos que dão acessibilidade e segurança legislativa sobre a terra, e este ponto segundo Halder et al. (2018) constitui uma das principais preocupações dos agricultores da agricultura urbana em Maputo. Face a este problema, das 34 associações de agricultores existentes na cidade de Maputo, apenas 14 estão sem o DUAT definitivo. Em resposta ao problema identificado, foi desenhado um plano de massificação da atribuição de DUATs agrícolas pelo Conselho Municipal de Maputo no atual



mandato (2019 – 2023), como reforço ao objectivo de salvaguardar e proteger as áreas agrícolas existentes.

Esta necessidade de massificação do processo de DUATs nas associações agrícolas, prende-se a um movimento denominado mudança de atividade (mudança de uso do solo urbano - de uso agrícola para construção civil e habitação) que vem sendo muito explorado pelas associações. Em coerência com a pressão da urbanização e o aumento dos valores da terra, que de certa forma resultaram na ocupação de áreas agrícolas com edifícios de moradias. Porém, após vários episódios de conflito de terra que foram relatados às diferentes instituições, como o Conselho Municipal de Maputo, foi definida a interdição de todo e qualquer processo de solicitação de mudanças de atividades. Este esforço foi desenvolvido de forma preponderante com a União dos Agricultores da Cidade que, como detalha o atual presidente, representa instituição intermediária e fundamental nas relações verticais:

Nós somos reconhecidos como uma organização para defender o interesse do camponês. Então a coisa boa que nós temos em relação com o governo moçambicano é que nos reconhecem e nos valorizam, e valorizam também a atividade e por essa razão toda a nossa inquietação é tomada em consideração (Entrevista com presidente da União dos Agricultores, 05.10.2021).

O grande empenho desenvolvido para a constituição das associações e posteriormente a União, permitiu que as relações verticais entre as entidades pudessem ser estruturadas, seguindo uma lógica de comunicação.

#### **b) ONGs e organizações de carácter humanitário**

No contexto das ONGs, se destaca o papel de apoio na sustentabilidade e/ou no desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, por parte da ESSOR, uma ONG francesa que apoia a produção agroecológica incluindo a introdução de um sistema de produção e certificação participativa, cujo período de vigência de projeto foi de 2010 – 2013 (Ia fase) e 2013 – 2016 (IIa fase). De modo a dar continuidade às atividades iniciadas pela ESSOR, surgiu a ABIODES, cuja vocação está na implementação de atividades ligadas à cadeia de valor da agroecologia, mudanças climáticas e meio ambiente. Outra organização moçambicana é a Kulima, que tem como propósito melhorar a situação socioeconômica das comunidades vulneráveis, especializada em segurança alimentar e nutrição. A ONG Africarte é uma organização ligada à Igreja Católica cuja temática é





a agricultura natural, reduzindo o uso de agroquímicos nas hortas quintalares. Outrossim, existem iniciativas de projetos liderados pela ACDI/VOCA que visam a promoção do crescimento econômico através da prestação de assistência técnica e de gerenciamento agrícola.

De forma geral, os objetivos das ONGs nas atividades da agricultura urbana incluem a difusão de inovação e informação, a formação, o acompanhamento de atividades e a criação de redes. Estas relações verticais com as ONGs são de particular importância, dado que a capacitação de novas tecnologias, inovações e estratégias de adaptação às mudanças climáticas proporcionam o acesso a conhecimentos e recursos que não estão acessíveis através das relações horizontais. Por isso, constituem o capital social que faz a ligação chave para “chegar à frente”. Sendo assim, essa peculiaridade também tem plena consciência no círculo dos agricultores como foi afirmado durante uma entrevista:

Eles (...) trazem para nós o desenvolvimento da agricultura (...), porque nós como estamos no mesmo ambiente talvez não investigamos tanto para saber como que está a evoluir. Eles (...) trazem novas técnicas para acompanharmos enquanto possível (Entrevista com camponês IV, 30.08.2021).

## CONCLUSÃO

As características chaves da agricultura urbana em Maputo são as zonas verdes e as atividades coletivas em associações. No entanto, as áreas de produção estão cada vez mais ameaçadas pela urbanização acelerada e pelos efeitos da mudança climática. O objetivo deste estudo era examinar as inter-relações entre os agricultores que promovem o desenvolvimento sustentável. Utilizando o distrito de KaMavota como exemplo, foram elaboradas duas dimensões de relações que permitem aos agricultores assegurar uma posição estável no espaço relacional para conseguirem enfrentar os desafios.

Destacam-se por um lado a dimensão das relações horizontais entre os agricultores baseadas na proximidade espacial, em relações de parentesco, e sobretudo no contexto coletivo das associações. Organizadas com base em princípios democráticos e por reuniões regulares, as associações viabilizam o acesso e o compartilhamento de informações, protegem em tempos de crise e criam capital social. A segunda dimensão se refere as relações verticais constituídas por vínculos com entidades e atores em diferentes níveis de poder. Portanto, não só as instituições



públicas e governamentais, mas também a sociedade civil com ONGs e organizações de carácter humanitário dedicam-se a apoiar a agricultura urbana de diversas formas., Entre as ações, destacam-se o acesso a inovações e novas tecnologias através da formação e extensão agrícola e também a segurança fundiária através da atribuição de DUATs.

Enfim, é indispensável considerar as duas dimensões das relações e do capital social de forma integrada. Poder "virar-se" e a capacidade de "chegar a frente" são mutuamente dependentes e os esforços dos atores governamentais e de outros sectores devem levar isso em consideração na articulação de políticas públicas e no planeamento de projetos sociais. Como foi apresentado no contexto de Maputo de forma detalhada, existe a necessidade de se unirem vários esforços para que em conjunto, os intervenientes possam salvaguardar as condições naturais específicas do ambiente e valorizar os praticantes da agricultura.

#### LISTA DAS ENTREVISTAS CITADAS

1. Entrevista com camponesa I, realizada em 25.08.2021, Maputo.
2. Entrevista com camponesa II, realizada em 25.08.2021, Maputo.
3. Entrevista com camponesa III, realizada em 25.08.2021, Maputo.
4. Entrevista com camponês IV, realizada em 30.08.2021, Maputo.
5. Entrevista com presidente de uma Associação, realizada em 02.09.2021, Maputo.
6. Entrevista com presidente da União dos Agricultores, realizada em 05.10.2021, Maputo.

#### REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change. **Economic Geography**, v. 79, n 4, p. 387–404, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2003.tb00220.x>

BARGHUSEN, R.; BAYER, S.; KIESLER, T.; KRUPP, L.; MAHLKOW, H.; MAIA, E.; MÜLLER, L.; NEUWALD, M.; SPÄTH, K.; WAGNER, N. **Urban Agriculture in Maputo: Status Quo**. Humboldt-Universität zu Berlin, Berlin, 2016.



BEJA da COSTA, A.; RIBEIRO, L. On the Coastline: The Genesis of Green Infrastructure Towards a Future Sustainable Landscape for the City of Maputo, Mozambique. **Proceedings of the Fábos Conference on Landscape and Greenway Planning**, v. 6, n. 6, p 1–14, 2019. doi: <https://doi.org/10.7275/40vy-7122>

BRIGGS, X. DE S. Brown kids in white suburbs: Housing mobility and the many faces of social capital. **Housing Policy Debate**, v. 9, n. 1, p. 177–221, 1998. doi: <https://doi.org/10.1080/10511482.1998.9521290>

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990

CRUZ e SILVA, T. The General Union of Cooperatives of Maputo: An Alternative Production System? In B. D. S. SANTOS (Org.), **Reinventing social emancipation**: Vol. 2. Another production is possible: Beyond the capitalist canon, 2006, p. 95–120.

DUQUE, E. Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Configurações**, n. 11, p. 189–201, 2013. doi: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1862>

ENGEL, E., PAGANINI, N., CHICAMISSE-MUTISSE, L., CUMBANA, I., FIEGE, K., KÜHN, A., KANOSVAMHIRA, T., HALDER, S., SCHELCHEN, A., MFAKU, A., et al. **Farming in Cities. Potentials and Challenges of Urban Agriculture in Maputo and Cape Town**; SLE Discussion Paper; Urban Research Farmer Group Cape Town, SLE: Berlin, 2019.

ENGEL, E.; JÚNIOR, M.S. Boas Práticas Agrícolas e Agroecologia para Agricultores. Humboldt-Universität zu Berlin, Berlin, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.28766.18242>

GITTELL, R. J.; VIDAL, A. **Community organizing. Building social capital as a development strategy**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1998.

HALDER, S.; AGÜERO, J.; DOLLE, P.; FERNÁNDEZ, E.; SCHMIDT, C.; YANG, M. **Perspectives of Urban Agriculture in Maputo and Cape Town Dialogue, networks and future scenarios**. SLE studies, Berlin, 2018.

HARVEY, D. **Justice, Nature, and the Geography of Difference**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

LEIBNIZ, G. **Leibniz: Philosophical writings**. New York, 1968.

LOFORTE, A. M. (1989) A persistência dos valores "tradicionais" nas comunidades urbanas e a etnicidade. **Trabalhos de arqueologia e antropologia** (Maputo), n. 6, p. 21-27, 1989.

MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism today**, p. 24-29, 1991.



MASSEY, D. **Power-geometries and the politics of space-time**. Hettner-Lecture, Department of Geography, University of Heidelberg, Heidelberg, 1998.

MASSEY, D. **For space**. London: SAGE Publications, 2005.

MURDOCH, J. **Post-structuralist geography. A guide to relational space**. London, 2006.

PAGANINI, N.; ADINATA, K.; BUTHELEZI, N.; HARRIS, D.; LEMKE, S.; LUIS, A.; KOPPELIN, J.; KARRIEM, A.; NCUBE, F.; NERVI AGUIRRE, E.; RAMBA, T.; RAIMUNDO, I.; SULEJMANOVIĆ, N.; SWANBY, H.; TEVERA, D.; STÖBER, S. Growing and Eating Food during the COVID-19 Pandemic: Farmers' Perspectives on Local Food System Resilience to Shocks in Southern Africa and Indonesia. **Sustainability**, v. 12, n. 8556, 2020. doi: <https://doi.org/10.3390/su12208556>

PUTNAM, R. **Making democracy work. Civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. **Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

SHELDON, K. E. "Machambas" in the city: Urban women and agricultural work in Mozambique. *Lusotopie*. **Enjeux Contemporains Dans Les Espaces Lusophones**, 121–140, 1999.

SITOE, T. A.; SITOLE, A. Determinants of Farmer's Participation in Farmers' Associations: Empirical Evidence from Maputo Green Belts, Mozambique. **Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology**, v. 31, n. 1, p. 1–12, 2019. doi: <https://doi.org/10.9734/ajaees/2019/v37i130259>

WHITEHEAD, A. **The concept of nature**. Cambridge, 1920.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, p. 151–208, 1998.



## **AGRADECIMENTOS**

Dedicamos este estudo a todos que trabalham a terra e agradecemos a grande família da agricultura urbana de Maputo. Agradecemos em particular a todos que partilhavam as suas histórias conosco, as Associações e a União dos Agricultores, os colaboradores do projeto Salinidade, a ABIODES, e os estudantes da Universidade Eduardo Mondlane. Kanimambo!



**VARIA: Artigo**



**“COMPLEXIDADE ECONÔMICA E MUDANÇA ESTRUTURAL:  
DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA PARA O  
DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE**

**ECONOMIC COMPLEXITY AND STRUCTURAL CHANGE: DIVERSIFICATION OF  
THE PRODUCTION STRUCTURE FOR THE DEVELOPMENT OF MOZAMBIQUE**

**COMPLEJIDAD ECONÓMICA Y CAMBIO ESTRUCTURAL: DIVERSIFICACIÓN DE  
LA ESTRUCTURA PRODUCTIVA PARA EL DESARROLLO DE MOZAMBIQUE**

*Por Castigo José Castigo, Armando Manuel & João da Piedade Macombe*

Castigo José Castigo  
Professor do Programa de Graduação em  
Economia da Universidade Rovuma  
(UniRovuma).  
<https://orcid.org/0000-0002-1162-4738>  
[cjcastigo2018@gmail.com](mailto:cjcastigo2018@gmail.com)

Armando Manuel  
Professor dos Programas de Graduação e Pós-  
Graduação da Universidade Católica de  
Moçambique-Chimoio (UCM-Chimoio).  
<https://orcid.org/0000-0003-0158-8476>  
[amanuel@ucm.ac.mz](mailto:amanuel@ucm.ac.mz)

João da Piedade Macombe  
Professor dos Programas de Graduação e Pós-  
Graduação da Universidade Católica de Moçambique-  
Pemba. (UCM-Pemba).  
<https://orcid.org/0000-0001-7408-0603>  
[piedademac@yahoo.com.br](mailto:piedademac@yahoo.com.br)

Como citar  
CASTIGO, J.C; MANUEL. A.; MACOMBE.  
J. da P. “Complexidade econômica” e mudança  
estrutural: diversificação da estrutura produtiva  
para o desenvolvimento de Moçambique  
**Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 120-154, abr.-  
jun. 2022

Submetido: 09/02/2022  
Aceite: 03/03/2022



**RESUMO.** A transformação estrutural das economias vem sendo defendida como a chave para o desenvolvimento econômico pelas teorias *mainstream*. Mas, atualmente, acresce-se que, pelas recentes contribuições à estas teorias, a sofisticação tecnológica e diversificação do tecido produtivo derivadas das capacidades acumuladas de cada país, ou seja, a “complexidade econômica”, aumentam as suas perspectivas futuras de crescimento e desenvolvimento econômico. Assim, analisou-se neste artigo a possibilidade da contribuição da agricultura, do turismo e dos recursos naturais para a diversificação da estrutura produtiva de Moçambique. Para isso, em termos metodológicos usou-se uma combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa para, respectivamente, a construção da base teórica, e a tabulação, cálculos e descrição de dados, usando as técnicas da estatística descritiva. Finalmente, para analisar a evolução e diversificação da estrutura produtiva de Moçambique fez uso do *product space*. Com isso, conclui-se que, entre 2000-2018, a estrutura produtiva mostrou-se menos diversificada, necessitando de políticas ousadas para acumulação das capacidades requeridas para a modernização dos setores produtivos através da transformação estrutural e sua diversificação, pois apesar do setor extrativos ser predominante na estrutura de exportações e setor de serviços de turismo ganhar alguma relevância, estes tem gerado um “*crowding-out*” dos outros setores relevantes, como a agricultura e a manufatura.

**Palavras-Chave:** Mudança Estrutural. Complexidade Econômica. Diversificação. Moçambique

**ABSTRACT.** The structural transformation of economies has been advocated as the key to economic development by mainstream theories. But, currently, it is added that, according to recent contributions to these theories, the technological sophistication and diversification of the productive sector derived from the accumulated capacities of each country, that is, the “economic complexity”, increase its future prospects for growth and economic development. Thus, this paper analysed the possibility of the contribution of agriculture, tourism, and natural resources to the diversification of the productive structure of Mozambique. To this end, in methodological terms, a combination of qualitative and quantitative research was used for, respectively, the construction of the theoretical basis, and the tabulation, calculation and description of data, using the techniques of descriptive statistics. Finally, to analyse the evolution and diversification of Mozambique's productive structure, product space was used. This leads to the conclusion that between 2000 and 2018 the productive structure was less diversified, requiring bold policies to accumulate the capacities required for the modernisation of the productive sectors through structural transformation and diversification, since, although the extractive sector is predominant in the export structure and the tourism services sector has gained some relevance, these have generated a crowding-out of the other relevant sectors, such as agriculture and manufacturing.

**Keywords:** Structural Change. Economic Complexity. Diversification. Mozambique

**RESUMEN.** La transformación estructural de las economías ha sido defendida como la clave del desarrollo económico por las principales teorías. Pero, actualmente, se añade que, según recientes aportaciones a estas teorías, la sofisticación tecnológica y la diversificación del tejido produtivo derivadas de las capacidades acumuladas de cada país, es decir, la “complejidad económica”, aumentan sus perspectivas futuras de crecimiento y desarrollo económico. Por ello, este trabajo analizó la posibilidad de la contribución de la agricultura, el turismo y los recursos naturales a la diversificación de la estructura productiva de Mozambique. Para ello, en términos metodológicos, se utilizó una combinación de investigación cualitativa y cuantitativa para, respectivamente, la construcción de la base teórica, y la tabulación, cálculo y descripción de los datos, utilizando las técnicas de la estadística descriptiva. Por último, para analizar la evolución y la diversificación de la estructura productiva de Mozambique, se utilizó el espacio de productos. Esto permite concluir que entre 2000 y 2018 la estructura productiva se diversificó menos, lo que requiere de políticas audaces para acumular las capacidades requeridas para la modernización de los sectores productivos a través de la transformación estructural y la diversificación, ya que si bien el sector extractivo es predominante en la estructura exportadora y el sector de servicios turísticos ha ganado cierta relevancia, estos han generado un desplazamiento de los otros sectores relevantes, como el agrícola y el manufacturero.

**Palabras clave:** Cambio Estructural. Complejidad Económica. Diversificación. Mozambique



## INTRODUÇÃO

As teorias *mainstream* e as outras tradicionais de desenvolvimento econômico enfatizam a industrialização como o motor do desenvolvimento, pois favorece um crescimento sustentado de longo prazo. Nas suas abordagens, a indústria considera-se ser a responsável pela elevação da produtividade na economia, isto é, dentro e fora desse setor, e responsável na elevação do nível da renda. Estas atribuições, devem-se pela sua capacidade única de promover as economias de escala, o progresso tecnológico, acumulação de capital, e a divisão e especialização do trabalho como vem demonstrando desde a primeira revolução industrial. Por isso, a mudança estrutural era o caminho para a prosperidade das nações. Esta se dá pela alteração significativa na composição setorial do produto e emprego na economia, transitando de setores tradicionais com baixa produtividade, como a agricultura, para os mais dinâmicos e modernos, como a indústria, onde os bens mais simples e com menor valor agregado são substituídas gradualmente pelos mais sofisticados, requerendo-se uma acumulação de conhecimento técnico-científico, capital humano e institucional com o tempo. Este processo, para as primeiras economias que se desenvolveram, começaram pelo aumento da produtividade na agricultura, produzindo excedente de mão-de-obra nesse setor primário que vão migrando para o moderno e mais dinâmico, a indústria. Mas, a nível internacional, houve várias experiências bem-sucedidas de crescimento econômico sustentado e mudança estrutural que se centraram na agricultura, atualmente, tem-se como exemplo, os países como o México, Chile, Peru e Brasil (MADDISON, 2007; TORRES, 2019; CRAMER e CHISORO-DUBE, 2021)

Esta perspectiva vem sendo aprimorada, passando a incluir aos setores modernos com maior valor agregado como os serviços de apoio a indústria ou a produção, e outros altamente qualificados ou sofisticados como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ligadas à indústria 4.0, e aos setores com uma maior ligação com o comércio externo, onde estes, por sua vez, devem ser liderados pela indústria. Os efeitos destes setores na economia, são equiparados à industrialização quanto ao potencial para promover a produtividade do fator trabalho e aumento da renda pelo aumento salarial (LIRA, 2013; GIOVANINI, 2018). Com isso, a promoção do desenvolvimento econômico passou depender igualmente de como os bens e serviços são produzidos na economia para poderem concorrer no mercado externo e integrar nas cadeias de





valor regionais e globais, exigindo não só a modernização do processo produtivo (mudança estrutural), mas também que se atinja uma sofisticação e diversificação dos mesmos (complexidade econômica), dependendo das capacidades produtivas acumuladas e intrínsecas de cada país no que se refere à institucionais, conhecimento tecnológico e científico especializado, para além da acumulação dos fatores de produção tradicionais (terra, trabalho e capital) com o tempo.

No entanto, apesar desta correlação (mudança estrutural, complexidade econômica e desenvolvimento econômico) ser visível atualmente através dos padrões do comércio internacional de cada país, estas proposições sempre foram de difícil mensuração empírica de forma robusta, no concernente as capacidades<sup>1</sup> intrínsecas acumuladas de um país em comparação com outro. Assim, a recente contribuição de Ricardo Hausman e Cesar Hidalgo sobre o desenvolvimento econômico mostrou a possibilidade desta medição. Estes, a partir da análise da pauta de exportações de um determinado país foram capazes de medir de forma indireta da sofisticação tecnológica do tecido produtivo derivada das suas capacidades acumuladas, ou seja, a “complexidade econômica” de cada país. Para o efeito, foi criada a metodologia para a construção dos índices de complexidade econômica, tendo resultado no Atlas de Complexidade Econômica. Este atlas reúne dados de exportação de produtos de países desde o ano de 1963 (GALA, 2022).

É perante esta nova dinâmica que o desenvolvimento econômico se mostra cada vez mais concorrido e exigente, em que segundo Gala (2017), perante esta realidade, afirma que os países desenvolvidos lutam para preservar as suas vantagens competitivas em determinados mercados, exigindo um maior esforço dos países em desenvolvimento para escolher a sua trajetória para o alcance da prosperidade econômica e redução da pobreza. Por isso, não só as mudanças estruturais são suficientes para promover o desenvolvimento econômico, mas também seja necessária uma sofisticação e diversificação dos produtos laborados por estes países dentro destas mudanças. Assim, é neste contexto que este trabalho tem como objetivo de analisar a possibilidade da contribuição da agricultura, do turismo e dos recursos naturais para a diversificação da estrutura

---

<sup>1</sup> Pois, as capacidades produtivas detidas em cada país têm vindo a aumentar as perspectivas futuras de desenvolvimento pela especialização, sofisticação e diversificação da estrutura produtiva das economias. Este facto, tem sido verdade desde a primeira revolução industrial liderada pela Grã-Bretanha até aos países com recente histórico de crescimento e desenvolvimento econômico acelerado, tais como as 13 economias consideradas emergentes em rápido crescimento da Ásia Oriental, nomeadamente a Coreia, Taiwan, e outras tidas como *Newly Industrialized Economies* (NIEs), incluindo a China.



produtiva de Moçambique. Isso, justifica-se pelo fato de parte destes setores tradicionais, fundamentalmente a agricultura, ter dominado e contribuído na mudança estrutural e no processo de desenvolvimento econômico dos países pioneiros que embarcaram na revolução industrial, e que hoje possuem uma estrutura produtiva diversificada e complexa. Por isso, sendo estes setores predominantes em muitos países africanos em desenvolvimento e que neles vem se especializando, podem representar um potencial para o *take-off*.

Para efeito, em termos metodológicos, com vista a alcançar este objetivo, o trabalho é essencialmente de carácter qualitativo e quantitativo. Primeiro, nos centramos no levantamento bibliográfico e documental para construir os fundamentos teóricos; e em seguida recorremos aos dados secundários em diferentes bases nacionais e internacionais para a sua confrontação com a teoria, fazendo uso das técnicas da estatística descritiva para tabulação, cálculos e descrição desses dados. Finalmente, para analisar a evolução e diversificação da estrutura produtiva de Moçambique, fazemos uso de umas das recentes contribuições de Ricardo Hausman e Cesar Hidalgo às teorias de desenvolvimento econômico através do Atlas de Complexidade Econômica, o *product space*.

Ainda para o alcance do objetivo traçado, mesmo perante várias teorias que tem vindo a fazer a historiografia do desenvolvimento econômico desde meados do Séc. XX, quando o desenvolvimento passou a ser uma ciência autônoma, e estas continuam a guiar as intervenções e políticas de diversos países, usamos quatro correntes de pensamento econômico. Duas tradicionais (ortodoxa e heterodoxa), uma mais recente, conhecida por Nova Economia Estrutural, para discutir e enquadrar a mudança estrutural como um estágio importante para se atingir a prosperidade econômica, e a última que foi resultado das evidências do Hidalgo e Hausmann, em 2009, que contribuiu para a construção do *Atlas da Complexidade Econômica*, para abordar a Complexidade Econômica e o uso do *product space*.

Nesta última, nota-se que os estudos examinam a mudança estrutural pela visão da complexidade econômica, em que aquela passa a ser vista como um processo da mudança de produtos de baixa complexidade e produtividade, para produtos de alta complexidade e produtividade. Assim, através da teoria da complexidade econômica é possível entender como os países evoluem e se transformam estruturalmente, e ainda os caminhos potenciais, as capacidades produtivas acumuladas e por acumular, e determinar o caminho ser seguido para promover o



crescimento e desenvolvimento econômico, ou seja, como as mudanças para os níveis mais elevados de desenvolvimento econômico são viabilizados através do processo de transformação estrutural aliado a acumulação de capacidades produtivas que permitem a sofisticação e diversificação da economia (BHORAT; ROONEY e STEENKAMP, 2019; WHITEHEAD e BHORAT, 2021).

Portanto, para a prossecução deste trabalho e responder aos objetivos traçados, encontra-se dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda parte, aborda de forma sucinta sobre a mudança estrutural, baseando-se nas teorias ortodoxas, heterodoxas e Nova Economia Estrutural, e como complexidade econômica as complementa para abordar os atuais desafios para o desenvolvimento econômico. A terceira, trata sobre o papel da agricultura, serviços de turismo e dos recursos naturais no desenvolvimento dos países africanos, tendo em conta a sua influência na diversificação através da mudança estrutural e complexidade econômica. A quarta, apresenta a composição setorial do PIB, a dinâmica das exportações, do emprego e da produtividade do fator trabalho entre setores para analisar a evolução da transformação estrutural, e a sofisticação e diversificação da estrutura produtiva (complexidade econômica) através do *product space*, como forma introduzir elementos para refletir se a agricultura, os serviços de turismo e recursos naturais podem contribuir para a diversificação da economia moçambicana. Finalmente, a quinta, tece as considerações finais.

## MUDANÇA ESTRUTURAL E COMPLEXIDADE ECONOMICA

As teorias *mainstream* e outras tradicionais de desenvolvimento econômico, incluindo a estruturalista cepalina, sempre associaram o crescimento e o desenvolvimento econômico à transformação estrutural através da industrialização das economias (ROMERO e SILVEIRA, 2019). Estas, apesar das aparentes divergências nos fatores que determinam o desenvolvimento econômico e os principais intervenientes neste processo (Mercado ou Estado), todas são consensuais de que este seja fruto da transformação da estrutura produtiva com a migração da produção e do emprego dos setores tradicionais de baixa produtividade, como a agricultura, para os modernos, a indústria, e outros nos quais são verificados maior valor acrescentado. Neste caso, o importante é o aumento do emprego digno fora do setor tradicional, da produtividade e da renda



*per capita* de uma nação, o que permite a produção da riqueza. Para as economias que atualmente são consideradas desenvolvidas, muitas delas, no longo prazo, começaram essa trajetória pelo aumento da produtividade na agricultura. Este permitiu uma liberação da mão-de-obra do campo, pelo aumento de excedente do fator trabalho, pois decorreu pela introdução da modernização na agricultura e no uso intensivo de capital, e gerou a realocação dessa mão-de-obra em outros setores da economia. A diminuição da mão-de-obra na agricultura, favoreceu, numa primeira fase, na aceleração da industrialização, e no final desse processo, assistiu-se uma desindustrialização a favor do setor de serviços a medida que estas economias foram amadurecendo (PALMA, 2005; GALA, 2017; TORRES, 2019). Mas, muitas das economias em desenvolvimento, têm o setor de serviços tradicionais (turismo e comércio) a contribuir mais para a produção sem se quer ter passado da modernização da agricultura, e nem da industrialização significativa para o seu desenvolvimento econômico.

Ainda no que se refere aos consensos, considera-se que a mudança estrutural seja resultado da divisão e especialização do fator trabalho quando combinado com outros fatores de produção, impulsionado por diferentes sinergias de economias de escala inter e intra-setoriais, novos conhecimentos, inovação<sup>2</sup>, mudança tecnológica, novos processos produtivos, entre outros fatores, pela modernização da economia, e que o desenvolvimento econômico é alcançado pelo aumento e distribuição dos ganhos da produtividade do fator trabalho. Com isso, as diferenças residem como este processo de desenvolvimento é gerado a partir do aumento da produtividade na economia. Para os ortodoxos, baseados na teoria neoclássica, que parte da premissa de concorrência perfeita e alocação eficiente de recursos, defendem que o desenvolvimento é um processo natural e espontâneo que depende somente da manutenção de políticas que garantem o bom funcionamento do mercado<sup>3</sup>. Para os heterodoxos, argumentam que este é fruto de mudanças estruturais resultantes de intensos conflitos que quebram o equilíbrio, levando a uma concorrência imperfeita e criação da riqueza através do aumento da produtividade. Esta visão coincide com a

---

<sup>2</sup> Segue-se neste trabalho segue-se o conceito do Manual de Oslo, recentemente publicado pela OECD/Eurostat (2018), que conceitua a inovação tecnológica como a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos ou de melhorias significativas em produtos existentes no mercado. Ainda para este manual, este conceito apresenta ligeiras alterações, inclui a possibilidade de imitação que possa originar melhorias significativas nos produtos existentes no mercado.

<sup>3</sup> Baixos tributos, bom funcionamento das instituições, defesa da concorrência e da propriedade intelectual, disciplina fiscal, bom ambiente macroeconômico, entre outros defendidos na economia neoclássica.



visão de *Prebisch (1949)*, o mentor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>4</sup> e de outras variantes que não aceitam que a prosperidade econômica seja alcançada de forma espontânea, onde o Estado desempenha um papel destacável neste processo. Na sequência desta contraposição, a Nova Economia Estrutural, busca unir as ideias ortodoxas e heterodoxas, reconhecendo a necessidade da correção tanto das falhas do mercado como as do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico, e que este é resultado do processo da inovação tecnológica contínua e de transformação estrutural, através da busca continuada por estratégias de crescimento sustentável que permitam a diversificação da produção de bens tradicionais para manufaturados ou de outros provenientes de atividades modernas. Por isso, a combinação dos dois intervenientes (Estado e Mercado) pode dar bons resultados face aos fracassos verificados até ao momento no processo de desenvolvimento econômico, principalmente nos países em desenvolvimento, no geral, e africanos, em particular (OLIVEIRA, 2002; WHITFIELD, 2011; LIN, 2012, 2019; GALA, 2017).

127

A Nova Economia Estrutural atribui ao fracasso na mudança estrutural e no desenvolvimento econômico nestes países, à dois grupos de fatores: (i) a inadequação de políticas anteriores implementadas, em que as primeiras foram guiadas por princípios estruturalistas, tendo levado a implementação de indústrias com objetivo de modernização e substituição de importações, sem tomar em conta as prioridades locais e desafiaram as suas vantagens comparativas. Isso, resultou na ineficiência de alocação de recursos, na fragmentação do mercado, na diminuição da concorrência, e no aumento da corrupção pela implantação de monopólio de empresas nacionais cujos proprietários estavam politicamente bem conectados; e as segundas, guiadas pelos princípios neoliberais do Consenso de Washington, que defendem a privatização, a mercantilização e a estabilização através de terapias de choque para construir uma economia de mercado que funcione bem, nos moldes dos países avançados. Estas não tiveram em conta as especificidades das economias locais<sup>5</sup> e implementaram as mesmas políticas para todos os países,

<sup>4</sup> Defendia um modelo alternativo ao clássico seguido pelo Ocidente, depois da II Guerra Mundial, para o desenvolvimento do hemisfério sul, que ficou conhecido por estruturalismo.

<sup>5</sup> Ignoraram as distorções do mercado; custo da transição e o papel do Estado nestes países em desenvolvimento com papel importante para o desenvolvimento; o excessivo enfoque em determinantes tradicionais de crescimento econômico independentes entre si e marginais, esperando resultados espontâneos; e a linearização dos modelos complexos usados para o processo de desenvolvimento dos países avançados para os em desenvolvimento, não considerando a heterogeneidade no que se refere a dotação de recursos, vantagens comparativas e estrutura destas economias.



o que ficou conhecido por *one-size-fits-all policy*; e (ii) aos constrangimentos ligados a escassez de infraestruturas tangíveis (*hard infrastructure*) constituídas por portos, rodovias, geração e fornecimento de energia elétrica em quantidade e qualidade, entre outras, e não tangíveis (*soft infrastructure*) como instituições, sistema financeiro e legal, que constituem fundamentais para reduzir os custos de transação, não só para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), mas também constituir um passo importante para transformar as indústrias com vantagens comparativas em vantagens competitivas (LIN, 2012, 2019). Estes fatores que inibem a transformação da estrutura produtiva, levam as economias a se perpetuarem na dependência de *commodities* e serviços tradicionais como sua base de desenvolvimento econômico.

Assim, enquanto os países africanos encontram dificuldades para promover a prosperidade econômica e o bem-estar material dos seus cidadãos através de mudanças estruturais, atribuídas a essa implementação de políticas desajustadas e constrangimentos ao desenvolvimento, outros países, segundo Alencar et al (2018), os da América-Latina por exemplo, mesmo se industrializando, os problemas de subdesenvolvimento encontrados nos anos de 1960 ainda continuavam. Isso, levou à muitos autores a prestar atenção em outros fatores ligados a mudanças estruturais, como o acúmulo de capacidades para a produção de bens mais complexos, mas neste foco encontrava-se o problema de mensuração.

Foi através dos trabalhos de Hausmann, Hwang e Rodrik (2007), Hidalgo et al. (2007) e Hidalgo e Hausmann (2009) que, estudando a relação entre estrutura produtiva e desenvolvimento econômico, conseguiram desenvolver uma metodologia que provê uma forma de inferir as capacidades produtivas existentes em cada economia, em que o nível de complexidade dos bens produzidos e exportados afeta diretamente o processo de desenvolvimento econômico. Foi este o contexto do surgimento do termo Complexidade Econômica. Este que se refere a capacidade de um país tornar a sua pauta de exportações complexa através da produção de bens não ubíquos, raros e complexos, tornando a sua estrutura produtiva sofisticada e diversificada. A não ubiquidade pode ser de bens com alto conteúdo tecnológico e de difícil fabricação, como aviões, e de bens escassos na natureza, como diamante e urânio. Para os países que produzem e exportam os primeiros são os considerados possuírem uma pauta de exportação sofisticada com diversificação, o que significa complexidade econômica, e o segundo caso, representam uma não ubiquidade sem diversificação. A maioria de países em desenvolvimento fazem o que muitos fazem, produzir bens



diversificados, mas sendo ubíquos (peixes, carnes, minérios, tecidos, entre outros) sem sofisticação e complexidade. Esta falta de complexidade econômica, mesmo que haja mudança estrutural, limita as possibilidades de desenvolvimento econômico, pois os países que estão ainda por aprimorar as suas exportações, terão a sua produtividade limitada a esses bens, e lhes impossibilita ganhar mercado de bens mais sofisticados e diversificados. Assim, o caminho para o desenvolvimento econômico passa pelo aumento da produtividade, estimulando setores corretos, e dominar tecnologias avançadas de produção e criar capacidades, redes e competências nesses setores. Posto isso, indica-se que são ricos os países que, além da indústria, cultivam setores de bens transacionáveis e serviços sofisticados, visto que os setores de bens não transacionáveis e dos serviços não sofisticados, apresentam na prática o mesmo nível de produtividade independentemente dos países, ricos ou pobres<sup>6</sup>.

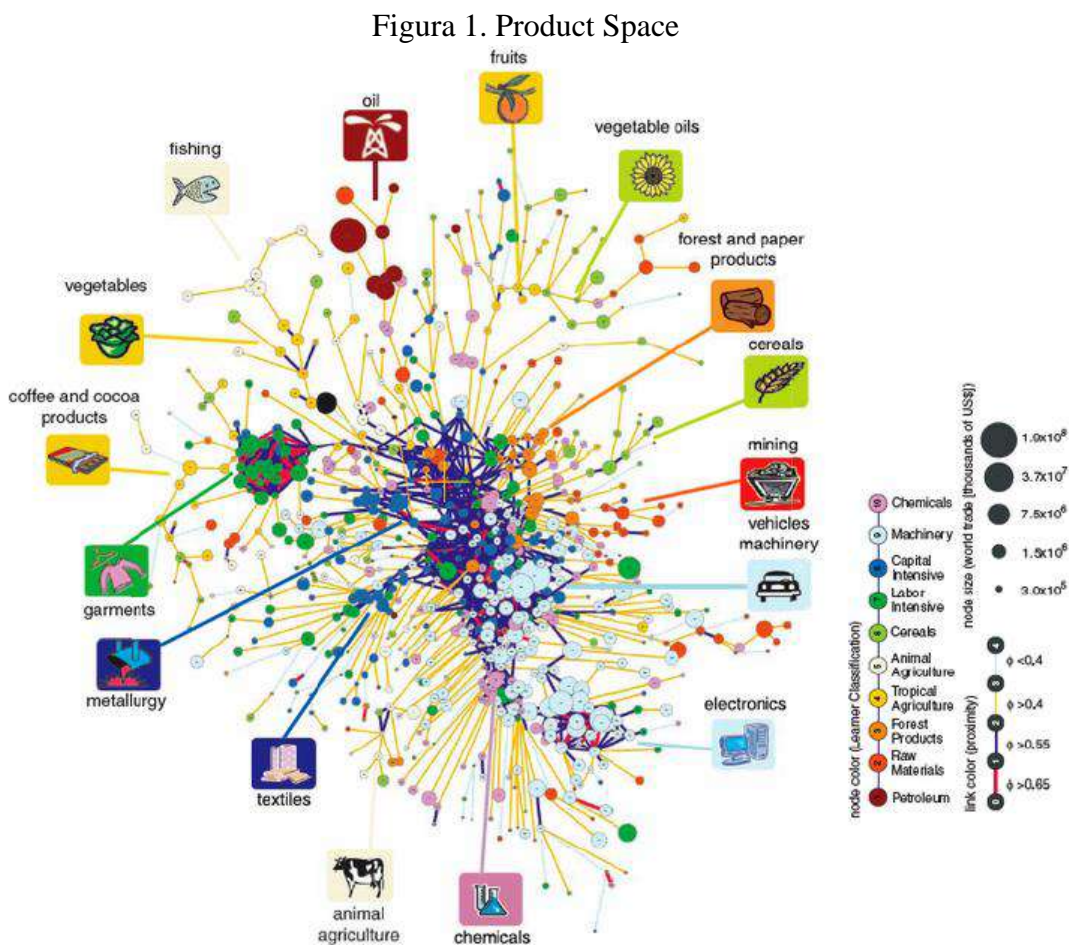
Assim, entre vários instrumentos e indicadores proposto pelo Atlas de Complexidade Econômica para medir a evolução da transformação estrutural, e a sofisticação e diversificação da estrutura produtiva (complexidade econômica), será usado *product space*. Este que é um diagrama de nós interligados, onde cada nó representa um produto e as conexões representam o nível de proximidade entre os produtos, conforme a Figura 01 abaixo. Os produtos próximos ou conectados um do outro significa que requerem capacidades similares para a sua produção, ou seja, tendem a ser co-produzidos requerendo as mesmas instituições, capital, trabalho infraestrutura, conhecimento científico e tecnológico, entre outros insumos. Por outro lado, os produtos não próximos ou não conectados têm menos probabilidade de serem produzidos em conjunto. Com isso, para produtos próximos, pode-se dar o exemplo de televisores e tela de computadores, e não próximos o de camisas e telas de computador. Assim, os produtos altamente conectados ocupam o núcleo e os escassamente conectados a periferia do mapa. A periferia é ocupada, tipicamente, por produtos primários ou neles baseados. Para estes produtos, o processo do seu deslocamento

---

<sup>6</sup> Recorrendo-se a comparações internacionais demonstrou-se que o grande diferencial de produtividade entre países está especificamente no setor de bens transacionáveis, com grande destaque nos empregos industriais, e nos serviços sofisticados de apoio a produção, por exemplo. Para evidenciar esse achado recorre-se a um exemplo bastante intuitivo de que a produtividade dos trabalhadores do turismo ou garçom (medida pelo número de pratos que leva a mesa ou quartos que arruma), de um motorista ou de um piloto de avião (pelo número de passageiros que levam), de um vendedor de loja (pelo número de peças que vende), do porteiro do prédio (pelas vezes que abre o portão) ou cabelereiro (número de cortes que realiza) é praticamente igual em qualquer parte do Mundo. O igual acontece na construção civil, mesmo com auxílio de máquinas mais sofisticadas, a produtividade entre trabalhadores dos diversos países não é muito distinta.



para o núcleo constitui um enorme desafio, pois apresentam-se desconectados e distantes, ou seja, requerem acumular capacidades mais especializadas antes de serem capazes de diversificar e laborarem produtos que compõem o núcleo (HAUSMMAN et al., 2013).



Fonte: Hausmman et al. (2013)

Neste contexto, o *product space*, para além de medir a complexidade das economias e a sofisticação e diversificação do setor produtivo de um país, pela composição de produtos altamente conectados ocupando o núcleo, permite também mostrar até que ponto as economias passaram por mudanças estruturais, demonstrado pela movimentação da periferia para o núcleo como resultado da melhoria das capacidades para os setores modernos da economia. Para o efeito, Bhorat, Rooney e Steenkamp (2019), caracterizam a maioria dos países africanos, por se basearem em recursos naturais e bens agrícolas, de possuírem um *product space* periférico, o que indica uma dificuldade





de diversificar os seus produtos, ou ainda em alcançar uma mudança estrutural liderada pelos setores modernos que requerem a acumulação de capacidades específicas. Com isso, as economias complexas, sofisticadas e diversificadas tendem a serem ricas, e as que produzem *commodities* para exportação e serviços de baixa sofisticação ou tradicionais tendem a ser pobres.

Esta nova contribuição nas teorias de desenvolvido econômico, em este está condicionado ao acesso de mercados com bens mais sofisticados e diversificados, tornou este processo cada vez mais concorrido, onde os mais desenvolvidos saem em vantagem e, por sua vez, estes protegem as suas vantagens competitivas em determinados mercados, o que tem vindo a complicar ainda mais as possibilidades da prosperidade dos países africanos. Pois, apresentam condições desfavoráveis até para a sua industrialização, onde para além dos constrangimentos indicados anteriormente, têm dificuldades para atingir a complexidade econômica. Por isso, muitos desses países, são produzem bens não ubíquos sem diversidade ou produtos diversos sem complexidade, o que diminui as possibilidades de crescimento futuro e desenvolvimento econômico. Com isso, podia-se até pensar em um desenvolvimento virado para dentro, mas Romero e Silveira (2019), indicam a baixa capacidade do empresariado local e o menor tamanho do mercado doméstico que, por sua vez, reduzem os incentivos aos investimentos, obrigando o setor público a liderar os investimentos e o principal agente econômico para induzir o desenvolvimento. Isso, agrava-se pelo facto de muitos governos desses países dependerem da ajuda externa, esta que tem vindo se mostrado inadequada e ineficiente para transformar a sua estrutura produtiva dependente de *commodities*. Por isso, estes países apresentam dificuldades de diversificar sua produção, o que gera recorrentes desequilíbrios comerciais, pois a sua estrutura produtiva é dependente de crescentes importações face a uma diminuta capacidade de exportar.

Portanto, esta discussão nos remete a refletir como os países em desenvolvimento podem fazer uso dos seus setores que mais contribuem para o PIB e lhes liga ao mercado externo, como a agricultura, os serviços de turismo e os recursos naturais podem impulsionar o desenvolvimento, tornando-se vetor para a diversificação das suas economias para atingir a complexidade econômica, permitido a captação da renda no mercado internacional e integração nas cadeias de valor regionais e internacionais. Isso, será discutido nas próximas seções.



## **O PAPEL DA AGRICULTURA, TURISMO E RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA**

O desenvolvimento econômico vem se tornando mais exigente, pois a sua compreensão e o seu alcance se tornaram dinâmicos com o tempo. Para isso, a predominância de setores modernos e sofisticados caracterizados por possuir uma elevada produtividade devido a inovação constante, o domínio do conhecimento científico e tecnológico diferenciado, e produzir bens não ubíquos e diversificados, aumentam a chance de crescimento futuro e desenvolvimento das nações. Assim, pretendemos nesta sessão analisar as possibilidades de os países africanos diversificarem as estruturas produtivas das economias e atingirem a prosperidade econômica, fazendo uso dos seus setores tradicionais que têm vindo a contribuir mais para o PIB como a agricultura, o turismo e os recursos naturais, pois estes vem garantindo a sua ligação com mercado externo.

### **a) Agricultura**

Os países africanos são caracterizados por grande maioria da sua população ter a ocupação na agricultura de subsistência e de baixa produtividade, onde o crescimento deste setor é geralmente resultado de uma expansão da área cultivada e de agronegócios induzidos pela demanda dos países desenvolvidos, mas nada que melhore a sua produtividade. Ainda aliado a esta estrutura ocupacional e baixa rentabilidade da agricultura, a maioria dos países apresentam desvantagens comparativas no concernente à disponibilidade limitada de infraestruturas e mão-de-obra qualificada, apesar de abundante (FMI, 2014). Este fato, leva à muitos países a uma lenta mudança estrutural ou a fraca adoção de técnicas de produção de maior produtividade, tanto na agricultura como em outros setores para a sua modernização.

Assim, perante esta realidade que mina o desenvolvimento dos países africanos por lenta transformação estrutural das suas economias e uma falta de consolidação da industrialização, Timmer e Akkus (2008) recomendam uma modernização da estrutura produtiva com enfoque na agricultura, por estes países serem muito dependentes deste setor e ocupar grande parte da sua população. Por isso, uma transição rápida neste sector através do aumento da produtividade pode concorrer para se livrar da pobreza, pois uma mudança estrutural bem-sucedida para estes países



deve partir de uma agricultura dinâmica que aumenta a produtividade da mão-de-obra na economia rural, puxando os salários para cima e, gradualmente, eliminar as piores dimensões da pobreza absoluta. Por sua vez, a maior produtividade na agricultura pode resultar em excedentes tanto de produção quanto dos fatores produtivos, levando a este setor a fornecer alimentos, mão-de-obra e poupança à economia para o processo de urbanização e industrialização, tal como aconteceu nos países hoje desenvolvidos. Enveredando por este padrão, a mudança estrutural seria inclusiva, mas espera-se, paradoxalmente, como um processo normal, um declínio com o tempo da importância relativa da agricultura na economia, dando lugar a indústria, seguido pelos serviços que poderão crescer mais rapidamente. Com isso, o resultado dessa transformação estrutural seria uma sociedade onde a agricultura como atividade econômica não terá características distintivas de outros setores, pelo menos em termos de produtividade dos fatores de produção.

133

Todavia, apesar da agricultura ser apontada como o ponto de partida por ter um papel importante no desenvolvimento de outros setores não agrícolas e diminuir as piores dimensões da pobreza absoluta, pelo descrito acima, a sua redução na participação do PIB e no emprego a favor serviços como vem acontecendo em muitos países em desenvolvimento, não tem sido pelo aumento da produtividade e, com isso, um excedente da mão-de-obra, mas sim porque o setor de serviços oferece alternativa de rendimentos relativamente altos e absorve grande parte da mão-de-obra não qualificada. Assim, diante de vários investimentos feitos no setor agrário, as economias vêm demonstrando alguma inércia como o setor de partida para a mudança estrutural nestes países. Este fato explica-se, segundo Whitfield (2011), pela estrutura produtiva continuar muito ligada a exploração de recursos naturais e outros *commodities* sem muita ligação com a economia, levando aos governos locais a adotarem estratégia de tirar a população da agricultura para os outros setores da economia como a dominante, principalmente ao setor de serviços, e sem que o interesse da mudança estrutural ou modernização da agricultura esteja presente. Com a urgência ou objetivo de curto prazo de tirar a população da pobreza, o foco tem sido a produção de bens não ubíquos e com pouca diversificação, pois existe a noção de que a ocupação da população na agricultura perpetua a pobreza absoluta, pela produtividade continuar baixa neste setor e, conseqüentemente, os seus salários, ou seja, a agricultura de subsistência é reprodutora da pobreza por não permitir uma organização e possibilidade de divisão de trabalho diversificado como acontece na indústria.



Por isso, indica-se o papel da indústria para resolver o problema de fundo da produtividade, modernização e diversificação da estrutura produtiva das economias. Grabowski (2015) defende uma mudança estrutural com ganho de produtividade a vir do sector industrial, pois permite ganhos dinâmicos, caso use tecnologias de padrão internacional, permitindo que o ganho da produtividade da mão-de-obra na manufatura cresça rapidamente com tendência a se equalizar aos países desenvolvidos. Esta posição vem sendo igualmente defendida pelas teorias *mainstream* e as outras tradicionais de desenvolvimento econômico que enfatizam a industrialização como o motor do desenvolvimento, pois favorece um crescimento sustentado de longo prazo.

Está subjacente a este pressuposto o fato de a indústria considerar-se a responsável pela elevação da produtividade na economia, isto é, dentro e fora desse setor, e responsável na elevação do nível da renda. Estas atribuições, devem-se pela sua capacidade única de promover as economias de escala, o progresso tecnológico, acumulação de capital, e a divisão e especialização do trabalho como se vem demonstrando desde a primeira revolução industrial. Para alavancar os outros setores tem-se apontado na aposta em indústria de maquinarias e ferramentas como as fundamentais, onde a inovação e o desenvolvimento de tecnologias servem para a própria indústria e os outros setores econômicos, em especial para agricultura e serviços (CASTEL-BRANCO, 2002; ANDREONI e CHANG, 2019).<sup>7</sup>

Neste debate sobre o papel da agricultura e indústria na mudança estrutural, Timmer e Akkus (2008), indicam que a longo prazo, a maneira de aumentar a produtividade rural (agricultura) é aumentar a produtividade urbana (indústria). Para esta proposição recorrem a celebre palavra de Mao Tse-Tung, segundo a qual “*a única saída para a agricultura é a indústria.*”<sup>8</sup>, de tal maneira que quando a economia não-agrícola não esteja crescer, há pouca esperança, a longo prazo, para a agricultura.

---

<sup>7</sup> Apesar de alguns estudos terem demonstrado que a agricultura e agroindústria podem desempenhar o mesmo papel no aumento da produtividade equiparado a indústria. Boly e Kéré (2017), apontam a agricultura de alta tecnologia, graças à agricultura de precisão, automação ou engenharia genética; e Page (2018), elege as agroindústrias (com destaque as horticulturas) que compartilham muitas características com a manufatura, tais como serem comerciáveis, possuir um alto valor agregado por trabalhador e a possibilidade de absorver um grande número de trabalhadores com uma qualificação moderada. Esta não é a realidade atual dos países africanos, mas sim dos países que embarcaram na revolução industrial e conseguiram introduzir inovações com o tempo que estão beneficiando no desenvolvimento de outros setores. Mas, não se pode negar que não seja possível para os países em desenvolvimento caso investirem sério e aproveitem a vantagem do atraso adquirindo as tecnologias para fazer a agricultura de base para a sua transformação estrutural, tal como alguns países da América Latina e Central.

<sup>8</sup> Tradução nossa de “*the only way out for agriculture is industry.*”



Portanto, para uma mudança estrutural inclusivo e diversificação do setor produtivo conducentes ao desenvolvimento econômico, mostra-se importante uma compatibilização entre a modernização da agricultura e industrialização, e o setor dos serviços a ser desenvolvido numa fase posterior, ou seja, uma industrialização que não se deve desvincular da modernização da agricultura de forma simultânea, e que o desenvolvimento dos serviços seja resultado de amadurecimento das economias pela transformação da estrutura produtiva e aumento amplo da sua produtividade nos primeiros setores, agricultura e indústria. Assim, apesar da agricultura ter sido um ponto de partida para o desenvolvimento econômico dos países pioneiros neste processo, mas os diversos constrangimentos apontados nos países africanos, limitam tanto os governos locais na promoção da sua modernização como o setor privado a apostar como uma atividade lucrativa, levando a um pouco aproveitamento do seu potencial para a diversificação da estrutura produtiva e promover o desenvolvimento econômico.

## **b) Recursos Naturais**

A África é um continente com abundância em recursos naturais, entre florestais, combustíveis fósseis e minérios, contendo cerca de 30% das reservas mundiais. Mas, ironicamente, em 43 países com essa abundância, 38 são os mais pobres do mundo, pois a sua exploração e exportação não tem levado a uma rápida transformação estrutural, diversificação da estrutura produtiva das economias e progresso tecnológico favoráveis ao desenvolvimento econômico (UNITED NATIONS, 1999). Nesta perspectiva, a literatura tem mostrado igualmente que tem sido poucos os exemplos de sucesso na gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento, pois, geralmente, associa-se esta predominância de recursos naturais à governos autocráticos, guerras e práticas ilegais que resultam em uma exploração não benéfica para a produção da riqueza das nações. Com isso, a UN Environment (s/d), estima que as perdas anuais estejam aproximadamente a USD 195 bilhões resultantes de fluxos financeiros ilícitos, exploração mineira ilegal, exploração madeireira ilegal, comércio ilegal da vida selvagem, pesca não regulamentada, e degradação e perdas ambientais.

Dos poucos exemplos no mundo, pode-se indicar a Malásia, Tailândia Indonésia, e os Emirados Árabes Unidos que tem usado os recursos naturais e suas receitas para o



desenvolvimento econômico através de financiamento dos outros setores das suas economias e a sua diversificação (WRIGHT e CZELUSTA, 2007; GALA, 2021). Estes casos de sucesso, mostram que a existência de uma boa gestão aumenta a possibilidade de promover ou pode ser favorável ao desenvolvimento econômico das nações. Este potencial pode ser maior quando se promover o uso local de recursos para o desenvolvimento da indústria de base como metalúrgica ou siderúrgica e, conseqüentemente, aumentar a capacidade interna de acumulação de capital ou de bens para o uso em outros setores.

Outrossim, pode-se referenciar que a exploração de recursos naturais traz consigo problemas intrínsecos que torna estes exemplos de sucesso um verdadeiro milagre ou necessidade de reconhecer a grande capacidade interna de gestão destes países, pois esta exploração tem estado ligada não só à choques externos pela instabilidade de preços no mercado internacional, mas também a sobrevalorização cambial, o que ficou conhecido por “Doença Holandesa”. Este último, tem sido mais contraproducente antes mesmo que os recursos naturais se tornem numa maldição<sup>9</sup>.

Assim, o fenômeno conhecido na literatura como “Doença Holandesa”, refere-se a apreciação crônica da taxa de câmbio provocada pela descoberta, exploração e exportação de recursos naturais. O caso clássico surgiu na Holanda nos anos 60 e 70, onde a partir da descoberta de enormes reservas de gás e sua exportação, levou a valorização da moeda e o desaparecimento da indústria manufatureira (principalmente a têxtil). Daí, começou-se a associar esta nova descoberta com a retração do setor de bens comercializáveis manufatureiros, que acabou por gerar desemprego e menores taxas de crescimento. A explicação que se encontrou está ligada ao aumento de fluxos de divisas, que levou ao aumento do preço dos bens não comercializáveis, devido ao aumento da demanda interna gerada pelos ganhos de renda no setor de recursos naturais. Por isso, considera-se que este setor ocupa o espaço da produção agrícola e da manufatura através de “*crowding-out*” na economia. Assim, como consequência, a indústria do país volta-se para dentro, especializando-se na produção de bens não comercializáveis que apresentam maior rentabilidade por conta da apreciação cambial (WASQUES e TRINTIN, 2018; GALA, 2021).

---

<sup>9</sup>Apesar de ser tratado de forma indiferente com o termo “Doença Holandesa”, esta é geralmente trado como uma falha de mercado, enquanto a “Maldição de Recursos Naturais” é vista como resultante de questões institucionais que facilitam a busca de renda (*rent-seeking*), em detrimento do bem comum e um desenvolvimento econômico sustentado inclusivo, temendo-se que os frutos desse “boom” sirvam apenas para concentrar riqueza e renda nas mãos de poucas empresas e indivíduos, passando a abundância de recursos naturais ser promotora de desigualdades, levantamentos sociais e guerras.



Paralelamente a isso, segundo Moreira (2018), caracterizou que muitos países em desenvolvimento, tem apresentado resultados decepcionantes, a partir dos anos 80, pela dependência de recursos naturais, em que além da “Doença Holandesa” tem se juntado a “Maldição dos Recursos Naturais”, onde a abundância de recursos tem efeitos negativos no desenvolvimento desses países, resumindo-se em baixo desempenho econômico por questões ligadas a altos níveis de corrupção, problemas de governança e, em algumas vezes, reproduziram-se a violência política e a autoritarismo dos governos. E devido a pouca diversificação da economia, e a conseqüente rigidez da dependência dos países em *commodities*, a entrada de divisas provocava um aumento das importações e, porque a estrutura produtiva não tem conseguido acompanhar o aumento repentino da demanda, a estagnação da economia nacional considera-se certa. A conjugação destes fenômenos, leva a desorganização dos setores produtivos existentes (indústria e agricultura, principalmente), provocando a desindustrialização precoce e pouco incentivo para o desenvolvimento da agricultura, conseqüentemente aumenta a tendência da dependência de importações até de alimentos e outros bens que podem passar a não ser competitivos produzir internamente.

Uma outra questão que faz associar a abundância de recursos naturais ao problema de subdesenvolvimento nos países africanos, é o facto destes serem explorados por multinacionais, levando à fracas ligações na economia por estas serem insensíveis as desvantagens comparativas (falta de mão-de-obra qualificadas, infraestruturas de apoio a produção e baixa tecnologia), pois o seu elevado uso de tecnologias avançadas na exploração de recursos naturais não gera externalidades positivas. Por isso, as multinacionais são rotuladas a seguirem somente os seus interesses de lucro e, com isso, melhorar somente a produtividade na exploração de recursos naturais e seu escoamento, mas não na economia como um todo.

Estas nuances ligadas aos recursos naturais não retiram a sua potencialidade de constituir um vetor para a diversificação da estrutura produtiva e o desenvolvimento econômico através da melhoria da produtividade de outros setores, mas é necessário que a capacidade de gestão e melhorias institucionais dos países estejam preparadas para transformar estas vantagens da abundância de recursos naturais em desenvolvimento. Contudo, tendencialmente, estas capacidades se mostram fracas para os países africanos tanto na gestão macroeconômica para resolver as falhas de mercado provocadas pela “Doença Holandesa”, como na ausência de



instituições fortes para criar condições para evitar a “Maldição de Recursos Naturais”. Estas questões levam a que muita literatura encontrem uma relação inversa entre a abundância de recursos e o desenvolvimento econômico, particularmente na possibilidade da diversificação da estrutura produtiva, pois o “*crowding-out*” tem sido predominante nos países com abundância de recursos naturais.

### c) Turismo

Apesar das teorias tradicionais atribuírem as mudanças estruturais à industrialização, esta que pode ser resultante da modernização da agricultura, mas os serviços de turismo podem ser igualmente um meio para o aumento da produtividade, não só pela demanda que esta pode gerar, mas também pela possibilidade de estes estarem ligados aos setores modernos na economia. Mesmo porque, os serviços têm sido a tendência explorada por muitos países africanos com algum nível relativo de desenvolvimento econômico. De forma ilustrativa, entre 1998-2015, as exportações de serviços cresceram seis vezes mais rápido que as exportações de diversas mercadorias em alguns países africanos, onde Quênia, Ruanda, Senegal e África do Sul têm a predominância de setores de serviços baseados em TIC. Mas, simultaneamente, o Ruanda, o turismo tem sido a maior atividade de exportação, representando cerca de 30% do total das exportações. A África do Sul, no ano de 2014, teve uma visita de cerca de 9,5 milhões de turistas, contribuindo com 3% ao PIB (PAGE, 2018).

Entretanto, tem-se mostrado que só os serviços intermédios e sofisticados podem constituir um vetor de desenvolvimento através da sua contribuição no aumento da produtividade e mudança estrutural das economias, por estes serem equiparados, em termos de efeitos, com a indústria. Estes serviços estão ligados ao apoio a produção industrial e aos serviços de TIC que são o cerne da indústria 4.0, em que a sua execução tem uma fronteira tênue entre estes e a indústria no sentido tradicional. Por isso, a capacidade dos países em desenvolver estes serviços explica as diferenças de crescimento de longo prazo e desenvolvimento econômico, devido a sua complexidade e potencialidade em diversificar a economia (GIOVANINI, 2018). Ademais, os serviços de apoio a produção ligados as TIC, têm resultado numa agricultura moderna e de alta tecnologia, graças à agricultura de precisão, automação ou engenharia genética, entre outras inovações.





Neste contexto, as economias africanas têm assistido um aumento de serviços em detrimento da indústria, desde os anos de 1990, levando a transferência da mão-de-obra da agricultura para os serviços. Mas, o ganho de produtividade se demonstrou muito menor ou lento do que teria ocorrido a partir de uma mudança para a indústria. Isso demonstra, que os serviços desenvolvidos nestes países não são intermédios ou sofisticados para promover a produtividade na economia. Assim, esta mudança estrutural gera ganhos estáticos, ou seja, o ganho da relevância do setor de serviços tradicionais, apesar de se mostrar acima de outros setores nas economias africanas, em termos de contribuição na produção total, e apresentar uma absorção mais rápida da mão-de-obra e maior que a indústria, mas não tem sido compatível com o aumento da produção, resultando em perdas dinâmicas. Contudo, este sentido de mudança estrutural (agricultura para o setor de serviços tradicionais) não tem garantido o aumento da produtividade do fator trabalho nem na agricultura e nem em outros setores, tendo sido acompanhado por uma desindustrialização precoce desde 1990 (GIOVANINI, 2018; PAGE, 2018).

139

Por isso, a predominância dos serviços tradicionais não só compromete a transformação da estrutura produtiva e a diversificação das econômicas, onde pelas perdas dinâmicas, levam também a desindustrialização precoce. Neste contexto, Lira (2013) indica a existência de dois tipos de desindustrialização que podem ocorrer: uma por mudança estrutural da economia devido a passagem para serviços mais sofisticados, e que tem efeitos positivos para o desenvolvimento econômico, e outra por presença da “Doença Holandesa” devido a predominância de serviços tradicionais. Isso, reforça a ideia de que basear a economia em serviços tradicionais não sofisticados, pode comprometer o desenvolvimento da economia. Mas, não se deve tirar o mérito dos serviços na geração de empregos formais que são essenciais para tirar os cidadãos debaixo da linha da pobreza e diminuir as piores dimensões da pobreza absoluta. Por isso, os países africanos e seus parceiros de desenvolvimento têm usado este setor para aliviar a pobreza, mas nada que leve ao desenvolvimento econômico efetivo, pois necessita de políticas mais profundas tendentes a mudança estrutural e complexidade econômica que permitem captar a renda no mercado internacional pela diversificação produtiva com sofisticação suficiente para integração nas cadeias de valor regionais e internacionais.

Portanto, com base nas ideias acima expostas, o turismo só pode se tornar em um vetor de desenvolvimento se, de forma efetiva, este for implementado de modo que tenha uma ligação com



os setores modernos na economia ou influenciar no seu desenvolvimento, nesse caso se for grande o suficiente para financiar os outros setores, e evitar-se os seus efeitos negativos pelo fluxo de divisas.

## COMPOSIÇÃO SETORIAL DA PRODUÇÃO, EMPREGO E MUDANÇA ESTRUTURAL: REFLETINDO SOBRE A DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE MOÇAMBIQUE

As seções anteriores forneceram bases para a reflexão dos vetores de desenvolvimento entre os três setores (agricultura, extrativo e turismo) através da diversificação da estrutura produtiva. Para desenvolver esta discussão para Moçambique, iremos nesta parte do trabalho, primeiro apresentar a localização geográfica e o resumo dos indicadores socioeconômicos do país, e seguida da análise da composição setorial do PIB, emprego e mudança estrutural, no período de 2000 a 2018.

### a) Localização geográfica e resumo dos indicadores socioeconômicos

Moçambique é um país localizado na costa oriental da África Subsaariana na porção sudeste do continente africano, com uma extensão territorial de aproximadamente 799.379 Km<sup>2</sup>. O seu território é banhado desde leste ao sul pelo Oceano Índico, limita-se ao norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malauí e Zâmbia, a oeste pelo Zimbábue e a sudoeste pela África do Sul e Suazilândia. O país possui 11 províncias<sup>10</sup>, 23 Cidades e 62 vilas, onde a capital do país é Maputo (MALOA, 2018). Em termos socioeconômicos, até o ano de 2018, possuía um PIB de USD 14.544 milhões e um PIB per capita de USD 493. Este está dez vezes abaixo do PIB per capita da África Subsaariana, estimado em USD 4.097,85, vinte vezes abaixo de um país de renda média como Brasil, com USD 8.593, e mais de cem vezes abaixo dos Estados Unidos de América, considerado de renda alta, com USD 64.876 (UNCTAD, 2019). No referente ao Desenvolvimento Humano, Moçambique pertence ao grupo de países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

<sup>10</sup> Divididas em três regiões: Norte (Cabo Delgado, Niassa e Nampula); Centro (Zambézia, Tete, Manica e Sofala); e Sul (Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade).



com 0,452 em 2018, não tendo ainda alcançado um nível de desenvolvimento humano médio, pois está entre os dez menos desenvolvidos, posicionando-se em 181 lugar entre 189 países classificados. O país não ultrapassou a média da África Subsaariana, com um IDH que se situa em 0,547. Nesta região, Botsuana e África do Sul pertencem ao grupo de países com um elevado IDH, com respectivamente 0,735 e 0,709. No que se refere a pobreza multidimensional, medido pelo Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) que mostra as privações em três dimensões<sup>11</sup>: saúde, educação, e padrão de vida, onde Moçambique se situou, em 2018, na posição 100 dos 107 países classificados, com um MPI que indicava uma privação de 41,1% da sua população contra uma média de 31,7% da África Subsaariana e 11,5% dos países em desenvolvimento. Finalmente, em termos da Pobreza Absoluta, diante das crises que o país vem se mergulhando desde 2016, nomeadamente: saída dos parceiros de cooperação desde a descoberta de dívidas ocultas, desastres naturais e conflitos armados no Centro e Norte do país, prevê-se que assole acima de 60% da população (PNUD e OPHI, 2019 e PNUD, 2019).

#### **b) Composição Setorial do PIB, Dinâmica das Exportações, Diversificação da Estrutura Produtiva, Emprego e Mudança Estrutural**

Fazendo uma análise de quatro setores que temos vindo a referenciar neste trabalho: agricultura, indústria, serviços e extrativo, constatamos que a composição setorial do PIB, apresentada no Gráfico 01 abaixo, demonstra que desde o ano 2000, os serviços têm mais contribuído como percentagem do PIB, seguidos da agricultura, demonstrando o papel deste sector na economia do país. Assim, aliado ao facto de empregar a maior parte da população, conforme o Gráfico 03 abaixo, justifica ter lhe merecido a consideração de ser a *base de desenvolvimento de Moçambique* desde a primeira Constituição da República, onde a indústria mereceu a *função de impulsionadora* na mesma constituição. No entanto, os dois sectores vêm reduzindo o seu papel na economia, sendo que a agricultura atingiu a sua contribuição máxima no ano de 2009, tendo contribuído com 29,1% do PIB, e passou para 25,9% em 2018. A indústria de 16,9% em 2001 para

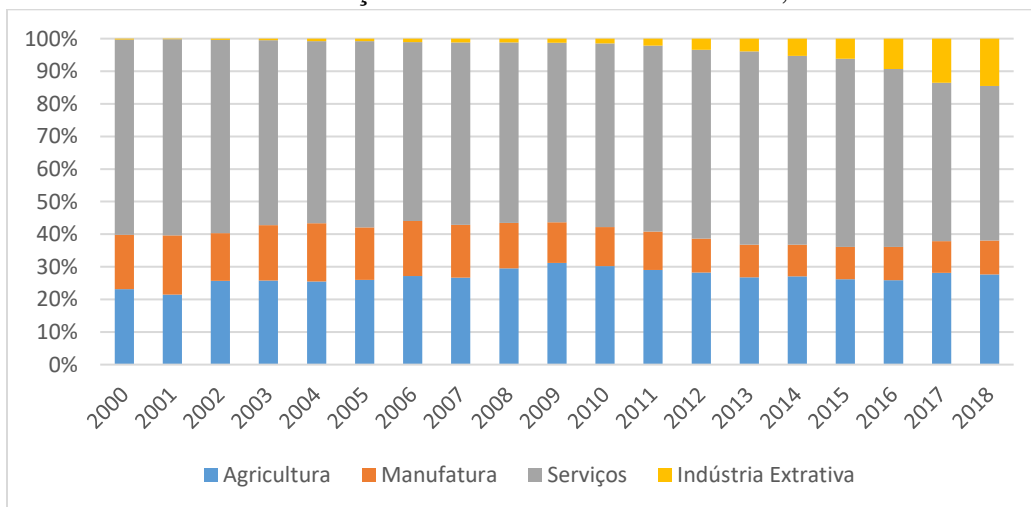
---

<sup>11</sup> Estas são ponderadas tendo em conta 10 indicadores, nomeadamente: dois indicadores para a saúde (nutrição e mortalidade infantil); dois para a educação (anos de escolaridade e frequência escolar); e seis para o padrão de vida (combustível para cozinhar, saneamento, água potável, eletricidade, habitação, e bens duráveis). Este índice, varia de zero a um, quando mais próximo de zero menor é a privação, onde Níger apresenta maior privação com 0,590 e Armênia com menor índice com 0,001 dentre os países avaliados.



9,7% em 2018. Esta tendência da redução da contribuição dos dois setores no PIB, tem sido acompanhada pelo domínio da contribuição dos serviços e do setor extrativo. Assim, os serviços passaram de 53,9% para 44,5% no período de 2000 a 2018, onde o turismo composto pelos serviços de alojamento, restauração e similares não passou de 3% neste período; e o extrativo evoluiu de 0,8% para 13,6% no mesmo período, significando que os dois sectores considerados chave (indústria e agricultura) para a economia, têm vindo a reduzir, contra o domínio dos serviços e uma evolução do setor extrativo, mesmo antes da entrada em funcionamento de grandes projetos de exploração de gás natural no Norte<sup>12</sup>. Este facto, contraria o plasmado na Constituição da República sobre o papel desses dois setores na luta contra o subdesenvolvimento, pela desindustrialização precoce e uma redução da contribuição da agricultura no PIB.

Gráfico 1: Contribuição dos Sectores como % do PIB, 2000 a 2018



Fonte: Elaboração própria usando os dados do INE (<http://www.ine.gov.mz>)

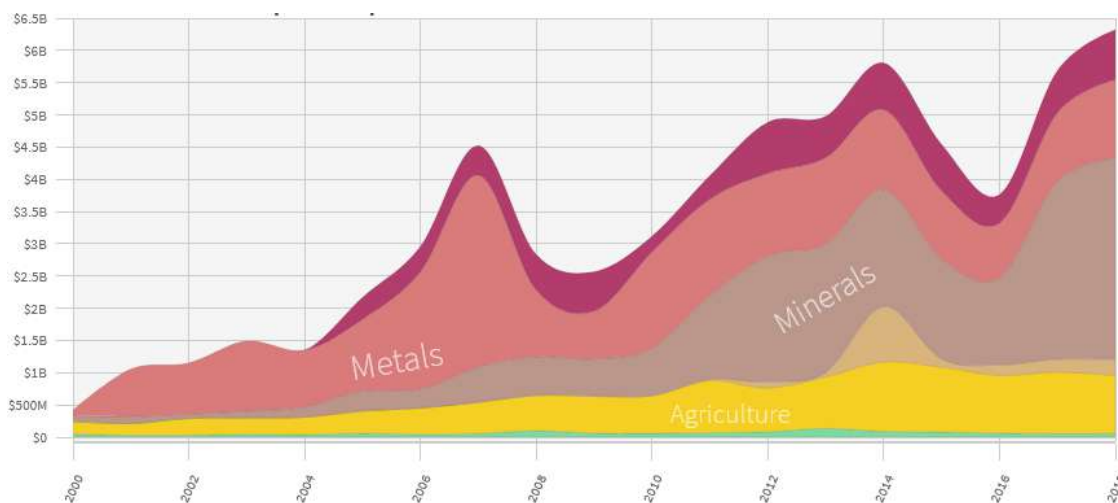
No entanto, a dinâmica das exportações, no Gráfico 02 abaixo, que mostra de cima para baixo, exportações de serviços, metais, minerais, pedras preciosas e semipreciosas, e produtos agrícolas, constata-se um grande domínio do setor extrativo desde o ano de 2000. Este setor foi

<sup>12</sup> Que vem sendo adiado pela insurgência que eclodiu desde 2017, o que tem comprometido o seu cronograma de atividades, em que o início da exploração estava previsto para o ano de 2024, com um esperado grande impacto na economia moçambicana, pelas possíveis receitas para o financiamento das atividades públicas e uso interno do gás para impulsionar a industrialização, principalmente na construção de infraestruturas de fornecimento de energia elétrica.



responsável por aproximadamente 70% das exportações até 2018. Igualmente, depreende-se um aumento de exportações de serviços, fundamentalmente desde o ano de 2004, contra uma insignificante participação do setor industrial no comércio externo.

Gráfico 2. Principais Exportações de Moçambique (em bilhões de USD), entre 2000-2018

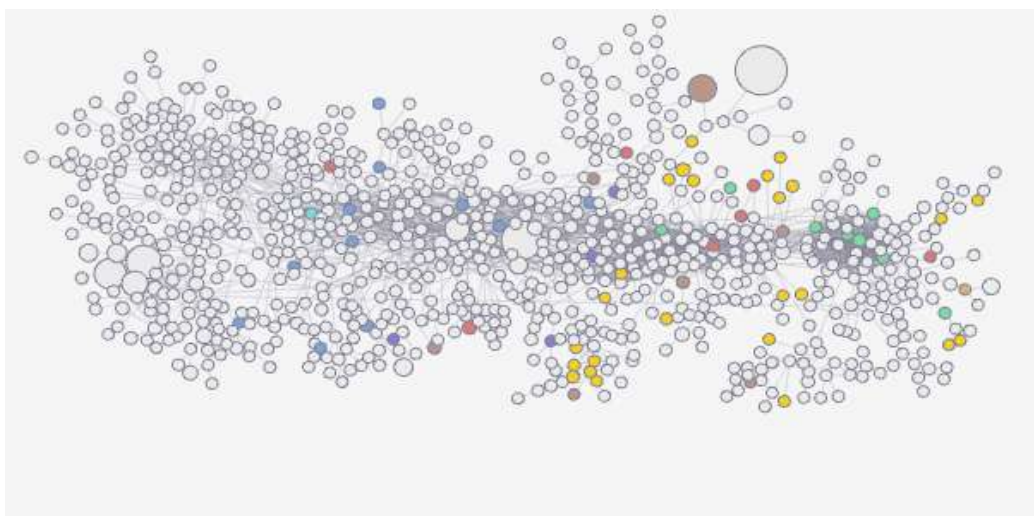


Fonte: The Atlas of Economic Complexity (<https://atlas.cid.harvard.edu/>)

Paralelamente a esta evolução das exportações, agora baseando-se no *product space* do ano de 2000, na Figura 02, nota-se que o setor produtivo de Moçambique se encontrava menos complexo e sem diversificação. Os únicos produtos conectados eram os agrícolas contra menos conexão dos produtos do sector extrativo, ambos localizados na periferia do mapa. Estes fatos demonstram que para a diversificação do setor produtivo da economia ou alcançar uma mudança estrutural liderada pelos setores modernos, iria requerer uma acumulação de capacidades específicas, podendo se partir do setor agrícola que apresentam produtos mais conectados, em contraposição do setor extrativo. Apesar desta possibilidade da produção conjunta de bens agrícolas usando das capacidades existentes, mas o alcance de sofisticação e complexidade através da movimentação para núcleo do mapa se demonstrava um processo difícil por requer maior esforço em termos de políticas para a mobilização e acumular as capacidades (institucionais, infra estruturais, conhecimento tecnológico e científico, entre outras) para tornar-se competitivo e ganhar mercado de bens mais sofisticados e diversificados.



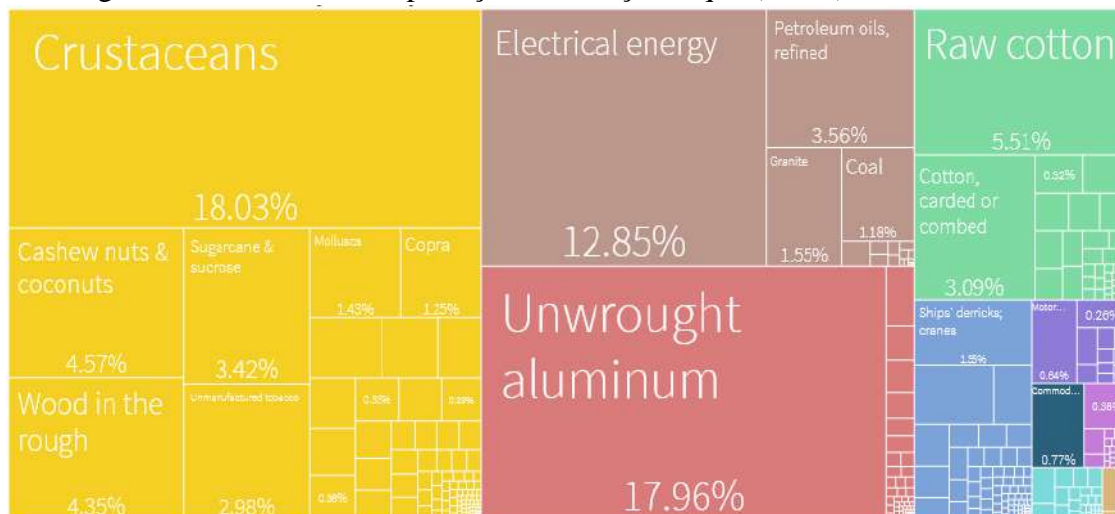
Figura 2. *Product Space* das Exportações de Moçambique em 2000



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (<https://atlas.cid.harvard.edu/>).

Em termos da estrutura das exportações, no ano 2000, na Figura 03 abaixo, depreende-se que acima de 80% era composta por diferentes *commodities*, com predominância em produtos agrícolas e pesqueiros, energia, alumínio não processado e algodão, com pouca participação do setor manufatureiro.

Figura 3. Estrutura das Exportações de Moçambique (em %), no ano de 2000.

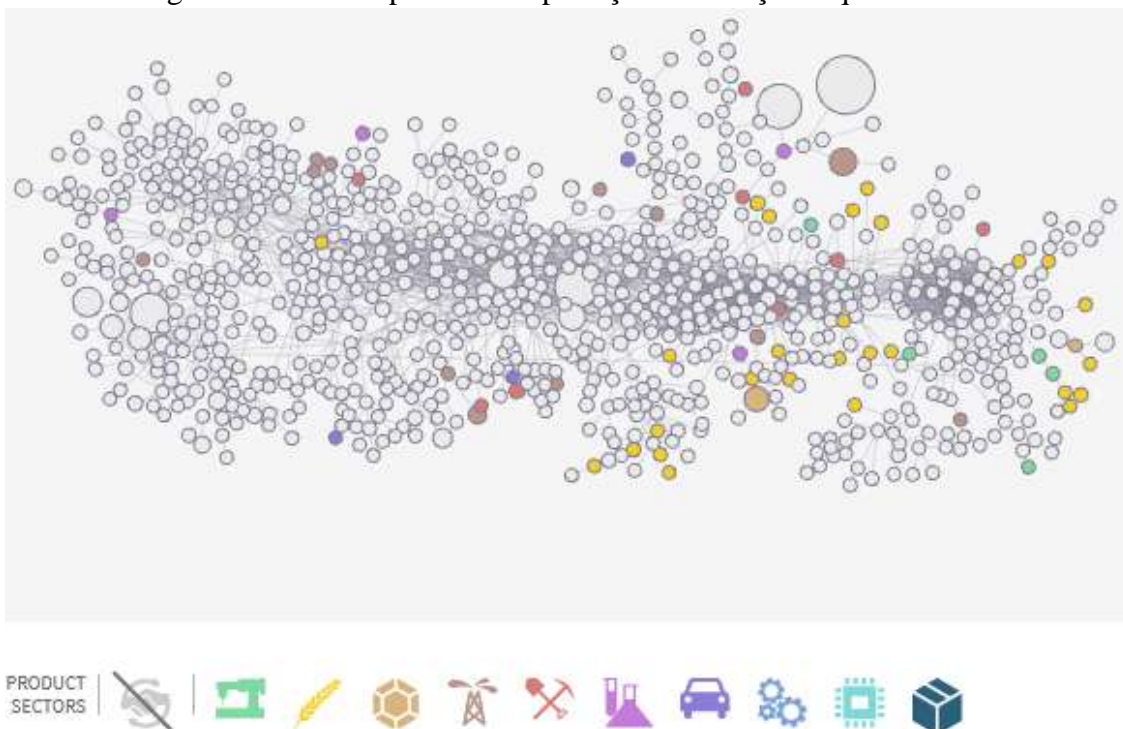


Fonte: The Atlas of Economic Complexity (<https://atlas.cid.harvard.edu/>).



Entretanto, volvidos quase duas décadas, no ano 2018, a estrutura produtiva do país não mostrou alterações assinaláveis no que se refere a diversificação, sofisticação e complexidade. Esta continua periférica, com predominância de produtos agrícolas conectados e mineiros com uma relativa aproximação. Assim, a maior participação do setor extrativo, agrícola e serviços não despoletou sinais de modernização da economia do país e nem na sua estrutura produtiva.

Figura 4. Product Space das Exportações de Moçambique em 2018

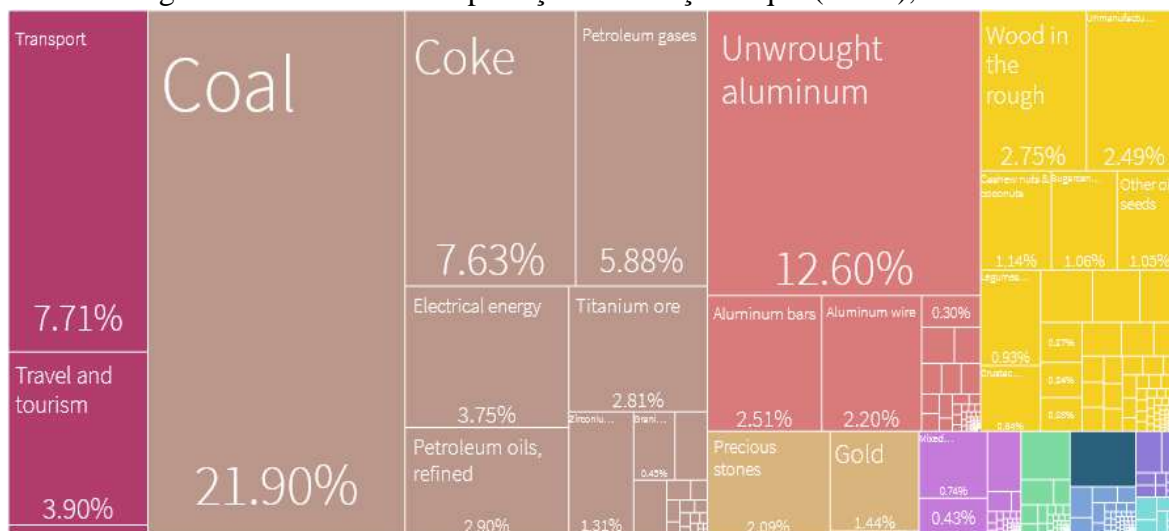


Fonte: The Atlas of Economic Complexity (<https://atlas.cid.harvard.edu/>)

No ano 2018, a estrutura das exportações mostrou uma contração da agricultura perante um aumento da participação do setor extrativo e serviços. Em termos percentuais, o setor manufatureiro representou menos de 5%, aproximadamente.



Figura 5. Estrutura das Exportações de Moçambique (em %), no ano de 2000.



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (<https://atlas.cid.harvard.edu/>)

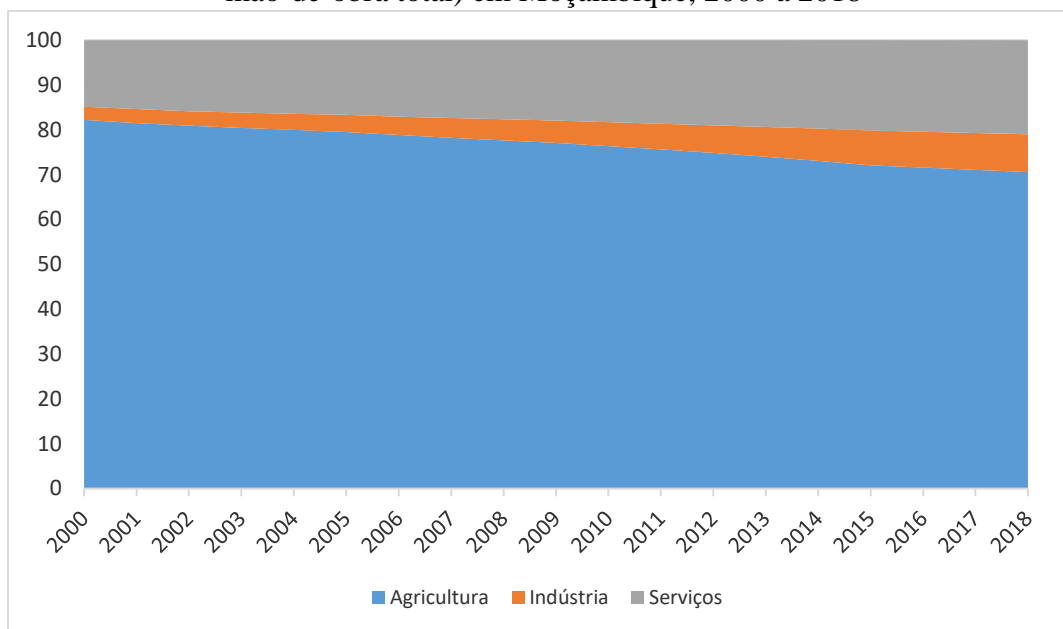
Assim, entre 2000-2018, na pauta das exportações de Moçambique ganhou maior relevância na estrutura produtiva o setor mineiro e serviços de transportes, e viagens e turismo. Esta relevância foi à custa do setor agrícola e manufatureiro, revelando-se um “*crowding-out*” na economia moçambicana. Esta tendência mina a diversificação da economia, ou seja, revela-se que o setor dos recursos minerais e serviços não tem financiado ou apoiado no crescimento de outros setores relevantes para a redução das piores dimensões da pobreza absoluta tão pouco para a modernização de seus setores para o aumento da produtividade.

Usando outra perspectiva para captar o papel da agricultura, recursos naturais, indústria turismo na transformação estrutural e diversificação da estrutura produtiva da economia, podemos analisar evolução da estrutura de emprego nestes setores e da produtividade do fator trabalho. Assim, começando pela evolução da estrutura do emprego, no Gráfico 03 abaixo, podemos constatar que apesar da tendência decrescente na contribuição no PIB da agricultura a favor do setor extrativo, a agricultura continua a empregar um elevado número da mão-de-obra na economia, que continua acima de um terço, com uma redução ligeira desde o ano 2000, passando de 82,22% para 70,59% em 2018. Esta redução relativa da participação do fator trabalho na agricultura, tem sido acompanhada de um aumento nos setores da indústria e de serviços, mas com predomínio nos serviços. A indústria teve um ligeiro aumento na absorção da mão-de-obra de 3,1% em 2000 para 8,45%, e os serviços de 15,38% para 20,96%.





Gráfico 3. Evolução da Estrutura do Emprego na Agricultura, Indústria e Serviços (como % da mão-de-obra total) em Moçambique, 2000 a 2018

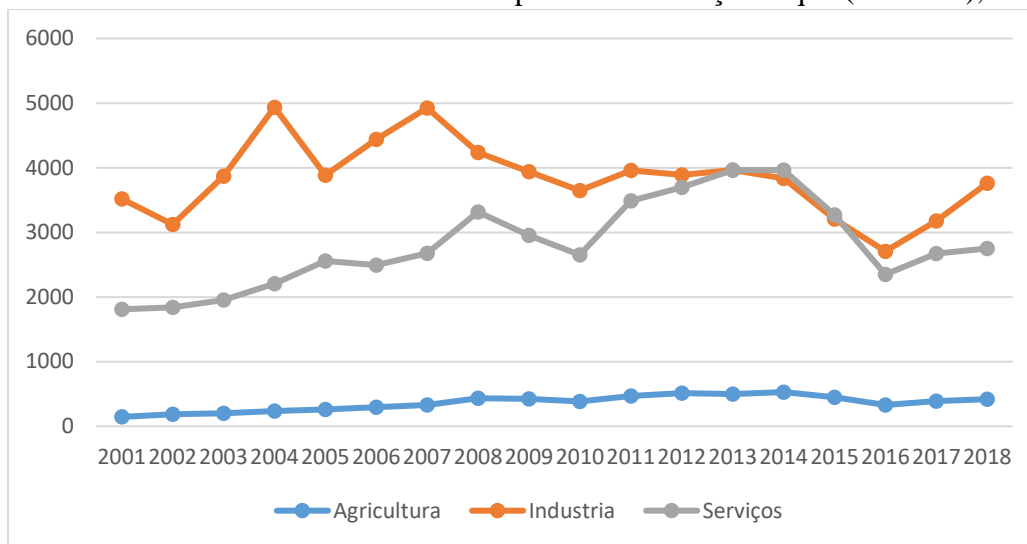


Elaboração: autores. Fonte: World Bank DataBank (<https://databank.worldbank.org/>)

No que se refere a transição da mão-de-obra entre setores, notamos que a ligeira redução do fator trabalho no setor agrário, tem beneficiado de forma crescente ao setor de serviços. Assim, se analisarmos na perspectiva do nível de produtividade do fator trabalho em cada um desses setores, em termos de USD correntes por unidade/ano, no Gráfico 04 abaixo, o setor agrário tem permanecido estagnado, abaixo de USD 500 no período 2000 a 2018, e o setor industrial tem vindo a reduzir desde o ano de 2005, com uma contribuição de quase USD 5.000 para abaixo de USD 4.000 no ano de 2018, uma redução média de USD 1.000 neste período. O setor de serviços tem mostrado um aumento, tendo saído de uma média de USD 2.000 para aproximadamente USD 3.000. O desfasamento na produtividade em cada um desses três setores, representou uma contribuição média abaixo de USD 1.000 do fator trabalho/ano em todos os setores da economia, devido a baixa produtividade da agricultura e aliado ainda a sua maior da absorção da mão-de-obra. Este valor da produtividade média, segundo o estudo realizado pela *International Labour Organization* (ILO) em 2011, demonstrou que esteve cinco vezes abaixo da África Subsaariana e mais de 20 vezes abaixo da média mundial, no período 1991 a 2009.



Gráfico 4. Produtividade do Fator Trabalhado por ano em Moçambique (em USD), 2001-2018



Elaboração: os autores, através de cálculos<sup>a</sup> usando dados da World Bank DataBank. Fonte: World Bank DataBank (<https://databank.worldbank.org/>) e International Labour Organization (<https://www.ilo.org/>)

<sup>a</sup> Técnicas e fórmulas da Supporting Economic Transformation – SET (<https://set.odi.org/>)

Portanto, perante esta dinâmica tanto da composição setorial no PIB e da estrutura de emprego entre setores como da evolução da produtividade do fator trabalho, demonstra um aumento da importância do setor dos serviços na economia, o que nos leva a perceber que em Moçambique além de ter havido uma transformação estrutural incipiente, esta induziu a ganhos estáticos no período de 2000 a 2018, no lugar de ganhos dinâmicos, caso se tivesse elevado o papel da indústria. Por isso, podemos deduzir que a economia apresenta menos sofisticação e diversificação da estrutura produtiva. Para reforçar esta ilação, podemos recorrer a Castel-Branco (2010), que dá indicação que a indústria se encontra atrasada meio século em relação ao processo de industrialização mundial e, com isso, está a acumular desvantagens e tira pouco proveito do desenvolvimento regional e internacional das técnicas emergentes de produção, apresenta também sinais não só da falta de competitividade regional e internacional, mas também de uma desindustrialização precoce. Isso, dificulta o processo da integração da economia na cadeia de valor global de produção e ter o *spillover* requerido da indústria para a melhoria dos outros setores para contribuírem na transformação estrutural e diversificação da estrutura produtiva para o desenvolvimento econômico. Ainda, aliado à todos problemas do setor extrativo que, apesar de



contribuir bastante para o crescimento e na estrutura das exportações, tem mostrado menos-valia para o processo de desenvolvimento, e a sua atuação, junto dos serviços, estão a gerar um “*crowding-out*” dos outros setores relevantes e inclusivos, a agricultura e a manufatura, para além de sinais de um aparente recrudescimento de maldição de recursos naturais pelos ataques terroristas Norte do país nas áreas da descoberta de uma das maiores reservas de gás natural do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar a possibilidade da contribuição da agricultura, dos serviços do turismo e dos recursos naturais contribuírem para a diversificação da estrutura produtiva de Moçambique para a promoção do desenvolvimento econômico, pois para a captação da renda no mercado internacional, não basta só uma transformação estrutural que aumente a produtividade e competitividade das economias, mas também que os produtos sejam sofisticados, diversificados e não ubíquos. Isto, requer uma acumulação com o tempo de capacidades específicas em cada país, como institucionais, infraestruturas de apoio a produção, conhecimento técnico-científico, capital humano e institucional, entre outras.

Neste contexto, debruçando-se sobre a realidade moçambicana, entre 2000-2018, a estrutura produtiva mostrou-se menos diversificada, necessitando de políticas mais profundas tendentes a mudança estrutural e complexidade econômica que permitem captar a renda no mercado internacional pela diversificação produtiva com sofisticação suficiente para integração nas cadeias de valor regionais e internacionais.

No que se refere a possibilidade de os setores tradicionais contribuírem para o desenvolvimento econômico, apesar de notar-se que a economia apresenta uma maior participação dos setores extrativo e serviços, em que o turismo faz parte, na estrutura das exportações, no período referenciado, estes pouco tem contribuído para a diversificação da estrutura produtiva, gerando ainda uma contração na contribuição dos outros setores relevantes nas exportações, como a agricultura e a manufatura. No entanto, pela relevância destes setores predominantes e sua ligação com o mercado externo, estes ainda podem exercer um papel importante para alavancar a modernização da economia, tendo em conta a complementaridade entre eles. Mas, a possibilidade



que se mostra disponível é a partir do setor agrário, pois na rede de produção demonstrada pelo *product space*, revela uma proximidade ou conexão destes produtos na estrutura produtiva, podendo eles serem simultaneamente produzidos usando as capacidades existentes ou sem muito esforço para acumular as capacidades necessárias para o efeito. Nesta sequência, este caminho levaria a uma diversificação sem complexidade, ou seja, levaria a especialização em produtos sem sofisticação para fazer frente aos países já na dianteira com a agricultura modernizada, ou ainda ao produzir o que muitos países produzem, reduziria as perspectivas futuras de desenvolvimento econômico.

Por isso, para a diversificação da estrutura produtiva fazendo uso dos setores tradicionais, atendendo a predominância e a contribuição do setor extrativo nas exportações, e aumento da relevância dos serviços, na componente do turismo, devia-se aprimorar a gestão destes setores para minimizar o “*crowding-out*” que têm criado e evitar o aparecimento da “Doença Holandesa” no auge da implementação de muitos projetos ligados em recursos naturais que ainda estão em carteira. Esta gestão, terá que ser feita para promover investimentos com ligações na economia e com efeitos multiplicadores em outros setores, onde o Estado terá que participar através de políticas que induzam a complementaridade, pois as atuais mostram-se muito distante disso quando não conseguem capitalizar a abundância e predominância dos recursos naturais, por exemplo, para a diversificação da estrutura produtiva.

Assim, para ser mais inclusivo, devia-se simultaneamente começar pela modernização da agricultura e promoção da indústria de base através do uso local dos recursos naturais (carvão, gás natural e ferro) e seguido de indústrias leves de mão-de-obra intensiva. Espera-se que a promoção da complementaridade destes setores da economia, resulte numa acumulação das capacidades necessárias para a diversificação da estrutura produtiva e promoção de setores modernos na economia.

Quanto a complexidade econômica e sofisticação da economia para a produção de bens não ubíquos, de modo a captar renda no mercado internacional para aumentar as perspectivas de desenvolvimento do país, exige-se que atempadamente sejam resolvidos os constrangimentos ao desenvolvimento existentes (*hard infrastructure*, *soft infrastructure* e que as condições de inovação tecnológica sejam construídas). No entanto, isso não retira o mérito do foco atual das políticas do Governo e seus parceiros de desenvolvimento para a criação de emprego formal e



auto-emprego nos setores de serviços, agricultura e recursos naturais, para a redução das piores dimensões da pobreza absoluta. Mas, para se atingir o desenvolvimento como tal, no longo prazo, é necessário sair do *status quo* das políticas, optando por aquelas que permitam uma mudança estrutural e tornar a economia mais complexa, com bens diversificados e sofisticados tecnologicamente. Portanto, perante os *inputs* apresentados, qual devia ser a real mudança na agenda política de desenvolvimento em Moçambique? E quais as capacidades que devem ser criadas e acumuladas para despoletar o desenvolvimento usando os setores tradicionais existentes?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, J. F. L.; FREITAS, E.; ROMERO; JOÃO P.; BRITTO, G. Complexidade Econômica e Desenvolvimento: Uma análise do caso latino-americano. **Novos estudos**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 2018.

ANDREONI, A.; CHANG, H. The Political Economy of Industrial Policy: Structural Interdependencies, Policy Alignment and Conflict Management. **Elsevier**, 48(C), 136-150. 2019.

BHORAT, Haroon; KANBUR, Ravi; ROONEY, Christopher; STEENKAMP, François. Sub-Saharan Africa's Manufacturing Sector: Building Complexity. In: **BAD. INDUSTRIALIZE AFRICA Strategies, Policies, Institutions, and Financing**. Abidjan: African Development Bank Group, 2017.

BHORAT, Haroon; ROONEY, Christopher; STEENKAMP, François. **Building Economic Complexity in Africa**. Ottawa: International Development Research Centre, 2019.

BOLY, Amadou; KÉRÉ, Eric. Inclusive and Sustainable Structural Transformation. In: **BAD. INDUSTRIALIZE AFRICA Strategies, Policies, Institutions, and Financing**. Abidjan: African Development Bank Group, 2017.

CASTEL-BRANCO, C. N. Economia Extrativa e Desafios de Industrialização em Moçambique. **Cadernos IESE** n.º 1, 2010.

CASTEL-BRANCO, C.N. **An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the Case of Mozambique**. (PhD Thesis, London: School of Oriental and African Studies, University of London), 2022.

CRAMER, C.; CHISORO-DUBE, S. The Industrialization of Freshness and Structural Transformation in South African Fruit Exports. In: ANDREONI, A.; MONDLIWA, P.; ROBERTS, S.; TREGENNA, F. (Ed.). **Structural Transformation in South Africa: The**



**Challenges of Inclusive Industrial Development in a Middle-Income Country.** Oxford: Oxford University Press., 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Moçambique em Ascensão: Construir um novo dia.** Washington, DC, 2014.

GALA, P. **O Atlas da Complexidade Econômica: um novo breakthrough empírico para os economistas estruturalistas**, 2022. Disponível em <https://www.paulogala.com.br/o-atlas-da-complexidade-economica-um-novo-breakthrough-empirico-para-os-economistas-estruturalistas/>. Acessado em: 15 de maio 2022. 15:25.

GALA, P. **O papel dos Recursos Naturais na Riqueza das Nações e a Doença Holandesa**, 2021. Disponível em <https://www.paulogala.com.br/doenca-holandesa-aspectos-teoricos>. Acessado em: 20 de set. de 2021. 15:45

GALA, P. **Complexidade Econômica: Uma nova perspectiva para atender a antiga questão da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2017.

GIOVANINI, A. **Mudança Estrutural no Século XXI: a Contribuição dos Serviços Intermediários para o Aumento na Complexidade Econômica.** Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Programa de Economia e Relações Internacional da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

GRABOWSKI, Richard. Deindustrialization in Africa. **International Journal of African Development**, 3 (3) p. 51-67, 2015.

HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. What You Export Matters. **Journal of Economic Growth**, v. 12, n. 1, p. 1–25, 2007.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A.; BUSTOS, Sebastián; COSCIA, Michele; SIMOES, Alexander; YILDIRIM; Muhammed A. **The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity.** The MIT Press: Cambridge, Massachusetts, London, 2013.

HIDALGO, C.A.; KLINGER, B.; BARABÁSI, A.L.; HAUSMANN, R. The Product Space Conditions the Development of Nations. **Science**, v. 317, n. 5837, p. 482–487, 2007.

HIDALGO, César A.; HAUSMANN, Ricardo. **The Building Blocks of Economic Complexity.** **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, v.106, n. 26, pp.10570–10575, 2009.

LIN, J. Yifu. **New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy.** Washington, DC, 2012.

LIN, J. Yifu. **New Structural Economics: The Third Generation of Development Economics.** **Global Development Policy Center.** Boston: Working Paper 027., 2019.



LIRA, F. R. F. Desindustrialização no Brasil: mudança estrutural ou doença holandesa? **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, V. 9, n. 1, p. 19-36, 2013.

MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long Run**. Development Centre of The Organisation. Paris: OCDE, 2007.

MALOA, J. M. A Construção Jurídica do Espaço Urbano em Moçambique uma Reflexão a Partir da Norma Jurídica. **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 10, n. 1, 157-170, 2018.

MOREIRA, G. B. **A Política Regional da Venezuela entre 1999 e 2012: Petróleo, integração e relações com o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

OLIVEIRA, G. Batista De. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

PAGE, John. The Road Not Taken: Structural Change in Africa Reconsidered. In: **Africa Growth Initiative. Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2018**. Washington, D.C., 2018.

PALMA, J. G. Four Sources of “De-Industrialization” and a New Concept of the “Dutch Disease”. In: OCAMPO, J. A. **Beyond Reforms: Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability**. New York: United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2005.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano). **Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Washington, DC, 2019.

ROMERO J. P.; SILVEIRA, F. Mudança estrutural e complexidade econômica: identificando setores promissores para o desenvolvimento dos estados brasileiros. In: LEITE, M. V. Chiliatto (Org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: Novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Nações Unidas (NU). Brasília, 2019.

TIMMER, P.; Akkus, S. **The Structural Transformation as a Pathway out of Poverty: Analytics, Empirics and Politics**. Washington: The Center for Global Development, WP 150, 2007.

TORRES, G. Sganserla. **Complexidade econômica: uma proposta metodológica para identificação de produtos estratégicos**. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

UN ENVIRONMENT. **Our work in Africa**, [s/d]. Disponível em <https://www.unep.org/regions/africa/our-work-africa>. Acessado em: 10 de set. de 2021. 20:31.



UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Country Profile**, 2021. Disponível em <https://unctadstat.unctad.org/countryprofile/en-gb/index.html>. Acessado em 10 de setembro de 2021. 23:54.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) e Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). **The 2019 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Illuminating Inequalities**. [s/l], 2019.

WASQUES, R. N.; TRINTIN, J. G. “Doença Holandesa”: aspectos teóricos e evidências empíricas para a economia brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, v.20, n.41, p. 1-27, 2018.

WHITEHEAD, C. A.; BHORAT, H. Understanding Economic Complexity: An Application to the MER Sector. **DPRU Working Paper 202105**. Cape Town: Development Policy Research Unit, 2021.

WHITFIELD, L. **How countries become rich and reduce poverty: A review of heterodox explanations of economic development**. Copenhagen: Danish Institute for International Studies Working Paper, 2011.

WRIGHT, G.; Czelusta J. Why Economies Slow: The Myth of the Resource Curse. **Challenge**, v. 47, n. 2, p. 6–38, 2007.





## ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrados e Doutorados recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Luana Lessa, pesquisadora do grupo de Estudos de Estudos Espaços e Sociedades da África Subsaariana, desenvolveu um estudo sobre Pirataria Marítima no Chifre da África e no Golfo da Guiné analisando as suas situações geográficas e escalas de ação.

155

Luana Alves Lessa  
Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Pesquisadora do Grupo de Estudos *Espaços e Sociedades na África Subsaariana–GeoÁfrica*.  
E-mail: luana\_lessa@hotmail.com

Como citar:  
LESSA, L, A. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Luana Lessa. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 155-157, abr.- jun. 2022

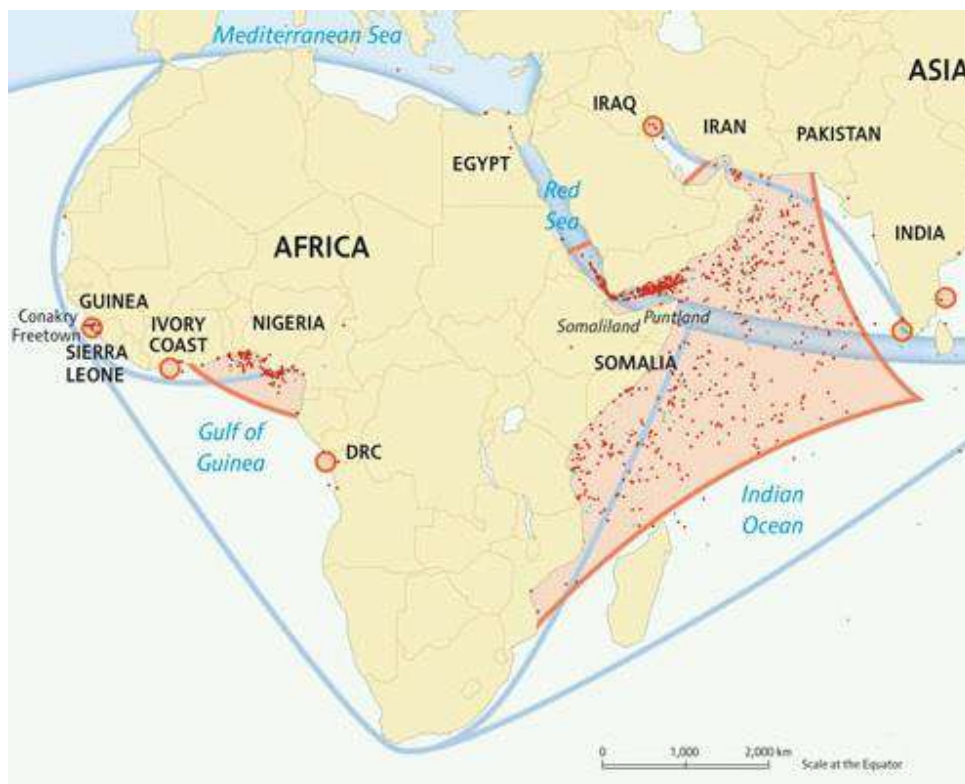
**Biografia acadêmica da pesquisadora.** Luana Lessa terminou seu curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2016. Em 2019, concluiu o Mestrado em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com uma dissertação consagrada à pirataria marítima na África subsaariana. Desde 2020, Luana Lessa é doutoranda no mesmo programa onde desenvolve uma pesquisa sobre redes comerciais transfronteiriças entre África do sul e Sul de Moçambique. Pesquisadora no Grupo GeoÁfrica

**Dissertação de Mestrado:** Luana Alves Lessa. *A pirataria no Chifre da África e no Golfo da Guiné: redes, escalas e territórios*. Mestrado em Geografia; Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019.



**Resumo da dissertação:** A pirataria marítima se reestruturou ao longo do tempo e adquiriu novas características técnicas e espaciais a partir do processo de globalização. Nas últimas décadas, o Chifre da África e o Golfo da Guiné despontaram como espaços atrativos para a pirataria marítima. Nesse contexto, a pesquisa de Mestrado analisou as situações geográficas do Chifre da África e do Golfo da Guiné relacionando-as com as escalas de ação da atividade em ambas as regiões. Os resultados da pesquisa apontam para o peso da situação geográfica na composição das escalas de ação da pirataria marítima, onde no Chifre da África havia uma expansão dos espaços de ação enquanto no Golfo da Guiné a atuação se mantinha *in loco*.

Figura: Espacialização de ataques piratas na porção ocidental e oriental da África



Fonte: UNITAR/UNOSAT<sup>1</sup> - Adaptado

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.unitar.org/unosat/piracy> >



### ***Qual a relevância da pesquisa?***

A pesquisa trouxe uma nova abordagem para a análise da pirataria marítima, ressaltando o peso geográfico de sua atuação e a necessidade da geografia para a compreensão desse fenômeno. Sob a ótica da geopolítica, destacou-se a lógica territorial existente na atividade e as suas consequências espaciais. Ainda em tela, a dissertação levantou a discussão acerca dos efeitos da globalização sobre atividades ilegais como a pirataria marítima. Nesse sentido, a pesquisa representa um esforço de contribuição para os estudos geográficos sobre a África Subsaariana.

### ***Qual o objetivo que norteou a pesquisa?***

Objetivo geral da pesquisa foi analisar a importância da situação geográfica para o surgimento da pirataria marítima nesses recortes espaciais e a sua influência sobre a construção das escalas de ação da atividade. Em específico, procurou-se identificar a espacialidade do fenômeno e os fatores que justificam a construção de suas escalas de ação.

### ***Quais foram os principais resultados da pesquisa?***

Os resultados da pesquisa apontam que espaços litorâneos que possuem dinâmicas geopolíticas conturbadas e fluxos marítimos regulares podem se tornar espaços atrativos para o surgimento da pirataria marítima. Enquanto a situação geográfica é fundamental para o desenvolvimento e sucesso da pirataria marítima, pois é a partir das condições de *sítio* e *situação* que os grupos piratas planejam suas ações e práticas espaciais.

### ***Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?***

A pesquisa utilizou os dados quantitativos de ataques emitidos pelo International Maritime Bureau (IMB). Entretanto, por ser uma organização privada o seu banco de dados é referente à atividade marítima comercial e grandes armadores, havendo um *gap* sobre possíveis ataques proferidos às pequenas embarcações. Os dados socioeconômicos da Somália são muito defasados em virtude da realidade geopolítica do país. Logo, o principal obstáculo encontrado na elaboração da pesquisa foi a obtenção de dados.



## EXPRESSÕES CULTURAIS: ÁFRICAS EM PROSA E VERSOS



### *O que a PIDE fez com o meu avô...*

*Por Sérgio Simão Raimundo (Poeta Militar)*



*Sérgio Simão Raimundo (Poeta Militar):*  
escritor e jornalista

#### Como citar

Sérgio Simão Raimundo. O que a PIDE fez com o meu avô... **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 158-160, abr.- jun. 2022

*Quem é Sérgio Simão Raimundo?* Sérgio Simão Raimundo, ou simplesmente Poeta Militar, é escritor e jornalista moçambicano nascido em Maputo. Frequentou licenciatura em Sociologia na Universidade Pedagógica e desistiu, tendo sido licenciado em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane. Se formou como crítica de cinema no Brasil (2017); em Jornalismo de Saúde no Quênia (2018); em artes performativas e jornalismo cultural em Alemanha (2018). Colabora como jornalista e colunista em diversos órgãos de comunicação social em Moçambique e Portugal. Como escritor tem participações em diversas antologias literárias nacionais e internacionais. No campo literário tem as seguintes menções e prémios: Menção especial no Concurso Mundial de Poesia NOSSIDE (2010) – Itália; 1º lugar do Prémio Nacional de Slam Poetry (2011) – Moçambique; 1º lugar do concurso literário Fim do Caminho (conto - 2016) – Moçambique; Menção honrosa na novela e poesia no Prémio Literário 10 de Novembro (2017 e 2018) – Moçambique; 1.º lugar do Prémio Africano de Imprensa Escrita da Merck Foundation (2018) – Quênia; 1.º lugar do Prémio Literário INCM/Eugénio Lisboa (2019) Portugal – Moçambique. Conta com dois livros lançados: *Avental de um Poeta Doméstico* (2016) poesia; e *A ilha dos mulatos*, (2020) romance.

Actualmente, encontra-se a residir em Portugal, onde trabalha, dedica-se à literatura e finaliza o mestrado em Ciências da Educação na Universidade do Algarve.



*O que a PIDE fez com o meu avô...*

Foi a asneira de viagens frequentes para a África do Sul e Suazilândia que levou a PIDE a identificar o meu avô como um opositor político em formação. Não sabia nada de política. O único manual de política que dominava era o de meter-se em roupas de mineiro, com uma lanterninha na testa e descer ao subsolo da África do Sul; ia a Suazilândia para ver as duas esposas e um cardume de filhos que se meteu num riacho qualquer e nunca mais deu notícias: todos morreram. Quando a PIDE já estava farta de coser teias de calúnias prendeu o meu avô na baixa de Lourenço Marques, Maputo; de lá foi arrastado por uma colerinha de palavras a um quartel para uma conversinha. Quando chegou ao quartel viu-se recebido por coronhadas de um alferes que tinha o lábio superior comido por uma lombra branca de bigode, um tenente pescava-lhe as mãos e os pés com um anzol de garras e os atacava em nós grossos de arame; usava um alicate para tornar os nós mais finos e elegantes.

Então, o meu avô começou a arrepender-se por ser membro da FRELIMO, mesmo não o sendo, pois via um tenente, Cavalinho Branco, que certificava com chutos se os outros pretos que acabavam de ter a conversinha tinham ainda vida. Uns, sem vida, eram afastados, como peixe pobre, da balança da tortura pela ponta da espingarda do tenente Cavalinho Branco. No chão havia dois pretos que ainda tinham vida e o tenente Cavalinho Branco esmagou-os as gargantas com a biqueira da bota e varreu-os para um canto do quartel. Varreu-os como porcos, porque os pretos foram sempre porcos.

As poucas palavras coxas que o meu avô tinha para a conversinha foi empurrando-as para os cantos das bochechas, pois queria a língua livre para arrumar o vocabulário certo de choros e gritos. O meu avô contou-nos que Cavalinho Branco desceu-lhe as calças com o cano da espingarda e ladrou sem parar “este é o senhor turista, não é?”. O pai do meu pai, meu avô, ainda esperava o começo da conversinha, mas foi Cavalinho Branco que começou a desordenar as nádegas do velho com uma tábua quente de ferro.

A conversinha foi adiada no quartel, o meu avô mais dois pretos foram entornados por uma pá de pontapés num jeep e levados ao Campo Prisional da Machava. Na Machava um maço de pretos era metido na ordem pela PIDE com a ajuda de um padre que chamava, com a campainha da oração, o evangelho aos pretos. Os pretos eram arrancados os arames, postos nus em celas sem



luz, com migalhas escassas de ar e sem um mínimo espaço para acomodar a conversinha que o meu avô tinha concentrado nas bochechas.

Bolas! O que a PIDE fez com o meu avô não merece um texto, mas sim uma conversinha séria: de neto para a PIDE.

*Por Sérgio Simão Raimundo (Poeta Militar)*



## GeoÁfrica divulga...

### Eventos



A Associação Nacional de História - Seção Bahia (ANPUH-BA) convida seus(as) associados(as), professores(as), pesquisadores(as), estudantes e demais interessados(as) na área para o XI Encontro Estadual de História, que terá como tema: “**(De)colonialidades da História: independências, imperialismos e cidadanias**”. O evento será realizado, na modalidade presencial, na cidade de Salvador, nas dependências da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Campus São Lázaro e Ondina - PAF, entre os dias 25 a 28 de julho de 2022.

Em consonância com as edições anteriores, o XI Encontro Estadual de História afirma-se como o maior evento da área de História no Estado da Bahia, tendo mantido sua periodicidade desde 2002.

A programação conta com conferências, diálogos interdisciplinares, mesas redondas, simpósios temáticos para apresentação de trabalhos, minicursos e oficinas, além do lançamento de livros e reuniões administrativas.

No contexto do XI Encontro Estadual de História, estão as preocupações com o ofício do(a) historiador(a), as discussões sobre a pesquisa e o ensino da História, a disseminação dos conteúdos produzidos, e a defesa intransigente da História enquanto componente imprescindível no âmbito da discussão da Base Nacional Curricular (BNCC), bem como uma ampla reflexão sobre as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em Nível Superior e a formação continuada (Resolução CNE 02/2015). Nesse encontro, portanto, a programação integra também a Pauta da formação continuada, envolvendo Colegiados, Programas de Pós-Graduação, Departamentos e em todos os lugares onde estiverem atuando os(as) profissionais de História, filiados(as) ou simpatizantes da Seção Bahia da ANPUH.

WEBSITE: [www.encontro2022.bahia.anpuh.org](http://www.encontro2022.bahia.anpuh.org)



**VI Conferência Internacional do IESE sobre  
“Conflito, Violência e Desenvolvimento”:** Chamada para comunicações e painéis  
**19-21 setembro 2022**

Chamada para Comunicações e Painéis  
Call for Papers and Panels

**VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE**  
Conflito, Violência e Desenvolvimento

**VI IESE INTERNATIONAL CONFERENCE**  
Conflict, Violence and Development

MAPUTO  
19 - 21 SETEMBRO  
2022

O IESE AGRADECE O APOIO DE:

IESE INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

162

O Instituto de Estudos Sociais e Económicos (#IESE) anuncia a realização da sua VI Conferência Internacional, subordinada ao tema “**Conflito, Violência e Desenvolvimento**”. O evento a ter lugar em Maputo de 19 a 21 de setembro de 2022, será em formato híbrido (presencial e virtual). Investigadores, estudantes de pós-graduação e outros estudiosos são convidados a submeterem propostas de painéis e/ou comunicações até ao dia 01 de junho de 2022, para os seguintes endereços: [comunicacoes\\_conf6-iese@iese.ac.mz](mailto:comunicacoes_conf6-iese@iese.ac.mz); [comunicacoes.conf6.iese@gmail.com](mailto:comunicacoes.conf6.iese@gmail.com). Mais detalhes neste link: <https://www.iese.ac.mz/.../CallForPaper-Conf-2022...>

IESE’s 6th International Conference on “**Conflict, Violence and Development**”: Call for Papers and Panels

The Institute of Social and Economic Studies (IESE) announces the realization of its 6th International Conference “**Conflict, Violence and Development**” which will be held in Maputo, from the 19th to 21st of September 2022. The conference will be staged in hybrid mode (in-person and virtual). Researchers, graduate students and other scholars are invited to submit proposals for communications and/or panels until the 1st of June 2022, to the following email addresses: [comunicacoes\\_conf6-iese@iese.ac.mz](mailto:comunicacoes_conf6-iese@iese.ac.mz); [comunicacoes.conf6.iese@gmail.com](mailto:comunicacoes.conf6.iese@gmail.com). Please refer to [https://www.iese.ac.mz/.../CallForPaper-Conf-2022\\_ENGLISH...](https://www.iese.ac.mz/.../CallForPaper-Conf-2022_ENGLISH...) for further details.

WEBSITE: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).





Comissão organizadora  
**Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABEÁfrica)**

O **III Encontro Internacional da Associação Brasileira de Estudos Africanos** acontecerá entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 2022 em Salvador, Bahia. O objetivo é retomar o processo de consolidação da ABEÁfrica como instituição congregadora de pesquisas em Estudos Africanos no Brasil.

A terceira edição do evento ocorrerá em um cenário de busca por superação de desafios e dificuldades que pautaram o campo acadêmico nos últimos dois anos: a pandemia de coronavírus, o recrudescimento dos preconceitos, cortes de gastos nas universidades, governos obscurantistas e movimentos antidemocráticos. Os Estudos Africanos, como as demais áreas e campos acadêmicos no Brasil, foram profundamente afetados por todos estes fatores. Por essas razões, o evento deste ano adotou como lema “Estudos Africanos em tempos de crise: cultura, política e epistemologias”. O Encontro Internacional da ABEÁfrica de 2022 pretende ser um espaço onde pesquisadoras e pesquisadores de todos os níveis e áreas de formação, de diferentes regiões do país e do exterior, se propõem a debater contextos e ideias de África como expressões da diversidade e da potência intelectual, política e cultural. Apesar do II Encontro de 2020 ter sido realizado de forma remota, o de 2022 será totalmente presencial, na cidade de Salvador.

*Quando?* 28/11/2022 a 02/12/2022 *Onde?* Salvador, Bahia *Como?* Formato presencial. *Qual temática?* “**Estudos Africanos em tempos de crise: política, cultura e epistemologias**”. *Quais parceiros?* Instituto Anísio Teixeira e apoio do Instituto Goethe Lagos/ Nigéria.

Maiores informações: <https://www.encontro2022.abeafrica.com/site/capa>



**ABEÁFRICA**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

III ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS (ABEÁFRICA)

**ESTUDOS AFRICANOS EM TEMPOS DE CRISE: POLÍTICA, CULTURA E EPISTEMOLOGIAS**

O evento será composto por Grupos de Trabalho (GTs), Mesas Redondas (MRs) e Conferências.

acompanhe nossas redes sociais

abeafrica.com/  
instagram.com/abeafrica/  
facebook.com/associacaoabrealestudosafricanos  
youtube.com/watch?v=C1m2VDC1\_b2gvt084WJw/featured

APOIO **iat** GOE THE INSTITUTE

**28/11**  
a  
**02/12**

--- LOCAL ---  
Salvador/BA  
Evento presencial

O evento será composto por grupos de trabalho (GTs), mesas redondas (MRs) e conferências. Os GTs serão os seguintes:

164

**ABEÁFRICA**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

III ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS (ABEÁFRICA)

**ESTUDOS AFRICANOS EM TEMPOS DE CRISE: POLÍTICA, CULTURA E EPISTEMOLOGIAS**

**GRUPOS DE TRABALHO (GT'S)**

1. Patrimônio, memória e cultura nacional
2. Artes, artistas e a fabricação da cultura
3. Movimentos sociais, sociedade civil e Estado
4. Dinâmicas de gênero nas sociedades africanas
5. Tradições em trânsito: encontros, desencontros, resistências e adaptações
6. Colonialismos, anticolonialismos, pós-colonialismos
7. África no mundo, séculos XIV-XVIII
8. África no mundo, séculos XIX-XXI
9. África na escola
10. África Global: mídia, diáspora e direitos

acompanhe nossas redes sociais

abeafrica.com/  
instagram.com/abeafrica/  
facebook.com/associacaoabrealestudosafricanos  
youtube.com/watch?v=C1m2VDC1\_b2gvt084WJw/featured

APOIO **iat** GOE THE INSTITUTE

**28/11**  
a  
**02/12**

--- LOCAL ---  
Salvador/BA  
Evento presencial



A conferência de abertura será proferida pela artista e pesquisadora nigeriana Peju Layiwola, professora da University of Lagos e atual presidente do *Arts Council of the African Studies Association* (ACASA).

**III ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS  
(ABEÁFRICA)**

**ESTUDOS AFRICANOS EM TEMPOS DE CRISE: POLÍTICA,  
CULTURA E EPISTEMOLOGIAS**

**CONFERÊNCIA DE ABERTURA**

**Peju  
Layiwola**

Artista e pesquisadora nigeriana, professora da  
University of Lagos e atual presidente do Arts  
Council of the African Studies Association (ACASA)

acompanhe nossas redes sociais

[abeafrica.com/](http://abeafrica.com/)  
[instagram.com/abeafrica/](https://www.instagram.com/abeafrica/)  
[facebook.com/associacaobrasileirosestudosafricanos](https://www.facebook.com/associacaobrasileirosestudosafricanos)  
[youtube.com/channel/UCNzW0cLjB2qWTeR4W5Jw/featured](https://www.youtube.com/channel/UCNzW0cLjB2qWTeR4W5Jw/featured)

**28/11**  
a  
**02/12**

--- LOCAL ---  
Salvador/BA  
Evento presencial

**APOIO**  
**iat**  
INSTITUTO DE AFRICA E ÁFRICA  
**GOETHE**  
INSTITUT



A Associação de Ciências Marinhas do Oceano Índico Ocidental (Western Indian Ocean Marine Science Association - WIOMSA), Confiança dos Mares Sustentáveis (Sustainable Seas Trust - SST) e a Convenção de Nairobi têm o prazer de anunciar o Décimo Segundo Simpósio Científico WIOMSA, que será realizado como um Simpósio híbrido virtual/presencial na Boardwalk Convention Center em Nelson Mandela Bay, África do Sul, de 10 à 15 de Outubro de 2022. O Simpósio é o principal evento científico regional sobre o ambiente costeiro e marinho. O Simpósio contará com apresentações inspiradoras sobre os mais recentes resultados de pesquisa e os principais desenvolvimentos na região do Oceano Índico Ocidental. O tema do Simpósio é: “Uma Nova Década da Ciência do Oceano Índico Ocidental”, com base nos actuais objetivos globais e regionais, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), a Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, a Década da Restauração do Oceano, como bem como metas regionais (Convenção de Nairobi COP 10) e os avanços mais recentes na ciência do oceano e do clima.

Acesse ao link: <https://symposium.wiomsa.org/12th-wiomsa-scientific-symposium-second-announcement-and-call-for-abstracts/>, e em anexo para mais informações.



**IV Conferência Internacional Activisms in Africa**  
"Conhecimento para a transformação". Porto, 25-27 de janeiro de 2023

**Organização**

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)  
Parceiros institucionais  
Centro de História da Universidade de Lisboa (CH – ULisboa)  
Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC)  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

**Apoio**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)



Organizadores: CEAUP, CH, CESAC, FLUP, FCT. Apoio: FCT.

Chamada de comunicações até 15 de setembro

Serão aceites trabalhos associados aos painéis aprovados, bem como as propostas avulsas, desde que relacionadas com os eixos da conferência:

- » Direitos humanos
- » Médias digitais
- » Terra e meio ambiente
- » Redes transnacionais
- » Arte e cultura
- » Conhecimento para a transformação

Consultem o site da conferência para mais detalhes:

<https://activismsinafrica2023.weebly.com/>

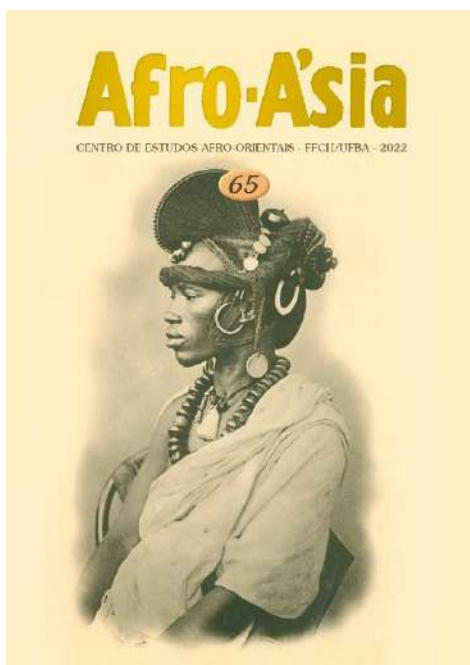
Contacto: [activismsinafrica2023@gmail.com](mailto:activismsinafrica2023@gmail.com)





## GeoÁfrica divulga...

### Publicações



**Nova edição de Afro-Ásia - - n. 65 (2022).**

A nova edição da revista Afro-Ásia traz um dossiê especial sobre o tráfico transatlântico de africanos escravizados na era da ilegalidade, além de artigos que vão do espaço atlântico no século XIX até o rap brasileiro contemporâneo, uma homenagem ao professor Olabiyi Yai (1939-2020), e uma impressionante coleção de resenhas.

A revista está disponível no site: [afroasia.ufba.br](http://afroasia.ufba.br).

### SUMÁRIO

#### Dossiê

**Repensando o tráfico transatlântico de africanos escravizados na era da ilegalidade.** *Aderivaldo Ramos de Santana, Carlos da Silva Jr., Lucilene Reginaldo, Roquinaldo Ferreira*

**Por conta do desassossego que tem causado na praça da Bahia: tráfico, ultimatoss e apreensões no Atlântico (1810-1815).** *Paulo Cesar Oliveira de Jesus*

**A Bahia e a Costa da Mina no alvorecer da Segunda Escravidão (c. 1810-1831).** *Carlos Francisco da Silva Júnior*



**O processo do Clementina e o combate ao comércio transatlântico de africanos escravizados na Província de Pernambuco (1831-1839)** *Aderivaldo Ramos de Santana*

**Dos tripulantes da história:** o africano Duarte José Martins da Costa entre a “rede miúda” do tráfico atlântico (Rio de Janeiro — Angola — Recife — Benim, séc. XIX). *Valéria Costa, Flávio Gomes*

**Vida e morte de um príncipe do Congo:** Nicolau de Água Rosada e o fim do tráfico de escravizados na África Centro-Occidental. *Roquinaldo Ferreira, Lucilene Reginaldo*

**Um novo cativo?** O fim do tráfico de escravizados e os engagés à temps no Senegal (1817-1848). *Juliana Barreto Farias*

**O que nos contam as pedras pisadas do cais?** Usos e disputas políticas das memórias da escravidão e do tráfico transatlântico. *Francisco Phelipe Cunha Paz*

### Artigos

**Leonardo Africano Ferreira:** um médico negro entre Angola, Brasil e São Tomé e Príncipe (1830-1870). *Idalina Maria Almeida Freitas*

**Independência, conflito pós-colonial e competição Leste-Oeste em Angola, 1975-1976:** reavaliando as fontes diplomáticas brasileiras. *Carlos Federico Domínguez Avila*

**Maria Duas Tranças e o galo chorão da Itaoca:** imagem, catimbó e macumba em Fortaleza no início da década de 1940. *Leonardo Oliveira de Almeida*

**O jihadismo transnacional e a insurgência em Cabo Delgado, Moçambique.** *Liazzat J. K. Bonate*

**“Eu tenho uma responsabilidade”:** a representação de mulheres japonesas em Nossa Irmã Mais Nova (2015), de Koreeda Hirokazu. *Ana Luíza Sá Schat, Antônio da Silva Câmara*

**“Combinaram de nos matar, combinamos de ficar vivos”:** racismo e resistência negra no rap brasileiro contemporâneo. *Henrique Da Rosa Müller, Lucas Lazzarotto Vasconcelos Costa*

### Homenagem

**Ojúwoni bí kákú, òrìṣà níkò gbóhùn aṣ ìkà!...** Olabiyi Babalola Yai (1939-2020). *Félix Ayoh’Omidire*

### Resenhas

**Uma nova história dos iorubás.** *Kristin Mann*

**Luanda, “uma nova Alexandria”:** do tráfico de escravos ao comércio “lícito” *Juelma de Matos Ngãla*  
**A África em perspectiva africana, global e brasileira** *Thiago Krause*

**Fotografia no Mali (desde 1930).** *Daniela Moreau*

**A exibição de seres humanos, a prática imperialista e o registro fotográfico.** *Gilberto da Silva Francisco*

**Os limites da exclusão religiosa e racial na América Latina colonial.** *Pedro Puntoni*

**Palmares revisitado.** *John K. Thornton*

**Horizontes futuros em uma revolta escrava no sul do Brasil.** *Miquéias H. Mügge*

**Abolição sagrada para alguns** *Dale T. Graden*





**Literatura e experiência:** cenas da escravidão *Leonardo Affonso de Miranda Pereira*

**A racialização da cidadania** *Álvaro Pereira do Nascimento*

**Laboratório para uma República racista:** Bahia no pós-abolição *Anadelia A. Romo*

**Complicando a Diáspora** *Luiza Nascimento dos Reis*

**Uma luta desigual sem fim:** a história de uma comunidade afro-americana *Jeferson Bacelar*

**Hubert Harrison** *Luiz Bernardo Pericás*

**Sueli Carneiro em preto e branco** *Flavia Rios.*

**Ilê Aiyê, um paradigma da narrativa sobre a africanidade na Bahia.** *Milton Moura*

**Quando Zumbi chegar, o que vai acontecer?** *Calila das Mercês*

**Poesia e sociedade na literatura brasileira contemporânea.** *Luciany Aparecida*

**Afro-Ásia**, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais. ISSN 0002-0591 (impresso)  
1981-1411 (online) [afroasia.ufba.br](http://afroasia.ufba.br)